

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A POLÍTICA EXTERNA DE REAGAN E A
REDEMOCRATIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA (1981-1988)**

Marcos Paulo Tonial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História

**Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Vizentini
Porto Alegre
Fevereiro de 2003**

Dedico este trabalho a Beatriz.
Que o futuro lhe reserve uma
democracia com adjetivos.

“A queda das ditaduras de direita e de esquerda, nas décadas de 80 e 90, resultou em certa medida da ação dos Estados Unidos: tal mérito deve ser reconhecido. Mas essa democratização não teve uma dimensão social, eis seu primeiro defeito.”

Renato Janine **Ribeiro**

 **[mc1] Comentário:**
Zero Hora, Caderno de Cultura,
07/09/2002, p. 5.

ERRATA

Página 11

Onde se lê:

“A questão da necessidade de uma política diplomática bilateral deve receber algumas considerações iniciais. Era intenção do governo Reagan privilegiar a ação direta nas relações exteriores, ou seja, em razão da necessidade de racionalização na distribuição dos recursos, fato decorrente da crise econômica da década anterior, optou-se por políticas que visaram suprimir tratamentos especiais para diferentes regiões.”

Leia-se:

“A questão da necessidade de uma política diplomática bilateral deve receber algumas considerações iniciais. De acordo com Maria Izabel Mallmann, era intenção do governo Reagan privilegiar a ação direta nas relações exteriores, ou seja, em razão da necessidade de racionalização na distribuição dos recursos, fato decorrente da crise econômica da década anterior, optou-se por políticas que visaram suprimir tratamentos especiais para diferentes regiões.”⁹”

⁹ Cf. MALLMANN, Maria Izabel. A questão do desalinhamento nas relações interamericanas: Estados Unidos e América Latina nos anos 80. 1989, pp. 91-95. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Página 66

Onde se lê:

“No Uruguai, por sua vez, os Estados Unidos estavam aceitando, via embaixada, a presença da Frente Ampla (união entre o Partido Comunista e o grupo Tupamaros) no processo de transição democrática.”

Na verdade, o artigo não lembra, e nem o autor desta dissertação ressaltou, que a Frente Ampla Uruguiaia, criada em 1971, além de comunistas e Tupamaros, agrupava também sociais-democratas, democratas-cristãos, sindicalistas, universitários, intelectuais, militares, membros de extrema esquerda, socialistas, dissidentes do partido Colorado e do partido Blanco.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha esposa, Cristina, pela paciência nos momentos em que me ausentei e pelo apoio para desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço também a Marilei Tonial e Ângelo Martins, sem os quais não seria possível o meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus pais, os quais sempre foram exemplos de honestidade e trabalho e nunca duvidaram do meu empenho e capacidade.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual pôde proporcionar uma educação gratuita e de qualidade, tanto em minha graduação como no mestrado.

Ao meu professor orientador, professor Paulo Fagundes Vizentini, o qual me mostrou a apaixonante área das Relações Internacionais.

Aos meus colegas professores e historiadores, pelas dicas e críticas nos momentos necessários, principalmente a Nei Marcos Nordin, medievalista incurável e grande amigo.

E, finalmente, aos meus alunos, a principal razão do desenvolvimento desta dissertação, os quais, cotidianamente, proporcionam-me novos desafios e a busca incessante por qualificação.

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract	6
INTRODUÇÃO	7
a) Definição do tema	12
b) Referenciais teóricos	14
c) Fatores internos e externos na transição para a democracia	20
1 Os difíceis anos 70	25
1.1 A síndrome Vietnã	27
1.2 A crise do modelo de acumulação capitalista	30
1.3 A política externa de Jimmy Carter	39
1.4 A chegada dos anos 80	46
2 A nova política norte-americana para a América Latina a partir dos anos 80 ..	49
2.1 A postura dos republicanos	52
2.2 Dos planos à ação: as atividades norte-americanas que visaram fomentar a democracia na América Latina	62
2.2.1 A postura em relação aos governos militares	62
2.2.2 O interesse norte-americano pela democracia	76
2.2.3 A importância da dívida externa	101
3 A transição sob o olhar de especialistas	104
3.1 Os pensadores latino-americanos: as relações Estados Unidos – América Latina e a questão da democracia	104
3.2 Os pensadores norte-americanos: as relações Estados Unidos – América Latina e a questão da democracia	119
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

Resumo

Democracia, relações internacionais, Estados Unidos e América Latina: palavras-chave de uma dissertação que não pretende ser inovadora, nem criadora de novos conceitos, mas sim esclarecedora e proposta a auxiliar no debate sobre um processo histórico importante que a América Latina vivencia nos últimos 20-25 anos: a construção de sua democracia.

No momento da transição de regimes autoritários para regimes democráticos, muitos são os elementos, atores e interesses neste processo. Regimes políticos e ideologias tão distintos na América Latina, estabelecidos em momentos diferentes, porém interligados num mesmo processo (regime de Segurança Nacional nas ditaduras e democracia posteriormente), não surgiram apenas de relações internas e interesses de grupos locais, mas também foram fomentados por ações internacionais, cujas implicações são o tema deste texto.

Em geral, temos a impressão de que a política de Ronald Reagan para a América Latina, nos anos 80, foi truculenta; porém, esta dissertação propõe-se observar e analisar as atividades diplomáticas de Reagan e seus assessores com o objetivo de verificar a influência desta política sobre a América Latina.

O interesse da pesquisa é elaborar um mapeamento, através de diferentes fontes, das razões que levaram o governo norte-americano conduzir uma política externa com intuito de destituir governos ditatoriais, fomentando a necessidade de abertura democrática na América Latina, região entendida, na época, como área estratégica para os Estados Unidos.

Abstract

Democracy, international relations, United States of America, and Latin America: key-words of a dissertation which intends to be neither innovative nor creative of new concepts, but that enlighten and it proposes to aiding the discussion about an important historical process which Latin America lives in the last 20-25 years, the construction of its democracy.

At the moment of the transition of authoritarian regimes to democratic regimes, several ones are the elements, actors, and interests in this process. Political regimes and ideologies so diverse in Latin America, established in different moments, but interlinked in a same process – Regime of National Safety during the dictatorships and democracy afterwards – did not just arise from internal relations and interests of local groups, but they were also fomented by international actions, whose implications are the subject of this dissertation.

In general, we have impression that Ronald Reagan's politics was truculent to Latin America in the 80's, but this dissertation proposes to observe and analyze the Reagan and his advisers' activities with the aim of verify the influence of this politics on Latin America.

The interest of the research is elaborate a charting, through different sources about the reasons that North American government had, in order to conduct an external politics with the purpose of dismissing dictatorial government, fomenting the necessity of democratic opening in Latin America. That region was understood as a strategic area to United States of America then.

INTRODUÇÃO

O processo de transição de regimes autoritários para a democracia na América Latina, entre o final da década de 1970 até meados dos anos 80, teve nos fatores internos uma influência substancial. Mas as disputas e/ou acertos internos deste mesmo processo não podem obscurecer os possíveis interesses e/ou fatores externos sobre a abertura democrática. É fato que, a partir dos anos 80, houve uma considerável guinada na política internacional norte-americana com o início da administração Reagan na Casa Branca, a qual foi fruto da crise da hegemonia norte-americana dos anos 70. Ambos fatos, abertura democrática na América Latina e alterações nos cenários político e econômico norte-americanos, não podem ser considerados mera coincidência ou acaso da história. Começamos, então, por compreender melhor o que foi esta guinada.

Pode-se identificar a guinada norte-americana tanto no âmbito econômico como no político-ideológico. No que diz respeito ao aspecto econômico, no transcurso dos anos 70, instituições financeiras estimularam o endividamento fácil dos países do Segundo e Terceiro Mundo, processo que culminou no início da década de 80 na chamada crise da dívida externa, refletindo em diversos países o fenômeno da fragilização financeira, a qual, por sua vez, criou a necessidade dos chamados ajustes macroeconômicos. Do lado das instituições financeiras, este processo promoveu a financeirização destas instituições, gerando uma desmedida acumulação, bem como alterações institucionais e operacionais no mercado financeiro internacional. Calcados nesse acúmulo financeiro, fizeram renascer o ideário liberal de mercado, adequado ao contexto da década de 80, tendo nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher as principais forças políticas para sua promoção, disseminando ideários que propunham a privatização de empresas públicas, alegando

públicas, alegando que seria a iniciativa privada a possuidora da eficiência necessária para tocar empreendimentos e não o Estado, a desregulamentação dos movimentos internacionais do capital, a desregulamentação dos monopólios públicos e a abertura comercial, facilitando os fluxos financeiros e permitindo o acesso do capital privado a importantes espaços de acumulação real, como energia, transportes e telecomunicações.¹

Mas não só isso, este excedente financeiro engendrou maior voracidade com a chamada globalização e a reestruturação produtiva, desenvolvendo: a) uma corrida acirrada das multinacionais, fato que gerou enormes transações, tais como fusões, compras-vendas, *joint-ventures* e outras combinações, fortalecendo e concentrando o capital a níveis altíssimos; b) o princípio de implantação da chamada Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Científico-Tecnológica, utilizando-se de novas tecnologias para implementação de uma mudança substancial na produção. O resultado foi uma acumulação financeira gigantesca desde o início da década de 80 até princípios da década de 90.

Viu-se, neste contexto, o crescimento desmedido da subordinação do trabalho frente ao capital, pois se antes havia um Estado *keynesiano* com um consenso social estabelecido², a partir do novo ideário liberal de mercado o objetivo foi o de quebrar o poder do trabalho organizado, buscando reduzir a dispersão dos lucros. A solução encontrada pelas grandes empresas frente à queda da demanda interna nos países centrais consistiu em aumentar a produtividade através da reestruturação industrial, fusões e aquisições (solução inclusive exportada aos países do Terceiro Mundo).

Estava, portanto, montado o cenário econômico internacional do início dos anos 80, apoiado pela força dos republicanos da Casa Branca. A tentativa de retomar

¹ Para um aprofundamento sobre as origens das novas políticas de mercado ver CARRION, Raul K. M. e VIZENTINI, P. F. (orgs.) Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo? Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997; e GENTILI, Pablo (org.). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

² O estabelecimento do Estado de bem-estar social proporcionou, a partir dos anos 30, aos Estados Unidos, a possibilidade de recuperação de sua economia após a crise de 1929. Baseava-se na intervenção do Estado na economia e na busca de distribuição de renda, gerando um consenso político no qual o Estado tinha um papel significativo na economia e deveria intervir no processo de distribuição de renda e na defesa da plena produção com o objetivo de apoiar a produção e gerar

a hegemonia norte-americana nos anos 80 (econômica, militar e política) estabeleceu um novo modelo econômico caracterizado pela flexibilização, seja nos processos e nos mercados de trabalho, assim como nos produtos e padrões de consumo.

Por sua vez, o aspecto político-ideológico apareceu como uma grande ruptura, onde o republicano Ronald Reagan tratou de estabelecer novas relações e novas políticas internacionais dos Estados Unidos numa perspectiva bem mais ofensiva do que seu antecessor, o democrata Jimmy Carter.³ Um dos principais objetivos do governo Reagan esteve no esforço de recuperar a hegemonia norte-americana no contexto político internacional do início dos anos 80.⁴ Isto não deixou de ser um reflexo da crise enfrentada por este país na década anterior, pois sua autoconfiança ficou abalada principalmente em razão dos escândalos políticos que culminaram na renúncia do presidente Richard Nixon em 1974, bem como pela derrota no Vietnã em 1975. A vitória de Jimmy Carter mostrou ser o resultado da necessidade dos norte-americanos em ter um presidente que conduzisse a nação de forma mais coesa e que aplicasse uma política internacional menos intervencionista e catastrófica.⁵ Mesmo pautando pela seriedade, pela defesa dos direitos humanos e pela pressão sobre os regimes autoritários, o governo Carter sofreu no final dos anos 70 um revés de caráter nacional e internacional. No plano interno, ainda persistia o vagaroso crescimento da economia, permanecendo alta a taxa de desemprego com uma reduzida expansão do comércio interno. No plano internacional, a política externa não conseguiu deter processos como a subida ao poder dos sandinistas na Nicarágua em 1979, a permanência dos militares na América Latina, a invasão da embaixada norte-americana e a manutenção de reféns em Teerã em 1979, bem como a fracassada tentativa de resgate desses reféns.

empregos.

³ É importante destacar que houve, ainda no governo Carter, o início da mudança na política externa de Washington. O abandono dos acordos SALT II com a União Soviética (os quais limitavam a fabricação de armas nucleares), o desenvolvimento da bomba de nêutrons, o aumento do orçamento militar, entre outros, são fatos demonstradores da nova reação conservadora da Casa Branca, buscando acabar com a *detente*.

⁴ A postura de Ronald Reagan pode ser verificada através de diversos dos seus discursos e da plataforma política do Partido Republicano, documentos que serão analisados adiante.

⁵ Cf. SELSER, G. Entre El Salvador y las Malvinas. México: D. F. Mex-Sur, 1982, pp. 35-39.

Em razão dos múltiplos fatos que tornaram o governo Carter desacreditado, tornava-se mais forte a campanha de Ronald Reagan, cuja base estava em reacender o sentimento nacional norte-americano, prometendo recuperar a economia, bem como restabelecer a influência norte-americana no plano internacional.

A postura dos republicanos para o novo Governo tratava-se de uma identificação com o pensamento conservador, cujo conteúdo estava no forte nacionalismo anti-igualitário e anticomunista. Resgatar os valores nacionais era algo a ser feito o mais rápido possível, pois para os republicanos era vital que os Estados Unidos fossem o país condutor de uma política internacional que mantivesse o ideário da liberdade e do cristianismo, contra a ameaça comunista. Para os republicanos, a erosão dos ideais da nação tinha feito desabar a credibilidade internacional norte-americana, bem como fortalecer a posição soviética. Portanto, velhos valores deveriam ser resgatados, tais como a Doutrina Monroe, onde não só a América deveria pertencer aos americanos, mas também a América Latina, a Europa Ocidental e o Japão deveriam fazer parte dos fundamentos do poder norte-americano.⁶

De certa maneira, o aspecto político-ideológico expressou aquilo que Agustín Cueva considerou como uma guinada conservadora, pois desenvolveu-se uma série de idéias conservadoras elaboradas pelas antigas elites progressistas.⁷

Dentre essas idéias, apresentava-se a democracia como valor universal e com poucos adjetivos (representativa, pluripartidária, porém não participativa e não social). As idéias conservadoras apareciam em novos discursos justamente num momento em que os EUA estabeleciam novas estratégias a respeito de sua política internacional, o que se convencionou chamar de segunda Guerra Fria, caracterizada pelo estabelecimento de um novo confronto com a União Soviética (principalmente denunciando seu “totalitarismo”), pelo estabelecimento dos sistemas regionais de

⁶ Um importante documento para compreender a política internacional segundo a visão dos republicanos está no Documento de Santa Fé, o qual foi editado no Brasil em 1981 e apresentado por Fernando Peixoto sob o nome de Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina, Editora Hucitec, o qual será analisado adiante.

⁷ Cf. CUEVA, Agustín. A guinada conservadora. in: CUEVA, A. (org.) Tempos conservadores. São Paulo: Hucitec, 1989, pp. 20-21.

equilíbrio de poder⁸ e, na América Latina, pelas tratativas diplomáticas bilaterais (não mais multilaterais como dos governos anteriores).

A questão da necessidade de uma política diplomática bilateral deve receber algumas considerações iniciais. De acordo com Maria Izabel Mallmann, era intenção do governo Reagan privilegiar a ação direta nas relações exteriores, ou seja, em razão da necessidade de racionalização na distribuição dos recursos, fato decorrente da crise econômica da década anterior, optou-se por políticas que visaram suprimir tratamentos especiais para diferentes regiões. Dessa forma, os Estados Unidos abandonam a idéia de grandes projetos na política externa, pautando-se pelo pragmatismo da abordagem de problemas específicos, privilegiando as relações bilaterais, devendo a assistência econômica norte-americana ser um meio de exportar a sua ideologia.⁹

Quanto à América Latina, esta também foi inserida na formulação da política externa dos Estados Unidos, cuja referência estava na concorrência internacional com a Europa Ocidental e Japão e na administração da economia doméstica norte-americana. As questões econômicas da América Latina deveriam ser resolvidas nas esferas da economia internacional, mediante uma relação direta e bilateral com os Estados Unidos. Dessa forma, as negociações multilaterais com a América Latina começaram a ser vistas como improdutivas.¹⁰ Assim, a política norte-americana de incentivo à abertura democrática se faz num momento de rearticulação de sua política internacional. Dentro deste contexto, o discurso em defesa da democracia aparece como carro-chefe dentro das negociações dos Estados Unidos com a América Latina.

Assim, longe de excluir os fatores internos do processo de transição dos regimes autoritários na América Latina, minha dissertação visa compreender a

⁸ Sistema cujo objetivo era evitar o desenvolvimento de potências que poderiam rivalizar com os Estados Unidos.

⁹ Cf. MALLMANN, Maria Izabel. A questão do desalinhamento nas relações interamericanas: Estados Unidos e América Latina nos anos 80. 1989, pp. 91-95. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

¹⁰ Cf. BITAR, S. - MONETA, C. (orgs.) Política econômica de Estados Unidos em América Latina. Buenos Aires: GEL, 1984, pp. 54-55.

participação dos Estados Unidos nesse intento, apoiado num discurso da “essência” e “validade” da democracia.

Dessa forma, a partir da década de 1980, no plano político-ideológico, os Estados Unidos desenvolveram internamente a construção de uma política democrática-liberal após a derrota do *welfare state* (Estado de bem-estar social), assim como buscaram estender esta política a uma série de países da América Latina administrados por governos ditatoriais ou em fase de transição dos regimes militares.

a) Definição do tema

A presente pesquisa visa abranger o período de divulgação desta democracia, iniciada por intermédio do governo norte-americano, representado pelo republicano Ronald Reagan. Este período compreende a vigência dos seus dois mandatos (1981-1988).

O principal objetivo da pesquisa é elaborar um mapeamento, através de diferentes fontes, das razões que levaram o governo norte-americano conduzir uma nova política externa para determinadas nações latino-americanas com intuito de destituir governos ditatoriais, fomentando a necessidade de abertura democrática. Em outras palavras: por que o incentivo à democracia para América Latina? Por que neste momento? Quais motivos desta guinada política?

A partir deste problema central, também se busca as origens desta idéia de democracia e os interesses no seu estabelecimento como regime político. Neste sentido, outro objetivo será avaliar e esmiuçar as origens do discurso da democracia liberal e observar sua implicação nas relações estabelecidas entre Estados Unidos e América Latina.

Pretende-se com a pesquisa identificar os interesses gerais norte-americanos para manutenção e/ou recuperação de sua hegemonia, utilizando-se de diferentes meios com o objetivo de fomentar o estabelecimento da democracia na América Latina.

Tendo como orientação uma linha de pesquisa que contempla aspectos como a criação de uma ordem internacional, a hegemonia norte-americana e diplomacia e desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, a escolha do tema tem por justificativa a necessidade de observação de fatores externos (existência de políticas internacionais norte-americanas) na construção do ambiente democrático para a América Latina.

Desde já, busca-se deixar claro que a pesquisa, em momento algum, menospreza ou elimina a importância dos fatores internos da transição ao ambiente democrático (os quais vários autores tem colocado como preponderantes). Porém isto não elimina a existência dos externos.¹¹ De longa data, o mapeamento, a análise e as discussões acerca dos interesses dos diferentes grupos acerca das novas regras e a condução da transição para regimes democráticos são extensos. Porém, o levantamento dos fatores externos para construção deste ambiente é um trabalho de vital importância.

Fator fundamental de interesse desta pesquisa é a necessidade de compreensão acerca de qual democracia os latino-americanos estão construindo. Percebe-se que a partir dos anos 80, a democracia latino-americana estava longe de ser construída pelo povo. Posteriormente à transição do regime ditatorial, a construção do conceito e da prática democrática foi elaborada sob bases frágeis, onde a conquista de direitos, sejam eles de quaisquer naturezas, deveriam ser obtidos passo a passo, lentamente, porque havia ainda a possibilidade da volta dos militares. Havia necessidade de conquistar a democracia por etapas.

Esta mesma democracia, tão frágil após a transição do regime, não trouxe às populações latino-americanas as transformações tão esperadas. Pode-se perceber, atualmente, falta de clareza a respeito de nossa própria democracia. Pode-se identificar limites acerca do discurso em relação à ação, observa-se a falta de substância quando do emprego do termo democracia, tanto pelos órgãos de imprensa, como pelos governos e, mais preocupante, vive-se a ameaça constante de retorno de regimes ditatoriais.

¹¹ A questão acerca da preponderância ou não dos fatores externos será discutida adiante.

A idéia divulgada de democracia é enfraquecida, limitada à ordenação ao povo de que existem eleições periódicas e, no intervalo dessas, o silêncio é a ordem estabelecida. A representatividade popular é simplória e a participação da coletividade nos processos de decisão acerca das políticas sociais é quase nula.

Sua abrangência verifica-se, praticamente, em toda extensão da América Latina, facilmente observada pela existência de governos que implementam políticas econômicas cujo resultado principal está na concentração de renda, desenvolvidos sobre as bases econômicas estabelecidas no início da década de 80. Vive-se sobre a incerteza da aplicabilidade das leis e sobre a certeza do seu não cumprimento. Afinal, que democracia é esta que herdamos? Que democracia é esta que esquece o fator social? Que democracia é esta que se esquece de milhões? Que democracia estamos construindo?

Elaborar um mapeamento das implicações da política internacional norte-americana para construção da democracia latino-americana torna-se, portanto, uma pesquisa não só historiográfica, mas também um elemento para pensarmos nossa democracia e seus rumos.

b) Referenciais Teóricos

A dissertação busca fundamentar-se nos seguintes pressupostos teóricos:

- a) As relações de poder estabelecidas entre os Estados são compreendidas neste trabalho como um sistema onde existem dois centros hegemônicos, os quais submetem Estados periféricos. A construção do sistema de equilíbrio bipolar deu-se após a Segunda Guerra Mundial, cuja “característica mais clara está na rigidez da política de equilíbrio posta em prática pelos dois atores principais, ou seja, no fato de eles terem extrema dificuldade ou impossibilidade em

impossibilidade em renunciar a posições de poder mesmo mínimas e, conseqüentemente, em aceitar a passagem de um aliado para o bloco oposto.”¹²;

- b) a atuação das grandes potências neste sistema bipolar estabelece a formulação de um subsistema, cuja característica está em construir relações com atores menores com o objetivo de controlar sua ação no plano internacional;
- c) o conceito de grande potência é “dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. (...) É grande potência aquele Estado que — tendo ingressado num sistema de alianças para uma guerra (...) — no momento da paz consegue conservar tal relação de forças com aliados que lhe permite estar em condições de assegurar a manutenção dos pactos e as promessas feitas no início da campanha. A linha de um Estado hegemônico (de uma grande potência) não ‘oscila’, pois ele mesmo determina a vontade dos outros e não é determinado por ele, porque a linha política baseia-se em tudo o que há de permanente, e não de causal e imediato e nos interesses particulares e de outras forças que concorrem de modo decisivo para formar um sistema e um equilíbrio.”¹³
- d) em relação aos atores menores, “a formação de blocos fortemente hegemonzados por uma potência-guia (...) implica necessariamente, sobretudo nas zonas de grande importância estratégica, a limitação de forma considerável da própria autonomia de decisão interna dos Estados subordinados. Com isso se pretender poder impor aos ‘satélites’ opções ideológicas e, em decorrência disso, a adoção ou manutenção de estruturas políticas e econômico-sociais homogêneas, ou, de qualquer maneira, vantajosas quanto às necessidades do sistema político e econômico-social da

¹² Cf. BOBBIO, Norberto. Relações internacionais. in: Dicionário de política. Brasília: UNB, 1986, p. 1093.

¹³ Cf. GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 191-192.

potência hegemônica, que é, por outro lado, obrigada a procurar impedir profundas transformações internas nos Estados pertencentes à sua zona de influência, justamente para evitar a sua passagem ao bloco oposto.”¹⁴;

- e) entende-se democracia liberal como um regime político onde a constituição do poder governamental dá-se através do voto popular, onde existe a liberdade da população em escolher seus representantes. O regime democrático liberal é caracterizado pelo voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição intrapartidária, reconhecimento das associações voluntárias, defesa dos direitos civis e responsabilidade executiva dos governantes.¹⁵ Em outras palavras, a democracia liberal vincula-se à criação e institucionalização de uma ordem política (isto é, um sistema de regras do jogo que faz abstração de seus conteúdos éticos e de natureza profunda dos antagonismos sociais) e que só coloca problemas de governabilidade e eficácia administrativa.¹⁶ Ela se apresenta como um mecanismo para escolher e autorizar governos a partir da existência de grupos que competem pela governabilidade, comumente associados a partidos políticos e escolhidos por votos. Através desse fator, os eleitores, por sua vez, ficam alijados do poder de decisão acerca da coisa pública, principalmente no que diz respeito ao trato orçamentário, visto que o povo, através da eleição, delega poderes aos seus eleitos para bem representá-los. Assim, a função dos votantes não é a de resolver problemas políticos, mas a de escolher homens que decidirão quais são os problemas políticos e como resolvê-los.¹⁷ Percebe-se, então, a criação e/ou desenvolvimento de uma elite dirigente. A democracia liberal configura-se despojada de caráter social¹⁸ e é

¹⁴ Cf. BOBBIO, Norberto. op. cit., p. 1094.

¹⁵ Cf. O'DONNELL, SCHMITTER & WHITEHEAD (orgs.) Transições do regime autoritário: conclusões. São Paulo: Vértice, 1988, p. 25.

¹⁶ Cf. BORON, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 7.

¹⁷ Cf. CHAUI, Marilena de Souza. A “questão democrática”. in: CHAUI, Marilena de Souza (et. al.) A questão da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 143. Neste texto, a autora apresenta o modelo de democracia liberal de Schumpeter e a crítica a este modelo por McPherson.

¹⁸ Ausência de um caráter social significa dizer que a democracia liberal, ou democracia burguesa, não possui um projeto concreto sobre a solução dos problemas da maioria da população. O regime democrático-liberal tolera a presença de um quadro institucionalizado de miséria, condenando milhares de pessoas ao descaso. É uma concepção de democracia “cujo projeto se esgota na

concebida “como uma entidade etérea que flutua imutável, bem acima dos conflitos sociais, das lutas, das diferenças, das desigualdades e dos interesses que configuram a história das sociedades.”¹⁹ É por isso que essa democracia encontra-se preñe de contradições e tensões, e suas conquistas sempre se caracterizavam provisórias, fracas e passíveis de questionamento. A democracia liberal pressupõe que os indivíduos de uma determinada sociedade são como consumidores, onde o Estado é fornecedor ou distribuidor de suas demandas. A democracia é entendida como um “mecanismo de mercado, cujo motor é a concorrência dos partidos segundo o modelo da concorrência empresarial.”²⁰ Pressupõe-se que o eleitor, como um consumidor, define qual o melhor discurso, ou qual discurso atende às suas necessidades, onde o papel designado ao eleito é representar bem e suprir as necessidades de seus representados.²¹

Em razão do estabelecimento desses conceitos, torna-se necessário elaborar o problema teórico da seguinte maneira:

- a) Hegemonia e grande potência foram dois conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci no sentido de compreensão da capacidade de determinados Estados em influenciar a atividade política e econômica de outros. A nação hegemônica é a nação controladora;
- b) os fatores definidores da condição de grande potência, quais sejam, extensão territorial, força econômica, força militar e paz interna, conferem tamanha estabilidade à grande potência que lhe permite traçar, em caráter permanente, sua linha de atuação e nortear a ação dos demais Estados²²; portanto, a posição da grande potência sobre a atuação política e econômica de outros Estados influencia suas atividades de tal forma que estes não podem ser desconsiderados pela historiografia. A influência da grande potência Estados

normalização das instituições políticas.” Cf. BORON, Atílio. op. cit.

¹⁹ Ibidem, p. 18.

²⁰ Cf. CHAUÍ, Marilena de Souza. op. cit., p. 143.

²¹ Ibidem.

²² Cf. GRAMSCI, op. cit., p. 191.

Unidos foi de grande importância no processo de transição da ditadura à democracia na América Latina a partir dos anos 80;

- c) a política norte-americana de incentivo à abertura democrática para a América Latina se faz num momento de rearticulação de sua política internacional, buscando fortalecer sua influência de potência-guia ao mesmo tempo visando evitar a passagem ou aproximação dos estados satélites ao bloco oposto, digase soviético. Desta forma, a partir da década de 1980, no plano político-ideológico, os EUA desenvolveram internamente a construção de uma política democrática-liberal após a derrota do *welfare state*, assim como buscaram estender esta política a uma série de países da América Latina administrados por governos ditatoriais ou em fase de transição dos regimes militares;
- d) a democracia, sob o ponto de vista norte-americano, deveria ser estabelecida na América Latina como um regime político cujo objetivo é a adoção ou manutenção de estruturas políticas e econômico-sociais homogêneas vantajosas quanto às necessidades do sistema político e econômico-social da potência hegemônica;
- e) a idéia de democracia liberal está ligada ao desenvolvimento de uma política econômica liberal. O contexto econômico mundial do início dos anos 80 fez com que, ao mesmo tempo em que os modelos políticos ditatoriais iam perdendo seu fôlego, fossem desenvolvidas justificativas acerca de uma nova democracia;
- f) essa democracia liberal principia na América Latina sob uma forma muito contraditória: apesar dos lentos avanços políticos conquistados pelos diversos setores da sociedade, não foi acompanhada por uma melhoria nas condições de vida das grandes majorias nacionais, por isso foi compreendida, desenvolvida e divulgada à esfera político-institucional, sem engajamento social, sem melhoria das condições sociais da população.

A presente dissertação divide-se em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo, “Os difíceis anos 70”, pretende efetuar um levantamento historiográfico das razões da crise de hegemonia internacional norte-americana, pautado em três diferentes enfoques, mas ao mesmo complementares, onde se destaca a questão da síndrome do Vietnã, a crise econômica capitalista dos anos 70 e a política externa de Jimmy Carter, razões que dão origem à chamada “guinada conservadora”.

O segundo capítulo, “A nova política norte-americana a partir dos anos 80”, trata de mapear as estratégias para a recuperação norte-americana no cenário internacional dentro da perspectiva republicana de Ronald Reagan, um capítulo cujo objetivo é estabelecer, através de análise documental, as razões da nova política externa norte-americana, a construção dos conceitos básicos para levar adiante esta política e as atividades do presidente dos Estados Unidos, bem como dos diferentes atores empenhados no desenvolvimento desta nova postura.

O terceiro capítulo, “A transição sob o olhar de especialistas”, tem por objetivo fazer um levantamento das principais obras que tratam sobre a influência dos Estados Unidos no processo de redemocratização da América Latina e qual a importância desta região para a nova administração norte-americana no início dos anos 80. Analisando autores latino e norte-americanos, o objetivo é mapear as razões e as atividades que levaram o republicano Ronald Reagan empreender uma política cuja visão era retomar as ligações diplomáticas com os países latino-americanos sob regimes autoritários (as quais haviam sido bruscamente interrompidas pela administração Carter), mas ao mesmo tempo fomentando a transição para a democracia, assim como quais foram os objetivos desse incentivo democrático e qual era o perfil da democracia fomentada pelos republicanos da Casa Branca, verificando se a postura de Washington foi ou não decisiva para esse processo.

A conclusão busca estabelecer a relação entre a construção de uma nova política do governo norte-americano, cujo objetivo fora retomar a hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional, e o processo de transição democrática dos países latino-americanos neste período. A conclusão visa destacar a necessidade dos

Estados Unidos em restabelecer um papel central na condução da política internacional como gendarme do mundo capitalista e na defesa da democracia como valor universal, impondo sua postura ideológica aos estados satélites, visando a adoção de estruturas políticas homogêneas e vantajosas quanto às necessidades do sistema político e econômico-social norte-americano com o objetivo de evitar a passagem de estados satélites ao bloco oposto.

c) Fatores internos e externos na transição para a democracia

Acredito que seja pertinente estabelecer alguns esclarecimentos sobre a questão da influência dos elementos externos na transição da democracia na América Latina. Discutir se os fatores internos têm preponderância sobre os externos, ou vice-versa, parece ser uma reflexão da qual não se poderia tirar muito proveito. A perspectiva é entender que um fator não elimina o outro ou se propõe mais influente do que o outro. Cabe sim destacar que ambos fatores são pertinentes para compreender melhor a história e alcançar as respostas a que se pretende investigar. Acredito que este espaço possa ser bem aproveitado no sentido de discutir até que ponto as influências externas (diga-se norte-americanas) tem uma determinação ou sobredeterminação nos acontecimentos latino-americanos. Para tanto, pretendo valer-me da proposta elaborada por Immanuel Wallerstein sobre o sistema-mundo no capitalismo.²³

Segundo Wallerstein o que somente se desenvolve é a economia mundo capitalista,²⁴ não os países, e esta é de natureza polarizadora, portanto não haveria

²³ Para a presente análise utiliza-se WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985; e do mesmo autor: A reestruturação capitalista e o sistema-mundo, in: GENTILI, Pablo (org.). op. cit. pp. 223-251.

²⁴ A idéia de economia-mundo capitalista consiste, nas próprias palavras de Wallerstein, no seguinte: “O sistema-mundo moderno é a economia-mundo capitalista. Ele teve início no século 16 num segmento específico do planeta: na Europa ocidental e em partes das Américas. Ele se expandiu geograficamente e incluiu todo o planeta desde o século 19. O sistema-mundo é estruturado de tal forma que há um eixo centro-periferia, no qual algumas zonas geográficas produzem bens de alto valor agregado (de modo quase monopólico) enquanto outras regiões produzem bens de baixo valor agregado para mercados altamente competitivos. O resultado é um constante fluxo de mais-valia de produtores de bens periféricos para produtores de bens centrais. A geografia desse processo não é constante. A lista de bens também não.” Cf. MORAES, Márcio Senne de. Wallerstein desfaz a “ilusão do progresso”. Folha de São Paulo. São Paulo, 10/02/2002.

qualquer possibilidade de desenvolvimento para a América Latina, mesmo através de políticas econômicas governamentais. Para ele, a partir de 1945, a situação geopolítica mundial havia se alterado, destacando que o mundo não-ocidental era formado pelo bloco de países comunistas e pelo Terceiro Mundo. Neste mesmo período, o mundo ocidental considerado por Wallerstein constituía-se dos países capitalistas desenvolvidos, liderados sobretudo pelos Estados Unidos. A postura do Ocidente perante o Terceiro Mundo, no que diz respeito à América Latina, esteve em fornecer apoio ao seu desenvolvimento através das tradicionais políticas de abertura de fronteiras econômicas, da permissão do investimento externo e da criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento.

Sabendo-se que a economia do capitalismo sempre tem como objetivo racional a maximização da acumulação de capitais e que, segundo Wallerstein, no capitalismo histórico o capital veio a ser utilizado com a intenção básica de auto-expansão, tornou-se empírico o processo de existência de centros e periferias. A concepção da existência de centros e periferias, ou seja, a criação de um sistema internacional baseado na polarização, no domínio e no controle de determinadas regiões sobre outras, pode ser compreendido através do conceito de divisão internacional do trabalho. A divisão internacional do trabalho expressa o grau de assimetria geográfica no uso e rendimento da mão-de-obra em distintos momentos históricos da evolução da economia mundial capitalista.²⁵

Percebe-se que na evolução histórica do capitalismo existem desigualdades na repartição do trabalho no mundo, ou seja, desenvolveu-se um processo de construção econômica mundial baseada na idéia de centro e periferia. O centro é onde está o poder de comando, o qual controla o excedente das cadeias produtivas, além de produzir e difundir novas tecnologias, enquanto a periferia é subordinada pela apropriação do excedente econômico e dependente da tecnologia externa. A polarização da economia capitalista entre centro e periferia resultou em uma constante disputa pelos benefícios da divisão internacional do trabalho, resultando, em grande parte, no prejuízo da periferia.

²⁵ Cf. POCHMANN, Márcio. A divisão do trabalho no mundo e o emprego no Brasil. *Ciência Hoje*, v. 28, n. 165, outubro de 2000.

Segundo Wallerstein, esta desigualdade sempre foi ocultada e a chave de ocultamento desse mecanismo está na estrutura da economia-mundo capitalista, ela pode ser compreendida

“(...) na separação aparente entre a área econômica (divisão social do trabalho mundial, com processos produtivos integrados, todos operando para a interminável acumulação de capital) e a área política (consistindo ostensivamente de Estados soberanos separados, cada um autonomamente responsável pelas decisões políticas em sua jurisdição, dispondo cada qual de forças armadas para sustentar sua autoridade).”²⁶

O fator de crescimento da economia-mundo não deixa de estar vinculado ao processo de formação do Estado moderno, e as relações de centro e periferia da mesma forma:

“A concentração de capital nas zonas centrais gerou a base fiscal e a motivação política para criar máquinas estatais relativamente fortes, entre cujas muitas capacidades estava a de assegurar que as máquinas estatais das zonas periféricas se tornassem ou se mantivessem relativamente fracas.”²⁷

Dessa forma, a constituição de um sistema-mundo pressiona pela existência de uma conformação ou adequação das periferias em relação ao centro, incluindo seu próprio processo de desenvolvimento. Wallerstein deixa claro que o desenvolvimento não é um processo nacional e não depende das ações realizadas dentro do próprio país,

“(...) seja no que se refere a políticas públicas, seja em tudo o que gira em torno dos valores culturais ou da estrutura social. É como se todos os países seguissem caminhos paralelos, indo em direção ao futuro, mas com alguns países menos adiantados do que outros. Esse é um modo maluco de analisar o que está ocorrendo

²⁶ Cf. WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. op. cit., p. 26.

²⁷ *Ibidem*, p. 27.

ocorrendo agora.”²⁸

Para Wallerstein, vivemos os últimos 400 anos num único sistema histórico, a economia-mundo capitalista, o qual possui regras, contradições, seu modo de desenvolvimento e diversas instituições:

“Uma delas é representada pelos vários Estados que o compõem, ligados um ao outro num sistema interestatal. Nenhum dos Estados jamais foi uma entidade independente nem jamais controlou o processo básico do desenvolvimento capitalista. Um dos princípios básicos da economia-mundo capitalista é a distribuição desigual da mais-valia. Com o tempo, isso leva a uma constante polarização do sistema-mundo – economicamente, socialmente e demograficamente.”²⁹

A manutenção das relações desiguais entre os diversos Estados mantém-se enquanto este sistema-mundo perdura, ou seja, pressupõe-se que a relação entre os estados se estabelece através de uma hierarquia:

“É impossível, dentro desse sistema, que todos os países tenham o mesmo padrão de vida, que todos aqueles que hoje são pobres possam ‘desenvolver-se’ e tornar-se tão ricos quanto aqueles que já são ricos agora. Alguns Estados podem mudar de posição e subir ou descer na hierarquia, mas a hierarquia é constante.”³⁰

Essa análise efetuada por Wallerstein sobre o sistema capitalista e a sua relação com a formação dos Estados modernos foi caracterizada por Fred Halliday como uma historiografia alternativa, destacando certos equívocos de sua concepção sobre o Estado:

“Marx no século XIX e, mais claramente, o pensamento sociológico contemporâneo cometem o mesmo erro ao supor que o Estado é simplesmente assolado pelos

²⁸ Cf. MORAES, Márcio Senne de. op. cit.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

assolado pelos processos transnacionais.”³¹

Acredito que em nenhum momento Wallerstein elimina a importância dos fatores internos no processo de construção das atividades políticas e econômicas dos diferentes países. O que nega é o isolamento e/ou o desenvolvimento de estados de forma paralela, como se cada um tivesse de seguir os mesmos passos para atingir as metas estabelecidas para o futuro. A existência de um sistema internacional ligando os diferentes estados cria a necessidade de compreensão dos processos históricos nacionais estarem ligados a um sistema internacional. Torna-se, portanto, imprescindível para a compreensão do estabelecimento de novas políticas na América Latina (entre as quais a compreensão do processo de transição para a democracia) a importância da influência externa na construção dos processos políticos nacionais nesta região, pois inclusive a própria divisão internacional do trabalho pressionou pela tomada de novas políticas que facilitassem a entrada de capitais. A democracia latino-americana não deixaria de cumprir papel importante neste processo.

³¹ Cf. HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999, p. 105.

1 - OS DIFÍCEIS ANOS 70

O que faz com que uma grande potência militar, econômica e política tenha sua posição no mundo questionada? Esta situação ficou bem clara, seja para o mundo inteiro, assim como para os próprios norte-americanos, entre fins dos anos 60 e início dos anos 70; a humilhação e a decadência de sua posição no cenário internacional neste período tornou-se uma questão bastante complexa. A retomada de uma nova postura e a recuperação honrosa dos fracassos dos Estados Unidos no plano internacional estiveram constantemente nos discursos de Ronald Reagan, o qual foi, sem receio de errar, seu carro-chefe na conquista dos votos dos delegados que o conduziram à Casa Branca no ano de 1980, motivados pela esperança de que a nação norte-americana tomasse uma postura mais sóbria e menos desastrosa no plano internacional, porém estabelecendo objetivos concretos no sentido da retomada de sua liderança do mundo capitalista.

O presente capítulo tem por objetivo estabelecer as razões pelas quais os Estados Unidos tiveram questionadas as suas bases de gendarme do mundo capitalista, assim como compreender como esta mesma situação motivara a futura campanha de Ronald Reagan, claramente um candidato à presidência com uma postura conservadora e, ao mesmo tempo, que se propunha transformadora. Conservadora em razão de que Reagan representava os velhos e tradicionais valores republicanos, colocando acima de tudo a liberdade, a democracia e os valores cristãos. Transformadora, pois se propunha administrar os Estados Unidos, interna e externamente, de forma bem diferente do seu predecessor Jimmy Carter. Reagan em seus discursos propunha fazer retornar a posição dos Estados Unidos como condutor

do “mundo livre”, buscando não deixar espaços para a ameaça do “império do mal”.³²

Os anos 70 foram um período de desgaste da política externa norte-americana, acumuladora de uma série de fracassos, os quais acalentaram a necessidade de reação frente a esta série de insucessos. Nesse contexto, a fracassada campanha no Vietnã, a crise econômica em meados dos anos 70 e a política externa de Jimmy Carter são três fatores que desencadearam esta nova postura, culminando na vitória do republicano Ronald Reagan nas eleições de 1980. Longe de estarem isolados, os três fatos estão implicados num processo de decadência dos Estados Unidos enquanto potência capitalista.

Giovanni Arrighi sintetiza de forma clara a situação norte-americana nos anos 70, localizando estas três esferas distintas, mas ao mesmo tempo concomitantes neste processo:

A crise iminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973, entre três esferas distintas e estreitamente relacionadas. Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. A crise teve uma deterioração rápida e, em 1973, o governo norte-americano havia recuado em todas as frentes.

Durante o resto da década de 1970, as estratégias de poder norte-americanas passaram a se caracterizar por um desprezo básico pelas funções de governo mundial. (...) O resultado foi uma desestabilização ainda maior do que havia restado da ordem mundial do pós-guerra e um declínio acentuado do poder e prestígio norte-

³² Uma excelente obra para verificar a postura de Reagan, através de seus discursos, como motivadora da recuperação dos valores e da honradez norte-americana está em SMITH, Tony. America's mission: the United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century. New Jersey: Princenton University Press, 1994; ver também a página oficial da biblioteca Ronald Reagan, disponível em: <<http://www.reagan.utexas.edu>>. Acesso em 23/07/2002.

americanos durante a Revolução Iraniana e a crise dos reféns de 1980.”³³

A construção deste capítulo estará baseada nestas três esferas distintas, tentando situar as origens da tentativa de restabelecimento dos Estados Unidos como condutor da política e da economia capitalista mundial a partir dos anos 80.

1.1 A síndrome Vietnã

Entender o significado da derrota dos Estados Unidos para um pequeno país do Terceiro Mundo é uma tarefa bastante complexa, pois se refere à tentativa de tentar captar a decepção que envolve toda uma nação que se julgava militar, econômica e estrategicamente superior (e de fato o era); decepção esta seja tanto para a administração norte-americana, como para a população deste país. O que se busca compreender é o quanto esse fato fez com que mudassem os discursos e, ao mesmo tempo, mudassem as perspectivas em relação à necessidade de reconstrução do papel de gendarme dos Estados Unidos dentro do contexto das relações internacionais.

Num primeiro momento, não é possível compreender o conflito do Vietnã apenas por uma perspectiva cujas razões sejam preferencialmente ligadas aos fatores locais. Sem dúvida, é fora de questionamento que a disputa interna entre um norte administrado pelo partido comunista e um sul conservador criou fatores de confronto, os quais ultrapassaram a possibilidade diplomática: o conflito era inevitável. Porém isto não elimina a tensão existente entre o Leste e o Oeste. A participação direta dos Estados Unidos nos conflitos do Vietnã deu um caráter de disputa imperialista dentro do contexto da Guerra Fria.

³³ Cf. ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XXI: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 310. Deve-se levar em conta que Arrighi também destaca o fato de que após as turbulências dos anos 70, os belos anos (ou *belle époque*) da década de 80 do regime norte-americano, representado pela era Reagan, mais aprofundaram a crise deste sistema do que realmente representaram uma solução.

Em uma disputa onde os Estados Unidos puderam por em prática suas táticas e as novas tecnologias desenvolvidas no pós-guerra mundial e após a Guerra da Coréia, as expectativas eram de um confronto rápido e sem grandes perdas. Todos sabemos o que ocorreu.

Após a derrota no Vietnã, a chamada Doutrina Nixon estabeleceria um refluxo da potência Estados Unidos no cenário internacional. Segundo Droz & Rowley, a base desta doutrina está no fato de que

“os Estados Unidos renunciam a ser os gendarmes do mundo. Protegerão e ajudarão os países ameaçados, mas, à exceção do caso da Europa, nunca mais enviarão forças para o estrangeiro. Assim se esvai o sonho americano, forjado nos alvares da guerra fria, de um mundo policiado pelos valores da democracia americana e regido pelo espírito de cruzada de seus dirigentes.”³⁴

Se Nixon estabeleceu essa diretriz para os Estados Unidos, a qual seria seguida por seu vice, Gerald Ford, após o escândalo *Watergate*,³⁵ não se pode dizer o mesmo para Jimmy Carter, o qual em sua campanha e em sua administração faria esforços para levar a nação norte-americana ao patamar de antigo gendarme do mundo livre ocidental e defensora dos valores americanos. Em razão do fracasso dessas intenções, as quais serão analisadas adiante, tornou-se fortalecida uma nova guinada política a partir do aparecimento da figura de Ronald Reagan como o político que poderia resgatar a autêntica postura de liderança norte-americana e recuperar a dignidade desse país na diplomacia internacional.

Nota-se que a Guerra do Vietnã, longe de ser um conflito com interesses econômicos ou uma forma de desova de tecnologias militares, tendeu a tornar-se um conflito com caráter essencialmente político para os Estados Unidos. Benefícios econômicos estariam longe de serem conquistados; pior, o déficit público norte-

³⁴ Cf. DROZ, Bernard. – ROWLEY, Anthony. *História do século XX* – Volume 3: expansão e independência (1950-1973). Lisboa: Dom Quixote, 1993, p.348.

³⁵ Famoso escândalo cujo resultado foi a renúncia de Richard Nixon da presidência dos Estados Unidos em agosto de 1974.

americano alcançou patamares altíssimos e colaborou para o desencadeamento da crise capitalista logo em seguida. Ganhar a Guerra do Vietnã significaria, em primeiro lugar, estabelecer um governo aliado em uma região estratégica, unificando o país e estabilizando sua política. Em segundo lugar, reafirmar no plano internacional a postura dos Estados Unidos como condutor do capitalismo, denotando a excelência deste sistema produtivo em detrimento ao socialismo. Terceiro, manter junto à opinião pública norte-americana elevados índices de confiabilidade numa administração que poderia bem conduzir a política externa e evitar o questionamento de sua liderança. É em razão da frustração destes objetivos que se cria a síndrome do Vietnã:

“Encarregados de intervir em nome da defesa do mundo livre, os Estados Unidos têm de provar até a vitória a validade da sua garantia, nem que seja a custo de um crescimento constante das suas forças. A engrenagem então está montada, pois está em jogo o próprio prestígio do poderio americano e sua reputação de invencibilidade forjada pela história.”³⁶

O defensor do mundo livre e da democracia observava seus ideais e suas iniciativas tomarem um rumo até então inimaginável:

“Depois que a Guerra do Vietnã demonstrou que o mais caro, mais avançado e mais destrutivo aparato militar que o mundo já vira era inteiramente incapaz de dobrar a vontade de um dos povos mais pobres da Terra, o governo norte-americano perdeu temporariamente a maior parte, senão toda a sua credibilidade como vigilante do mundo livre.”³⁷

Uma vez afetada a credibilidade do governo da maior potência capitalista, o resultado para a sociedade civil norte-americana não poderia tomar rumos muito diferentes:

“O fato de ter sido uma guerra travada por uma ‘sociedade aberta’ – (...) de ter coincido com as fissuras, e contribuído muito para causá-las, no

³⁶ Cf. DROZ & ROWLEY. op. cit., p. 350.

³⁷ Cf. ARRIGHI, Giovanni. op. cit., p. 333.

consenso da sociedade americana sobre as metas e as prioridades do país; de ter sido acompanhada pela inflação e por protestos estudantis e distúrbios urbanos sem precedentes (...) – tudo isso significou que a Guerra do Vietnã, embora muito menor em número de baixas, teve sobre o povo americano um impacto mais ou menos semelhante ao da Primeira Guerra Mundial sobre os Europeus. Os efeitos foram observados, esmagadoramente, em níveis pessoal e psicológico; mais amplamente, foram interpretados como uma crise na civilização americana e suas disposições constitucionais.”³⁸

Isso sem falar em outros distúrbios que agravaram muito a situação da comunidade norte-americana, tais como os problemas gerados pelos soldados desajustados com a guerra.

A síndrome da Guerra do Vietnã, portanto, trouxe como resultados a crescente descrença na política interna dos Estados Unidos – auxiliada pelo escândalo *Watergate* – e uma significativa retração dos Estados Unidos no plano internacional, principalmente pressionado pela opinião pública norte-americana, a qual acreditava que os Estados Unidos deveriam evitar sua intervenção em conflitos do Terceiro Mundo.

1.2 A crise do modelo de acumulação capitalista

Dentro das características gerais por que passou o mundo capitalista no século XX, um capítulo especial esteve na década de setenta. Compreender este período, significa identificar um pouco do que somos hoje, o comportamento do mundo capitalista, seus problemas, suas conquistas, as peculiaridades existentes nas diversas regiões, bem como as funções exercidas pelas diversas nações dentro da ordem mundial estabelecida no período subsequente.

³⁸ Cf. KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, pp. 385-386.

A década de 70 significou o início de um processo de decadência de um modelo de acumulação do mundo capitalista, e não só isto, início de uma nova divisão internacional do trabalho (DIT).

A crise do modelo de acumulação capitalista na década de 70, baseado no modelo *fordista/keynesiano*³⁹ de acumulação, trouxe consigo a crise de um capitalismo que acreditava, após a Segunda Guerra Mundial, ser o modelo ideal frente à ameaça da liberdade: o comunismo. Ao mesmo tempo em que este modelo decaía, surgia em seu lugar o chamado modelo de acumulação flexível ou monetarista.⁴⁰

Deve-se, num primeiro momento, compreender o que foi o modelo *keynesiano*. John Maynard Keynes, na década de 30, buscando compreender a crise de 29, passou a observar o desenvolvimento do mercado norte-americano e percebeu que o dinheiro fluía das empresas para o público através de rendas, salários, remunerações, juros e lucros. Em seguida esse dinheiro retornava para as empresas quando o público adquiria os bens e serviços oferecidos por elas. Este processo Keynes chamou de fluxo circular. Este fluxo perdurava enquanto as empresas pudessem vender tudo o que produzissem para obterem lucros satisfatórios.

Porém Keynes também observou que este mesmo fluxo possuía alguns vazamentos. Em primeiro lugar, nem todo o dinheiro voltava para as empresas, eles vazavam através das mercadorias adquiridas pelas importações, através do pagamento de tributos, bem como através da poupança. Em segundo lugar, Keynes propôs uma solução: deveria o Estado intervir no mercado recolhendo o excesso da poupança, mediante empréstimo e investimentos nos projetos de utilidade pública. Deve-se ter em mente que esta relação poupança-renda deveria reconduzir o mercado a uma situação de estabilidade econômica.

³⁹ O modelo chama-se *fordista* por estar baseado na produção em grande escala e na linha de montagem, típica produção inaugurada por Henry Ford na década de 1920. Chama-se também *keynesiano* em razão da existência da intervenção do Estado na economia e na distribuição de renda, medidas analisadas e incentivadas pelo economista inglês John Maynard Keynes, cujo livro *A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* tornou-se célebre por analisar a crise dos anos 30, bem como apontar as soluções para o seu enfrentamento.

⁴⁰ A bibliografia existente sobre a transição dos modelos de acumulação é vasta. Destaca-se

Keynes acreditava que esta relação descrita poderia beneficiar amplamente a sociedade civil através da construção de escolas, pontes, estradas, enfim, serviços que trariam retorno útil à sociedade de uma maneira geral. De fato, o que veio comprovar as teorias *keynesianas* foi a Segunda Guerra Mundial. A renda que Keynes acreditava ser revertida ao público através do Estado foi na verdade destinada ao fortalecimento da máquina de guerra norte-americana. Para se ter uma idéia, em 1940 os Estados Unidos gastavam algo em torno de 3,2 bilhões de dólares, ou 3,2% do PNB (Produto Nacional Bruto) em despesas de guerra. A partir de 1943, estas despesas passaram a representar 40% do PNB.⁴¹

Mesmo terminanda a Segunda Guerra Mundial, houve continuidade dos investimentos em armamentos (apesar de uma ligeira redução) em virtude da Guerra Fria. Foi a partir deste momento que se consolidou a hegemonia da economia norte-americana no mundo capitalista através do modelo de acumulação *fordista/keynesiano*.

E a produção? Este padrão industrial, comercial, financeiro e de consumo, consistiu, em breves palavras, no seguinte: a) ele era centrado nos setores de bens de capital, metalmeccânica e petroquímica, basicamente, e era diretamente associado ao consumo de bens duráveis e à substituição de bens naturais por sintéticos; b) sua dinâmica de crescimento estava no progresso técnico, em alguns setores de bens de capital, no comércio internacional e na relação das empresas líderes de mercado com o Estado; c) era um modelo que necessita uma econômica mundial aberta, buscando evitar o desenvolvimento dos capitais nacionais.

Este modelo tomou impulso, também, através do Plano Marshall, da ajuda militar norte-americana aos países da Europa Ocidental e Japão, bem como com inversão de capitais privados.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

⁴¹ Cf. HUNT, E. K. - SHERMAN, H. J. *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 174.

Este modelo começaria entrar em crise principalmente através da rigidez produzida pela exigência de garantir pleno emprego e conceder aumentos salariais continuamente. Isto resultou no declínio da taxa de crescimento e de lucros. Não obstante, as indústrias requeriam investimentos cada vez maiores nas áreas de infraestrutura (urbanização, rodovias, etc.) para a expansão de seu capital.⁴²

Deve-se levar em conta, também, que para entender a crise deste modelo, o desenvolvimento do mesmo estava sendo entravado pela divisão internacional do trabalho existente até então. Analisemos melhor esta questão da divisão internacional do trabalho.

Dentro do contexto da Guerra Fria é perceptível o crescente déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, resultado, sem dúvida, dos crescentes gastos militares. Para se ter uma idéia, nos anos 50 havia um déficit de 1,7 bilhão de dólares no balanço de pagamentos norte-americano, sendo que 3 bilhões na balança de governo (empréstimos e doações junto com gastos militares) que não foram contrabalançados pelos saldos favoráveis na balança de comércio e na balança de investimentos diretos.⁴³

Neste aspecto a participação dos gastos públicos no PNB norte-americano teve um crescimento substancial. Até a Primeira Guerra Mundial foi de 7%; entre 1929 até 1939, houve um crescimento de 10,5% até 18,4%; após a Segunda Guerra Mundial, havia uma participação de 23,1%; e, finalmente, no período de 50 a 60 uma participação de 27%.⁴⁴ Deve-se lembrar que estes gastos públicos eram basicamente militares, financeiros, com educação, saúde, aparatos do governo federal estadual e municipal, pesquisa, exploração espacial e comunicações.

Percebe-se, nesta conjuntura, que a economia americana, assim como os gastos públicos, deveria ser mantida em um alto nível, concomitante com a economia

⁴² Cf. VIZENTINI, Paulo. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 1998, p. 144.

⁴³ Cf. MÜLLER, Geraldo. *Introdução à economia mundial contemporânea*. São Paulo: Ática, 1987, p. 48; e também para os dados que seguem sobre economia mundial e divisão internacional do trabalho.

⁴⁴ Idem.

em plena expansão, pois senão o resultado seria a recessão (estagnação) e a possibilidade de desemprego.

Como pode ser observado, no pós-guerra, o Estado norte-americano passa de “bombeiro” para um Estado produtivo, e é justamente este Estado que irá começar a apresentar déficits crescentes. Na esteira deste processo deve ser ressaltado o pleno crescimento das economias da Europa Ocidental e do Japão: o objetivo norte-americano foi sempre evitar o desenvolvimento de capitalismo nacionais, e para tanto seus investimentos de capital nos países afetados durante a Segunda Guerra teve como objetivo a reconstrução dos setores produtivos, com o intuito também de que esses países absorvessem os produtos norte-americanos. Não só isso, buscava também exportar processos de setores e ramos de alta densidade tecnológica, *leasing* de processos tecnológicos, *know-how* e a ida de capitais de risco. O que contribuiu para o crescimento desses países foi o desenvolvimento de alguns setores de crescimento, tais como: bens de consumo durável (alimentos, química de materiais plásticos, têxteis artificiais); siderurgia (aço); máquinas, equipamentos de transporte, maquinaria elétrica e de precisão.⁴⁵ Outro fato importante é que estes países puderam desenvolver esses setores de crescimento em virtude da ausência de despesas com gastos militares. Portanto, Europa Ocidental e Japão ultrapassaram os EUA na década de 60 em vários setores econômicos e lhes impuseram uma forte concorrência comercial.

Temos então na década de 70 um novo quadro mundial econômico, qual seja, nos países centrais do capitalismo pode-se observar, no período do pós-guerra até o início dos anos 70, o auge do padrão industrial de estilo americano (*keynesiano/fordista*) sobre hegemonia deste país. No final dos anos 60, esta hegemonia sofre um contraponto, ou seja, é desafiada nos níveis produtivo e comercial pelos capitais europeus e japoneses. Como consequência deste embate entre blocos de capitais, resulta a transnacionalização de capitais e a internacionalização da produção, processo que nos anos de crise do modelo encontrará as condições para avançar mais ainda. Em outras palavras, surge uma nova divisão internacional do trabalho baseada nas multinacionais.

No período compreendido entre 1880 e final dos anos 1960, o capitalismo sofreu transformações substanciais: é a expansão de uma revolução iniciada na Europa, EUA e Japão, uma revolução de vocação mundial. A base da divisão internacional do trabalho deste período estava na empresa trustificada, assentada em dois pilares: nas finanças e no protecionismo aliado a privilégios concedidos pelos estados nacionais, estando ambos associados à segunda revolução industrial, cuja base produtiva esteve no aço, na eletricidade, no petróleo e na química. Neste período, os países centrais produziam e trocavam entre si manufaturados, exportando-os também para o resto do mundo. Em troca, a periferia fornecia matérias-primas agropecuárias e minerais, construindo uma equação básica da divisão internacional do trabalho: manufaturas e capitais de empréstimos versus matérias-primas.⁴⁶

Os principais setores dinâmicos estavam na produção de máquinas, meios de transporte, produtos metálicos e química, com uma certa importância dos têxteis. Neste sentido, os países subdesenvolvidos possuíam uma pequena produção manufatureira, principalmente na produção de alimentos, tecidos e calçados. Neste rol, configuravam a Argentina, o Brasil, o México, a África do Sul, Índia e Israel.

É a partir do final da década de 60 que ocorrem transformações relativas à divisão internacional de trabalho existente, configurando-se uma nova etapa nas relações internacionais na questão produtiva. Esta nova DIT ficou caracterizada pela internacionalização da produção, pela transnacionalização financeira e pela emergência de países do Terceiro Mundo, integrando-se dinamicamente nas modernas correntes comerciais e produtivas.⁴⁷ Porém nem tudo é novo, pois o centro deste sistema continuava sendo os EUA, a Europa Ocidental e o Japão, porém com uma base tecno-econômica e relações produtivas, comerciais e financeiras alteradas. Os setores dinâmicos passaram a ser a energia termonuclear, a busca de fontes alternativas ao petróleo, a exploração espacial, o desenvolvimento da aviação a jato, eletrônica, informática, robótica, comunicação, biotecnologia e supercondutores.

⁴⁵ Ibidem, p. 50.

⁴⁶ Ibidem, pp. 26-27.

⁴⁷ Ibidem, p. 28.

Para se ter uma idéia, no início desta década, os EUA, a Europa Ocidental e o Japão possuíam 65% da produção manufatureira, restando 25% para os países socialistas e 10% para a periferia capitalista, tendo por destaque neste último grupo os chamados NIC's (*Newly Industrialized Countries*) ou Novos Países Industrializados, principalmente Brasil, México, África do Sul, Israel, Coreia do Sul, Formosa, Hong Kong, Malta e Malásia.⁴⁸

Os problemas enfrentados pelo modelo de acumulação capitalista *fordista/keinesyano* e o estabelecimento desta nova divisão internacional do trabalho acabaram por montar o cenário de um mundo capitalista em crise, onde o modelo de acumulação capitalista começava a entrar em colapso, sofrendo em virtude de suas próprias contradições: as sociedades de consumo encontram seus limites, razão que levou Ernest Mandel configurá-la como uma clássica crise de superprodução.⁴⁹ A nova divisão internacional do trabalho iria significar, nada mais nada menos, do que a acentuação e o aprofundamento do processo de concentração e monopolização da economia baseada na empresa multinacional, gerando crise em diversas empresas nos países periféricos e a pauperização e marginalização de trabalhadores rurais e urbanos que sobreviviam às custas destas empresas.

Operários e trabalhadores em geral, aliados à massa de desempregados e subempregados não tinham lugar neste novo sistema, formando uma força social que se contrapunha ao modelo. O capitalismo nos países centrais passava a receber fortes críticas pela sua incapacidade em manter o pleno emprego e conceder aumento salariais constantes.

Estas transformações econômicas certamente não deixaram de afetar o desempenho político dentro do cenário norte-americano.⁵⁰

⁴⁸ Ibidem, p. 29.

⁴⁹ Cf. MANDEL, Ernest. Crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

⁵⁰ Para análise da relação entre a crise econômica e suas conseqüências na área política ver DROZ & ROWLEY. op. cit. Volume 4 (principalmente o capítulo 1); KENNEDY, Paul. op. cit. (capítulo 7); FOSSAERT, Robert. El mundo en el siglo XXI. México: Siglo XXI, 1994 (Capítulos 7 e 9); ARRIGHI, Giovanni. op. cit. (Capítulo 4); AMIN, Samir. A caminho de uma nova crise estrutural do capitalismo. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1978; para uma visão marxista ver MANDEL, Ernest. op. cit. Este último se trata de uma obra totalmente voltada para análise da crise econômica dos anos

Num primeiro momento deve-se levar em conta que se esta crise foi parte de uma contra-ofensiva estratégica dos Estados Unidos,⁵¹ não é possível deixar de lado os custos desta estratégia tanto para a administração pública norte-americana, bem como para sua sociedade.

Segundo Giovanni Arrighi, a década de 1970 ficou marcada não somente pelo fato da recessão capitalista, mas também pela tentativa de reorganizar o sistema capitalista norte-americano. Apesar: a) do alto consumo militar e não militar por parte do governo dos Estados Unidos, criador de uma forte demanda para manter a expansão material capitalista; b) do estabelecimento do padrão dólar, o que resultou no fortalecimento seja do próprio dólar como moeda internacional, seja do governo dos Estados Unidos como agente da produção do dinheiro mundial; e c) da expansão financeira da economia mundial capitalista; estes eventos não foram suficientes para restabelecer a credibilidade dos Estados Unidos como condutor da política mundial capitalista.⁵² Em primeiro lugar, a crise dos anos 70, apesar da manutenção de uma forte capacidade produtiva, produziu uma massa de desempregados de proporções consideráveis:

“É notável o descompasso entre a redução da produção industrial, muito mais modesta do que na grande crise econômica de 1929/32, e a amplitude muito considerável do desemprego provocado pela recessão de 1974/75, que atingiu na média (...) a metade do desemprego da grande crise.”⁵³

Esse descompasso entre o forte desemprego e a fraca queda da produção é explicado por Mandel em razão de dois fatores principais: um diz respeito ao desenvolvimento da capacidade industrial dos países desenvolvidos estar marcada pela revolução tecnológica, o que implica automação de certos setores produtivos não

anos 70, portanto mais rica em dados.

⁵¹ Cf. AMIN, Samir. op. cit. Segundo o autor, a crise enfrentada pelos Estados Unidos, oriunda dos limites do modelo de acumulação do pós-guerra, acelera a necessidade do estabelecimento de uma estratégia no campo econômico. Esta estratégia é ponto de partida para a crise econômica mundial que se segue, e não o que ocorreu depois (elevação no preço do petróleo). Segue também a mesma argumentação DROZ & ROWLEY, op. cit., Volume 4, pp. 49-53.

⁵² Cf. ARRIGHI, Giovanni. op. cit.

⁵³ Cf. MANDEL, Ernest. op. cit., p.15.

não sendo mais necessária uma grande quantidade de mão-de-obra.⁵⁴ O segundo fator é a constatação que nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial uma grande massa de mulheres, jovens e trabalhadores imigrados tinham sido incorporados pelo capital em atividades consideradas insalubres. Esta mesma massa, em caso de uma mudança conjuntural econômica, poderia ser expulsa dos mesmos setores produtivos aos quais tinham sido empregada. Foi o que ocorreu nos anos 70.⁵⁵

Não bastasse o desemprego, outros fatores desencadeados pela crise foram a inflação no mercado norte-americano e mundial, acompanhada pela polarização social interna nos Estados Unidos e a crescente concentração de capital. O conjunto da crise econômica contribuiu naquilo que se pode considerar como uma tendência da comunidade norte-americana em escolher uma liderança que pudesse fazer uma política nacional e internacional menos desastrosa.

Na fase inicial de transição do modelo de acumulação, as multinacionais tiveram um claro decréscimo dos seus lucros e, como conseqüência, um significativo aumento do desemprego, inclusive bem maior do que os índices da crise de 1929. Isto traria uma inquietação e um desagravo para uma sociedade que observou sua taxa de crescimento no pós-guerra elevar-se a patamares altíssimos, mantendo as garantias de pleno emprego permanentes. A crise de crescimento da economia fez com que novamente o sistema capitalista fosse questionado, e colocado para o mundo inteiro os seus limites.

A necessidade de uma retomada econômica mostrou ser a saída para os Estados Unidos; e para estes fins novamente o discurso de Ronald Reagan apareceria como salvador.

1.3 A política externa de Jimmy Carter

⁵⁴ Para se ter uma idéia, os Estados Unidos tiveram um número de quase 8 milhões de desempregados no 4º trimestre de 1975, segundo o próprio Mandel.

⁵⁵ Cf. MANDEL, Ernest. op. cit., pp. 16-17.

Em 1977, a administração Carter pretendeu fazer dos direitos humanos a marca central de sua política externa — mostrar para o mundo que América poderia manter suas instituições consagradas livres de especulações e atividades imorais. A eleição de Jimmy Carter refletiu a esperança da população norte-americana por uma administração mais ponderada, em razão dos desastres das administrações anteriores. O problema de *Watergate*, as negociações a respeito dos prisioneiros da Guerra do Vietnã e o próprio fracasso desse empreendimento, tinham deixado uma marca profundamente negativa.

A desilusão com a Guerra do Vietnã atingiu tanto aqueles americanos que rejeitaram a retirada dos Estados Unidos da guerra como aqueles que acreditavam ser esta uma guerra imoral. Talvez o denominador comum foi a incerteza sobre qual seria direção, ou qual seria o futuro dos Estados Unidos a partir de então. A maioria dos cidadãos norte-americanos talvez nem tenha se sentido humilhada pela derrota, talvez nem estivessem envergonhados por terem lutado em um confronto que trouxe poucos resultados, mas eles estavam surpresos pela fraqueza de seus líderes e muito mais preocupados em relação à nova postura dos Estados Unidos perante o mundo e a situação do seu país na conduta do “mundo livre”.

Os anos da Guerra do Vietnã foram marcados por uma perda de confiança nas instituições norte-americanas. O próprio Jimmy Carter referiu-se a este mal-estar como uma crise de confiança, a qual fez ainda aumentar o pessimismo de algumas de suas principais lideranças. Sua campanha esteve na afirmação de ser um primeiro passo na direção de reconstruir o amor próprio americano e sua auto-confiança.⁵⁶

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, em março de 1977, Jimmy Carter anunciou ao mundo que daquele momento em diante os Estados Unidos iriam por em primeiro plano na base de sua política externa a luta pelos direitos humanos. Esta luta pelos direitos humanos, o que para Carter significava a vontade política de levar ao mundo os ideais norte-americanos de liberdade de expressão e democracia, tornou-se carro-chefe de sua administração com a intenção de recuperar a auto-estima e a confiança do eleitorado norte-americano em suas instituições.

⁵⁶ As principais idéias de Jimmy Carter estão disponíveis em: <<http://www.jimmycarterlibrary.org>>.

De fato, os feitos não combinaram com as palavras. O espírito e a energia de Carter e suas intenções de como administrar o estado norte-americano não foram compatíveis ou não refletiram de forma completa na sua atividade política e bem menos na prática do seu governo. Para ser talvez mais exato, o candidato de muitas promessas viu-se entrincheirado pela burocracia e sua política externa não alcançou os objetivos pretendidos

Antes de tomar posse da presidência dos Estados Unidos, Jimmy Carter tinha sido governador daquilo que se denomina de um estado sulista (Geórgia), sem nenhuma experiência acerca de relações internacionais. Durante sua campanha, seus assessores exigiram que tomasse um caminho diferente de seus predecessores, exigindo que não nomeasse os tradicionais técnicos de Washington para o setor de política estrangeira. Após sua posse, ele nomeou um catedrático da Universidade de Colúmbia, Zbigniew Brzezinski, para ser seu conselheiro para segurança nacional, e o advogado Cyrus Vance como seu secretário de Estado, reconhecendo que necessitaria de peritos para conduzir sua política externa.

Carter estabeleceu suas próprias metas no que diz respeito à política externa. Acreditava na concretização de leis sobre assuntos internacionais e nos princípios de auto-determinação dos povos e, como já dito, acreditava também que os Estados Unidos deveriam tomar a dianteira na promoção e reconhecimento dos direitos humanos universais.

Carter acreditava que a postura dos Estados Unidos no plano internacional deveria ser menos incisiva. A experiência do Vietnã exigia que se evitasse intervenções militares diretas tanto quanto possível. Diferentemente da visão política de Nixon e Ford, seu objetivo foi de reforçar a *détente*, diminuindo as tensões da Guerra Fria e objetivando estabelecer relações mais construtivas com a União Soviética.

Após sua posse, um dos primeiros problemas enfrentados por Carter foi sobre o canal do Panamá. Em 1974, depois dos distúrbios efetuados por estudantes panamenhos anti-americanos, os EUA e o Panamá iniciaram negociações sobre o futuro da administração do canal. Estas negociações estavam baseadas nos oito

princípios formulados sob administração de Henry Kissinger, estabelecendo que a administração do canal ficaria a cargo do Panamá a partir de 1999, determinando o fim da ocupação desta zona pelos Estados Unidos e concretizando a soberania panamenha. Sua delegação não incluiu nenhum senador norte-americano, e ele não manteve nenhum dos princípios já estabelecidos por Kissinger com o Panamá.

Após sua saída, os republicanos atacariam Carter por ter sido fraco e por ter cedido praticamente de graça o canal, um tema muito bem utilizado pelos republicanos, o qual iria ter reflexos significativos nas eleições de 78 e na eleição presidencial de 1980, auxiliados pela opinião pública norte-americana, a qual demonstrava que três quartos das pessoas se opuseram a negociação do canal do Panamá.⁵⁷

As relações estabelecidas com a União Soviética nos anos Carter também contribuíram decisivamente para a crise de seu governo. Um dos objetivos era estabelecer uma política de distensão com a União Soviética. Porém a invasão soviética no Afeganistão em 1979 trouxe controvérsias e significou um momento de desestabilização nas relações entre ambos países. Os dois lados tinham assinado o tratado SALT II, um acordo que buscava limitar a fabricação de mísseis nucleares, o qual estava sendo enviado para votação no Senado. Depois da invasão, Carter retirou o tratado da votação, mas Moscou e Washington combinaram cumprir seus termos, mesmo que nenhum lado o tenha ratificado.

Em retaliação pela atitude soviética, Carter pediu um boicote dos atletas norte-americanos aos Jogos Olímpicos de 1980, cuja sede era Moscou. Poucas pessoas acreditaram que tal atitude tenha sido punitiva, e talvez tenha reforçado a imagem fraca de Carter em relação à sua política externa.

Talvez o ponto mais frágil de sua administração, no que diz respeito às relações externas, foi o fracasso com relação à crise dos reféns no Irã. Nos anos 70, o Irã teve significativa importância no jogo de xadrez internacional. Quem estava no poder era o Xá Reza Pahlevi, soberano absoluto empossado com apoio norte-

⁵⁷ As críticas republicanas à política de Carter podem ser encontradas página oficial da biblioteca Ronald Reagan, op. cit.

americano, cuja característica básica era manter uma política interna altamente repressiva, e no plano externo era de ser aliado do Ocidente e condutor de uma política que abastecia o mercado americano e britânico de petróleo.

Apesar do apoio norte-americano, seu governo tornava-se cada vez mais tirânico, inclusive declarando ilegais todas as facções políticas rivais. Sua política repressora desencadeou uma ofensiva da oposição organizada por vários setores da sociedade.

O Xá exilou-se e o poder político ficou nas mãos do líder supremo dos muçulmanos, o Aiatolá Khomeini. Exilado, o Xá conseguiu estabelecer-se nos Estados Unidos, fato que teve péssima repercussão no Irã. Em novembro de 1979, estudantes islâmicos invadiram a embaixada dos Estados Unidos em Teerã, fazendo mais de sessenta reféns, exigindo a volta do Xá e a entrega dos valores levados com ele quando do seu exílio, além de um pedido formal de desculpas por parte do governo norte-americano.

Carter aprovou uma missão secreta das forças armadas com o objetivo de libertar os reféns, cujos resultados foram catastróficos. Depois do fracasso, o Irã dispersou os reféns para diferentes lugares do país, fazendo o resgate impossível. A frustração do resgate tornou a missão de Carter um verdadeiro fracasso político. Contribuiu para reforçar a noção difundida que ele não poderia conduzir habilmente questões tão delicadas no plano externo e a avaliação sob seu governo sofreu um forte abalo. A solução dos reféns deu-se já na transição para o novo governo, o qual aproveitou-se bem da situação para denegrir ainda mais a política dos anos Carter.

Talvez o episódio que tenha trazido alguns bons ventos sobre a administração Carter tenha sido os Acordos de Camp David, os quais selaram um tratado de paz entre Israel e o Egito assinado em março de 1979. No final de 1978, Carter convidou o primeiro ministro de Israel, Menachem Begin, e o presidente do Egito, Anwar Sadat, para estabelecer uma saída para a crise que envolvia os dois países desde a invasão da península do Sinai em 1967, a qual pertencia ao Egito. O acordo estabelecia a retirada total de tropas israelenses da península do Sinai e os Estados Unidos se propuseram estabelecer um monitoramento sobre a área com o objetivo de

evitar novos confrontos entre ambos países; Israel e Egito iriam reconhecer um ao outro e assinariam um tratado de paz, bem como Israel se comprometeria a negociar a paz com os Palestinos.

Talvez os Acordos de Camp David tenham sido a realização mais positiva na política externa de Jimmy Carter, reanimando seus partidários pela luta para a reeleição. Porém, apesar de Sadat receber o prêmio Nobel da Paz em 1979 por esta ação, Carter não recebeu os benefícios políticos deste feito.

No que diz respeito à sua relação com a América Latina, a administração Carter obteve desagrvos de muitos governos latino-americanos, cujas administrações ditatoriais não viam com bons olhos a defesa dos direitos humanos. Os direitos humanos advogados por Carter trouxeram ao departamento de Estado certo embaraço com a relutância das nações administradas por militares em desprezar essa política. Este conflito, posteriormente, seria muito bem tratado pelo governo Reagan, inclusive utilizado-o como forma de depreciar aquilo que chamou de péssima conduta do governo anterior em relação aos países da América Latina.

A política de Carter para os países que viviam sobre regimes autoritários teve como principal característica a ruptura brusca das relações diplomáticas. Guiado pela bandeira dos direitos humanos, Carter enfatizava sua censura aos países onde a violação dos direitos básicos do homem era regra. Mas essa bandeira não inibiu seu apoio, por exemplo, ao presidente Mobuto do Zaire, o rei Hassan do Marrocos e o Xá do Irã, conhecidos por sua política de repressão.

Se era a intenção de Carter restabelecer a imagem dos Estados Unidos perante o mundo, os episódios dos reféns de Teerã, o fortalecimento do fundamentalismo islâmico, o desabrochar de guerrilhas comunistas na América Central (principalmente a Revolução Nicaragüense em 1979), a manutenção de governos militares de direita em boa parte da América Latina e o terrorismo internacional demonstraram o quanto sua ação não correspondia às suas promessas. Florescia, assim, no ano de 1980, uma forte campanha cuja proposta de administração, contrastando com a anterior, prometia mudar a política externa para efetivar aquilo que a maioria dos norte-americanos esperavam: a recuperação dos Estados Unidos como grande líder

Estados Unidos como grande líder capitalista.

A articulação dos fatos de despreço da política Carter não só consolidou a frustração com este governo, o qual se elegeu com forte apoio da população norte-americana, esperançosa pela recuperação dos Estados Unidos e exigente de uma política externa menos desastrosa que a política dos presidentes predecessores, como estabeleceu no poder um governo republicano, o qual conseguiria manter três mandatos seguidos.

Algo que não pode ser esquecido e que pesou muito nos anos Carter está no fato de que sua política dos direitos humanos não eliminou ou enfraqueceu as ditaduras militares do Terceiro Mundo. O fracasso na questão dos reféns do Irã e sua incapacidade de evitar o crescimento das guerrilhas comunistas em seu próprio quintal (América Central), entre outros, somente fortaleceu a candidatura e o discurso de Reagan, cuja vitória, senão esmagadora, pelo menos reflete a ansiedade por mudança.

Tabela 1 – As eleições norte-americanas de 1974 a 1980

Presidenciais		
(% dos sufrágios expressos)		
1976	Carter	51%
	Ford	48%
	McCarthy	1%
1980	Reagan	51%
	Carter	41%
	Anderson	7%
1984	Reagan	59%
	Mondale	41%

Fonte: DROZ & ROWLEY. op. cit., p. 194.

Tabela 2 – As eleições norte-americanas de 1974 a 1980

Congresso (assentos)			
		Câmara	Senado
1974	Dem.	291	61
	Rep.	144	37
1976	Dem.	292	61
	Rep.	143	38
1978	Dem.	277	58
	Rep.	158	41
1980	Dem.	243	46
	Rep.	192	53

Fonte: DROZ & ROWLEY. op. cit., p. 194.

Percebe-se que nas eleições de 1980, o eleitorado deu maioria das cadeiras do Senado aos republicanos e a diferença entre o número de cadeiras da Câmara destinadas aos democratas e aos republicanos foi a menor das quatro últimas eleições. Significativos, esses números caracterizam-se pela expressividade da necessidade de modificações na política norte-americana.

Apesar do rápido enfoque e da ausência de dados mais concretos em sua análise sobre os anos Carter, Paul Kennedy estabelece uma síntese bem precisa dos que foi este período:

“Apesar de todas as suas dignas intenções, o Governo Carter naufragou nas rochas de um mundo complexo que parecia cada vez menos inclinado a seguir a orientação americana, e nas suas próprias incoerências de política.”⁵⁸

As razões desse naufrágio não estiveram certamente apenas em uma fraca administração. Para Kennedy, as dificuldades econômicas enfrentadas pela nação norte-americana nos anos 70, aliado à tentativa de diferentes grupos reconciliarem-se com a “reduzida posição internacional do país,” deixaram de herança muitas dificuldades para estabelecer um bom desempenho na política externa.⁵⁹

A administração Carter esteve imbuída de uma tentativa de fazer uma política externa não tão desastrosa, porém foi justamente o inverso que aconteceu. E a administração posterior à sua cobraria aquilo que considerou uma fraca postura perante o cenário internacional. Com a clara intenção de estabelecer uma menor intervenção dos Estados Unidos no cenário internacional e com o objetivo de fortalecer ainda mais a *deténte*, o Governo Carter buscou diminuir os gastos federais com armamentos, porém isto apenas abriu um precedente de maior liberdade para vários outros estados, agora não tão mais ligados à política externa norte-americana. E não só isto, a diminuição nos gastos de defesa não foi acompanhada no mesmo ritmo pela URSS, a qual no mesmo ano de 1979 entraria no Afeganistão para dar

⁵⁸ Cf. KENNEDY, Paul. op. cit., p. 391.

⁵⁹ Ibidem, p. 390.

apoio ao governo pró-soviético de Brabak Karmal. Porém a reação de Carter aos episódios recém acontecidos se daria já no final do seu mandato, o que lhe angariou desagravo da população norte-americana,⁶⁰ e severas críticas de seus adversários. Mesmo suspendendo o tratado SALT-II, e com a tentativa de adotar políticas de equilíbrio de poder (através das visitas do seu assessor Zbigniew Brzezinski à China e ao Afeganistão), Carter não conseguiu os resultados esperados.⁶¹

1.4 A chegada dos anos 80

Percebe-se, portanto, que os anos 70 estiveram marcados por um arrefecimento da postura dos Estados Unidos no cenário político mundial, posição esta originada pela síndrome da Guerra do Vietnã, pela crise do modelo de acumulação capitalista e pela política externa de Jimmy Carter. A articulação desses três fatores traria reflexos na legitimidade da própria ideologia norte-americana frente ao socialismo. Segundo Arrighi:

“O desmoronamento do regime de taxas de câmbio fixas coincidiu com os problemas crescentes do exército dos Estados Unidos no Vietnã, desde a ofensiva do Tet, no começo de 1968, até o início da retirada das tropas norte-americanas, depois dos acordos de paz de 1973. Ao mesmo tempo, o crescente tributo cobrado em sangue e dinheiro para travar uma guerra fracassada, que não tinha uma clara influência sobre a segurança nacional dos Estados Unidos, precipitou uma grande crise de legitimidade na ideologia da Guerra Fria.”⁶²

É interessante lembrar que a década de 1970 também foi um momento decisivo em que o Terceiro Mundo criava um desenho mais independente dentro do cenário mundial. Desde os acordos de Bandung em 1955, já se delineava a tentativa

⁶⁰ A solução do problema dos reféns deu-se nos últimos dias do seu governo, com Reagan já batendo na porta da Casa Branca. No início de 1981, com Carter já fora do governo, os próprios reféns receberam Carter em Paris com poucos sorrisos.

⁶¹ Cf. KENNEDY, Paul. op. cit., p. 391.

⁶² Cf. ARRIGHI, Giovanni. op. cit., p. 331.

do Terceiro Mundo tomar uma postura mais independente em relação aos conflitos Leste-Oeste, e os anos 1970 foram marcantes no cenário dessa política. Com a crise ideológica, militar e financeira norte-americana, estes fatos abriram mais espaço para a independência das áreas de influência norte-americanas conquistadas no pós-guerra. Era este cenário de impotência e crise na condução da política mundial que deveria ser recuperado. Ronald Reagan reascendeu as esperanças do povo norte-americano (mas principalmente aos setores mais interessados na volta da Guerra Fria) para a retomada da postura honrosa dos Estados Unidos no cenário mundial.

Para Arrighi, a solução encontrada pelos Estados Unidos para esta crise foi a aliança do Governo com as finanças privadas e este fato ficou explícito no governo Reagan. Se por um lado, seu belicismo ficou claro nos episódios de Granada (1983) e Líbia (1986), não é menos verdadeiro o fato de que a nova estratégia financeira obteve seus ganhos:

“A ‘aliança` daí resultante gerou lucros que superaram as mais róseas expectativas. A recentralização do poder de compra dos Estados Unidos logrou, quase instantaneamente, o que o poderio militar do país, agindo sozinho, não conseguiria fazer. Os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas taxas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos.”⁶³

Nota-se que a perspectiva de recuperação norte-americana avançou em diferentes frentes. Constata-se a ofensiva militar e financeira. Porém não se pode esquecer da ofensiva ideológica. A estratégia de recuperação necessitava reorganizar os discursos, estabelecer velhos e bons valores: surgiria a necessidade da divulgação da democracia como valor universal, como será visto nos capítulos seguintes.

⁶³ Ibidem, p. 334.

2 - A NOVA POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA A PARTIR DOS ANOS 80

O ambiente político norte-americano no início dos anos 80 ficaria marcado pelo discurso da necessidade de mudança na política externa por parte do governo dos Estados Unidos. A vitória de Reagan, de certa forma, representou politicamente esta vontade de mudança e, portanto, sua política deveria representar uma ruptura, ou pelo menos uma guinada aos olhos de seus eleitores.

O objetivo principal do presente capítulo está em observar a presença da idéia de democracia nos discursos norte-americanos utilizados pelos republicanos a partir dos anos 80. Tendo por base duas questões-chave, a democracia e as relações internacionais, gostaria de estabelecer relações e conexões entre a política externa norte-americana e o processo de transição democrática na América Latina. Para tanto, minha análise estará baseada em dois aspectos: a) a idéia de democracia como projeto universal para países em desenvolvimento; b) o internacionalismo econômico.

Antes, algumas reflexões devem ser elaboradas a fim de tornar claro esse intento. Em primeiro lugar, o ponto A é entendido como construção de discursos, desenvolvimento de idéias e propostas de políticas externas elaboradas por instituições norte-americanas independentes e pelo departamento de Estado norte-americano com o intuito de construir justificativas para as novas políticas de Washington, inclusive o apoio e o fomento à transição para a democracia na América Latina. Em segundo lugar, o ponto B é compreendido como a prática de diferentes atores no contexto internacional com o objetivo de estabelecer integrações

econômicas impulsionadas pela expansão global do capital, materializado em realizações muito concretas como rotas de comércio, linhas de transporte e comunicação, redes internacionais de financiamento, deslocamento de capitais, etc.⁶⁴

A construção do discurso do novo governo norte-americano de apoio à democratização não pode estar dissociado da também nova postura em relação aos aspectos econômicos, pois ambos, segundo a ótica da presente dissertação, fazem parte do mesmo processo.

Sob a ótica e o discurso norte-americano, o primeiro aspecto trata da idéia de democracia como projeto universal, onde os países em desenvolvimento ainda sob regimes militares deveriam efetuar a transição para regimes democráticos, ou seja, criou-se a concepção de que a democracia é um valor universal e é peça-chave e caminho para a recuperação e crescimento das nações latino-americanas. As ditaduras na América Latina já haviam cumprido seu papel, abrindo seus países aos capitais externos, efetuando um violento endividamento público, bem como controlado e reprimido os movimentos de esquerda e sindicais. A partir dos anos 80, o conceito e o discurso democrático estiveram submetidos a dois fins específicos: denunciar o “totalitarismo” da Cortina de Ferro e restabelecer um ambiente favorável e legítimo na América Latina. Assim, a perspectiva de saída da crise do início dos anos 80 por que passavam as nações latino-americanas só poderia se estabelecer através da democracia.

Por sua vez, o internacionalismo econômico apresentava-se também como sinônimo para o crescimento e fortalecimento das economias latino-americanas (o Estado deveria intervir o menos possível na economia), sendo compreendido como um fator de recuperação da crise da dívida externa. De fato, a tentativa de manutenção da hegemonia norte-americana nos anos 80 (econômica, militar e política) estabelece um novo modelo econômico, caracterizado pela flexibilização do capital e pela entrada maciça e sem controle de capitais especulativos. Por sua vez, este internacionalismo econômico viria acompanhado de um discurso de democracia

⁶⁴ Cf. FERNANDES, Luis. As armadilhas da globalização. in: CARRION, Raul e VIZENTINI, Paulo F. op. cit.

como valor universal e como única saída da crise e perspectiva do crescimento das nações.

Assim, no final dos anos 70, o mundo viu o fortalecimento da democracia liberal e o enfraquecimento da idéia de nação, ou seja, resultado do triunfo da burguesia como classe, tanto em nível propriamente político quanto ideológico.⁶⁵

Esse novo modelo econômico, construído por especialistas da área de economia nos anos 70, começaria ser implementado a partir das políticas econômicas de dois países centrais do capitalismo: Estados Unidos e Inglaterra. Na administração norte-americana, esta tarefa teve início a partir do governo Reagan em 1981. Mas quem é Ronald Reagan? O que ou quem ele representa?

“Uma elite político-econômica com base no sudoeste, que tem ameaçado o controle do aparelho estatal por parte desse *establishment*. Esses capitalistas fizeram suas fortunas a partir da II Guerra Mundial, baseadas principalmente no setor de eletrônica de alta tecnologia e outras indústrias relacionadas com a guerra, mas também em cadeias de lojas varejistas, turismo, petróleo, negócios agrários, construção civil e venda de imóveis.”⁶⁶

Quais são suas principais idéias?

“Anticomunismo e imperialismo nacionalista (...) que se estenderia por todo ‘Mundo Livre’ até a ‘Cortina de Ferro’ (...) Mantêm firmemente os tradicionais mitos do mercado livre e do homem que se faz sozinho na vida. (...) vêm na interferência governamental em atividades e negócios ‘normais’ a raiz da crise econômica, e na debilidade militar, combinada com a falta de uma atitude enérgica, as causas do poder norte-americano global.”⁶⁷ (grifos do autor)

⁶⁵ Cf. CUEVA, Agustín. op. cit., p. 25.

⁶⁶ Cf. FRIED, Mark. Mr. Reagan e os cowboys. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 33 (3): 9-25, 15 abr./15 maio, 1981, p. 9.

⁶⁷ Idem.

A postura e as idéias deste governo republicano serão analisadas através de observação documental, buscando-se mapear a postura dos republicanos e suas novas estratégias com o intuito de restabelecer a posição hegemônica norte-americana no cenário internacional. O objetivo está em estabelecer as razões da nova política externa norte-americana, a construção dos conceitos básicos para levar adiante essa política e as atividades do presidente dos Estados Unidos, bem como dos diferentes atores empenhados no desenvolvimento desta nova postura. Os documentos utilizados para demonstrar a postura política dos republicanos no início dos anos 80 serão o Documento de Santa Fé e a Plataforma do Partido Republicano.

2.1 A postura dos republicanos

Substancialmente, a condução política externa, sob o ponto de vista dos republicanos, ficou configurada em um documento que traz indícios da futura estratégia norte-americana para a América Latina. O documento “Uma nova política interamericana para os anos 80”, mais conhecido como Documento de Santa Fé, estabelece, na visão dos republicanos, a necessidade de uma guinada política externa dos Estados Unidos, estabelecendo uma postura mais agressiva e menos incosequente que a da administração Carter. Este documento fora formulado por uma equipe técnica em maio de 1980 e tem na disposição de suas propostas a feroz crítica à administração dos democratas da gestão anterior, considerando-a fraca e, ao mesmo tempo, incitando o estabelecimento de uma nova postura administrativa. A plataforma do Partido Republicano de 1980, a qual será analisada adiante, tem em seus quesitos sobre a política internacional ligações muito fortes com o Documento de Santa Fé.⁶⁸ Sobre a necessidade da condução da política externa ser mais agressiva, já no preâmbulo do Documento, a postura é clara:

“A guerra, e não a paz, é a norma que rege os assuntos internacionais. (...) Para os E.U.A. é impossível o isolamento. Conter a União Soviética não é suficiente. A distensão é a morte. (...) A sobrevivência exige dos

⁶⁸ É bom lembrar que a Plataforma é um documento público, diferentemente do documento de Santa Fé.

E.U.A. uma nova política externa. Os E.U.A. devem tomar a iniciativa ou perecer.”⁶⁹

A visualização da União Soviética como inimigo, baseia-se na concepção do seu avanço sobre áreas consideradas de segurança para os norte-americanos: a América Latina. O crescimento das guerrilhas marxistas, a posição cubana e a revolução nicaragüense são indícios para os republicanos da necessidade de uma nova relação diplomática internacional.

Assim, a orientação para a América Latina segue a premissa da responsabilidade e da necessidade da preocupação dos Estados Unidos com a região latino-americana. A posição geopolítica norte-americana coloca a América Latina como área estratégica no sentido de prevenir-se contra uma possível ameaça soviética, indireta, é certo, principalmente através de países já sob governos de esquerda ou cujo ambiente nacional estivesse “ameaçado” por guerrilhas de esquerda:

“A política externa soviética baseia-se na criação do caos e na exploração de oportunidades e a isso não está imune a própria base do poder dos Estados Unidos na América Latina.”⁷⁰

Para os Estados Unidos, a América Latina tornava-se uma área de segurança. Não para os latino-americanos e sim para os Estados Unidos. Considerada como área nevrálgica, a América Latina parece ser o cenário (junto com o sul da Ásia) “de refregas da terceira fase da Terceira Guerra Mundial.” Para os elaboradores do Documento, a região caribenha tornou-se um “lago marxista-leninista”, local anteriormente próspero e de tranquilidade nas relações com os Estados Unidos. O passo a ser seguido, então, deveria ser uma nova posição e rearticulação das relações estabelecidas em diversas regiões do mundo e, nesse sentido, a América do Sul e o Caribe eram posições estratégicas:

“É hora de tomar a iniciativa. É essencial a adoção de uma política externa integral e global. É hora de fazer soar uma clarineta pela liberdade, pela dignidade e pelos

⁶⁹ Cf. PEIXOTO, Fernando (apresent.). Documento secreto da política Reagan para a América Latina. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 21.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 31.

pelos interesses nacionais que sejam um reflexo do espírito do povo americano. (...) *A projeção do poder global dos E.U.A. repousa na cooperação com o Caribe e no apoio da América do Sul.* (...) A América Latina, assim como a Europa Ocidental e o Japão, é parte dos fundamentos do poder dos E.U.A. Se os E.U.A. quiserem manter uma força excedente adequada que lhes permita *desempenhar um papel de equilíbrio* em qualquer lugar do mundo, *não podem aceitar a perda de nenhum dos seus fundamentos de poder na América Latina*, na Europa Ocidental ou no Pacífico Ocidental. (...) Os E.U.A. devem procurar melhorar sua posição relativa em todas as esferas de influência.”⁷¹ (grifos meus)

As orientações estabelecidas pelo documento visavam eliminar a imobilidade norte-americana, estabelecendo como estratégia, em primeiro lugar, os conflitos de baixa intensidade.⁷² Estabelecidas as novas regras de enfrentamento ao poder soviético, a intervenção em outros países era uma estratégia que tinha como objetivo principal zelar pela segurança norte-americana:

“Os E.U.A. devem buscar com criatividade uma solução estratégica para esta situação. (...) A intervenção americana em países estrangeiros tem se justificado pela segurança de nosso país e não porque em outros países tivesse se estabelecido um tipo particular de sistema, a não ser que suas atividades fossem pensadas como ameaça extracontinental aos E.U.A. Os Estados Unidos podem oferecer esta perspectiva nacionalista a todos os países latino-americanos que não se submetam a uma relação de semivassalagem a uma superpotência extracontinental.”⁷³

Nota-se que em seus pressupostos está a possibilidade de apoio aos países latino-americanos que não mantenham ligação diplomática ou de “semivassalagem” com superpotência que não os Estados Unidos, sendo esta uma pré-condição para o estabelecimento de uma área de segurança.

⁷¹ Ibidem, pp. 23-27.

⁷² Também conhecidos como Doutrina Reagan, os conflitos de baixa intensidade foram uma das estratégias dos Estados Unidos com o objetivo de enfrentar determinadas nações que não se alinhavam com a política de Washington. Esta doutrina será analisada em detalhes no Capítulo 3.

⁷³ Cf. PEIXOTO, Fernando, op. cit., p. 35.

“Os E.U.A. buscarão uma política latino-americana que promova a segurança americana e ibero-americana, baseada na independência nacional e na dependência interamericana (...), *que promova o desenvolvimento econômico e político autônomos*, com fundamento em nossa *herança cultural e religiosa*, que compreenda os limites de nossas aspirações a *promoções de reformas internas* na Ibero-América e que reconheça e respeite a dignidade e a sensibilidade de nossos vizinhos.(...) A defesa da soberania da nação e a preservação da identidade cultural são essenciais para a sobrevivência dos povos. (...) Somente uma política norte-americana conduzida no sentido de preservar a paz, promovendo a criação e a preservação da estabilidade política, poderá salvar o Novo Mundo, como também preservar a posição de poder global dos E.U.A. que repousa sobre uma América Latina segura e soberana.”⁷⁴ (grifos meus)

Além da possibilidade de intervenção, ou seja, o uso dos conflitos de baixa intensidade em determinadas nações, a segunda estratégia norte-americana estaria no alinhamento diplomático, nas conversações acerca de uma nova postura dos Estados Unidos em relação à países latino-americanos ainda com governos militares, os quais não deveriam ser submetidos a pressões norte-americanas por aberturas imediatas. Esta estratégia funcionaria também com o objetivo de zelar pela segurança norte-americana. O objetivo estava em manter relações cordiais para que não houvesse desalinhamento de diferentes nações latino-americanas com possibilidades de aceno ao bloco oposto.

Nesse sentido, havia também o objetivo dos formuladores desta política para o governo Reagan de não manter a política de Carter, a qual pressionava os governos militares da América Latina para uma transição imediata para a democracia. Segundo o Documento de Santa Fé, este tipo de ação de Carter apenas tinha afastado governos amigos dos Estados Unidos e feito expandir os projetos comunistas. A intenção era retomar uma política de boa vizinhança, “não-intervenção e de realismo político e ético.” O fortalecimento dos laços econômicos, a promoção da paz e a exclusão do comunismo tornaram-se a estratégia chave para a possibilidade de início da garantia

⁷⁴ Ibidem, p. 36.

das liberdades individuais na América Latina sob o incentivo norte-americano, e não o enfrentamento direto com vistas à transição democrática.

Outra estratégia estava em incentivar os sindicatos livres, com o objetivo de chegar ao “progresso econômico e à defesa das instituições democráticas.” A democracia deveria advir não com o enfrentamento norte-americano direto, mas primeiramente através do fortalecimento de instituições. Destaca-se que as mudanças com vistas à democracia deveriam ter características específicas:

“A empresa privada e a economia de livre mercado demonstraram, suficientemente, ser superiores ao capitalismo de estado, com sua economia controlada pela subadministração de bens e serviços ao consumidor. Um movimento sindical livre, desde que baseado em eleições e associação voluntária, é fundamental na filosofia de uma economia de livre mercado.”⁷⁵

Livre mercado e sindicalismo livre seriam peças importantes e imprescindíveis para o estabelecimento da democracia, sem a necessidade de profundas rupturas:

“Os E.U.A., como um dos países que sempre deram oportunidade aos homens de trabalho, são o agente ideal para apoiar o movimento sindical livre que, no interesse de sua própria sobrevivência, deve procurar transformar-se em bastião contra o estatismo e o centralismo.”⁷⁶

Para o fortalecimento do livre mercado nas Américas, a estratégia consistia ainda, segundo o próprio Documento de Santa Fé, no apoio ao desenvolvimento do potencial energético da América Latina, apoio ao setor agrícola, incentivo ao investimento direto privado nesta região (investimento privado norte-americano) e transferência de tecnologia. A necessidade de produção e não de distribuição (característica do socialismo) tornava-se a prioridade:

⁷⁵ Ibidem, p. 69.

⁷⁶ Idem.

“O problema imediato da América Latina é a produção, não a distribuição; para dar, primeiramente deve haver o que dar. Dos dois tipos de capitalismo – o privado e o estatal – o privado tem sido claramente mais produtivo. Em consequência dessa realidade, os E. U. A. devem fortalecer a empresa privada mediante a associação da anglo e da latino-América.”⁷⁷

Nesse sentido, os governo norte-americano não deveria agir sozinho:

“Todas as corporações multinacionais são instrumentos comprometidos com o desenvolvimento econômico. (...) O Congresso continuará usando sua influência para que o Banco Mundial apresse a sustentação dos países hispano-americanos que procuram sua autonomia e cooperação com os E.U.A..”⁷⁸

O documento se esmera quanto ao trato relativo à educação. Segundo o mesmo, deveria haver incentivo a uma educação que visasse “inculcar o idealismo que sirva de instrumento para a sobrevivência.” O princípio básico estaria na exportação de idéias; a “incompetência” do governo Carter na promoção dos valores norte-americanos foi enfatizada pelo documento. Seria, portanto, tarefa imprescindível do novo governo exportar os ideais norte-americanos cooptando a intelectualidade latino-americana. Os meios para alcançar tal objetivo também foram explicitados pelo documento:

“Nem o pluralismo liberal nem a democracia wilsoniana têm sido exportados com êxito. Devemos, sem restrições, exportar idéias e imagens que fomentem a liberdade individual, a responsabilidade política e o respeito à propriedade privada. Deve ser iniciada uma campanha para capturar a elite intelectual ibero-americana através do rádio, da televisão, de livros, de artigos e folhetos, de mais doações, bolsas-de-estudo e premiações. (...) Os E.U.A., por detrás de suas diretrizes políticas, devem mostrar suas convicções e sua filosofia, se as Américas quiserem sobreviver e prosperar.”⁷⁹

⁷⁷ Ibidem, p. 76.

⁷⁸ Ibidem, p. 78.

⁷⁹ Ibidem, pp. 74-75.

Por fim, o Documento de Santa Fé demonstrou ser um instrumento para o uso do novo governo que adviria e reiterava a necessidade de construir uma postura ideológica condizente com os interesses de restabelecer a hegemonia dos Estados Unidos no continente:

“O Comitê de Santa Fé propõe, por outro lado, que os E.U.A. iniciem uma campanha econômica e ideológica para o desenvolvimento de um plano energético, aliviando o peso da dívida da América Latina, estimulando a formação de capital latino-americano, prestando assistência à indústria e à agricultura da região, mediante o comércio e a tecnologia; e, sobretudo, provendo de *respaldo ideológico* os instrumentos da sua política externa através da promoção de programas educativos dirigidos no sentido de *conquistar a mente da humanidade*. Porque a fé como respaldo da política é essencial à vitória.”⁸⁰ (grifos meus)

Atividades concretas com “respaldo ideológico” com vistas à “conquista da mente da humanidade”: estas foram as diretrizes construídas pelo Documento de Santa Fé, as quais poderiam resgatar o papel dos Estados Unidos como gendarme do mundo capitalista, bem como enfrentar seus inimigos. Assim, analistas do período confirmavam a prática estabelecida e organizada pelo Documento de Santa Fé:

“Ela se enquadra perfeitamente [visita de Reagan à América Latina] na estratégia global da política exterior da administração republicana, cujos lineamentos estão contidos no Documento de Santa Fé. (...) o documento indica os caminhos a serem seguidos pela diplomacia norte-americana nos campos econômico, psico-social e militar para assegurar o controle hegemônico dos Estados Unidos sobre a América Latina em geral e a América Central em particular. E as diretrizes de então estão sendo seguidas rigorosamente.”⁸¹

Newton Carlos, em análise sobre o Documento de Santa Fé, o via sob a luz do novo programa norte-americano para a América Latina no segundo mandato de Ronald Reagan. Dizia que Santa Fé recomendara a imposição de modelos

⁸⁰ Ibidem, p. 108.

⁸¹ Cf. CANNABRAVA FILHO, Paulo. Reagan na América Latina: nova maquiagem para velhas

democráticos como instrumentos de contra-insurgência.⁸² Nesse cenário, Newton Carlos destaca um membro muito atuante e que fora representante dos Estados Unidos na ONU, Jeane Kirkpatrick. Suas farpas foram dirigidas para a política de Jimmy Carter, cuja base nos direitos humanos, segundo a embaixadora, completou um processo de acomodação por meio do qual a América Latina foi marginalizada da política norte-americana.⁸³

Mas como conciliar bom relacionamento com ditadores e a promoção da democracia? Segundo Kirkpatrick, é possível “formular uma estratégia moralmente aceitável e politicamente realista para lidar com regimes não democráticos ameaçados por subversão patrocinada pelos soviéticos.”⁸⁴ Este discurso fora aprovado por Reagan.

O Documento de Santa Fé, elaborado secretamente e sendo orientador da linha de ação do governo Reagan, deixou de ser secreto no momento em que a Plataforma do Partido Republicano foi publicada ainda no ano de 1980, e tem em suas bases muitos dos princípios estabelecimento pelo documento secreto. Na Plataforma, as questões sobre as relações Leste-Oeste, segurança nacional e regional, democracia e a postura em relação à América Latina, seguem os pressupostos contidos no Documento de Santa Fé e formam o que se poderia chamar de linha mestra nas intenções do novo governo para as relações exteriores. A postura de manutenção da paz através da força segue a forma do Documento de Santa Fé :

“Os republicanos apóiam uma política de paz através da força; a debilidade provoca a agressão.”⁸⁵

Na Plataforma do Partido Republicano fica clara a postura ideológica e suas intenções quanto à América Latina no item destinado à questão internacional. Para o Partido Republicano a ameaça soviética está declarada pelo fato de tomar a América Latina como base para intenções geopolíticas:

carrancas. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 51 (5): 38-41, janeiro, 1983, p. 39.

⁸² Cf. CARLOS, Newton. O governo norte-americano quer ressuscitar a doutrina Monroe. Folha de São Paulo, São Paulo, 18/11/1984.

⁸³ Idem

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ The encyclopedia of the Republican Party. Volume two. M.E. Sharpe, May/1980, p. 690.

“No plano internacional, as condições já perigosas estão se deteriorando. Pela primeira vez a União Soviética está adquirindo os meios para destruir ou desmantelar nosso sistema de mísseis terrestres e ameaçar-nos com a submissão. As tiranias marxistas se expandem mais rapidamente em todo o Terceiro Mundo e na América Latina. Nossas alianças estão se desgastando na Europa e em todo o resto do mundo.”⁸⁶

O Documento de Santa Fé e a Plataforma ressoam como uma sirene de alerta para os norte-americanos como se o inimigo estivesse em suas portas. Esta justificativa abre um precedente não só para ações de defesa e ataque do governo norte-americano como remete à questão da necessidade de defesa dos ideais consagrados pela nação norte-americana. Assim, a Plataforma também registra algo sobre a questão do apoio externo e seu interesse:

“A assistência econômica externa que os Estados Unidos provêem não é uma empresa caritativa: a caridade é desenvolvida de maneira mais eficiente por entidades privadas. (...) A assistência econômica norte-americana (...) deveria estender-se somente naqueles casos em que seja coerente com os interesses políticos internacionais dos Estados Unidos. A assistência exterior norte-americana deve ser um meio de exportar a *ideologia* norte-americana.”⁸⁷ (grifos meus)

Exportação da ideologia requer muito mais do simples avanço militar. Existe a construção de justificativas que imprimiram a real necessidade do apoio norte-americano. Se no primeiro plano está a questão da segurança norte-americana, os ideais norte-americanos devem ser entendidos e defendidos também pelas nações de interesse dos Estados Unidos.

Nesse sentido, a questão da democracia na Plataforma do Partido Republicano segue também os princípios do Documento de Santa Fé:

“A simples tentativa de forçar aceitar os valores norte-americanos e os critérios de democracia tem solapado severamente as nações amigas.”⁸⁸

⁸⁶ Ibidem, p. 660.

⁸⁷ Ibidem, p. 703.

⁸⁸ Idem.

Tais palavras poderiam dar impressão de apoio de Reagan aos militares, contrapondo-se à política de rompimento de Carter. Porém, esta postura reforça a idéia de que a ruptura forçada com os governos militares implicaria em prejuízos para a nação norte-americana. Se a postura do Partido Republicano está em contrapor-se à nação soviética, estabelecendo uma nova Guerra Fria, ter nos governos militares latino-americanos inimigos não seria uma posição adequada. A boa diplomacia e o restabelecimento de contatos amigáveis com os militares visava tê-los mais como aliados do que inimigos. A transição deveria vir de forma gradativa e não através de uma ruptura brusca. Esta posição é reforçada pela própria Plataforma, onde o incentivo à democracia é freqüente:

“O Partido Republicano reafirma solenemente o propósito de nossa política externa em fornecer segurança às pessoas e às instituições livres de nossa nação contra todos os perigos (...); e para alcançar um meio seguro no mundo onde liberdade, democracia e justiça possam florescer.”⁸⁹

A postura em relação à América Latina demonstra que esta região é uma área de interesse principal para os Estados Unidos. A preocupação com a ameaça aos interesses norte-americanos na região, advinda de países como Cuba ou Nicarágua, geraram a necessidade de uma nova visão sobre esta área:

“Uma nova administração republicana tentará, em estreita cooperação com seus vizinhos, trabalhar conjuntamente para fomentar a prosperidade e para fortalecer os esforços comuns para combater revoluções e violência produzidas externamente.”⁹⁰

A plataforma não comenta sobre a questão dos direitos humanos para a América Latina, mas centraliza seu discurso no combate às revoluções de esquerda. O objetivo não é condenar os militares, e sim restabelecer uma boa relação diplomática:

“Os republicanos comprometem-se em restabelecer estreitas e cooperativas relações com as nações das

⁸⁹ Ibidem, p. 690.

⁹⁰ Ibidem, p. 701-702

Américas Central e do Sul e reparar os danos diplomáticos criados pela administração Carter.”⁹¹

A reaproximação do governo norte-americano com os países latino-americanos a partir do início do governo Reagan não esteve pautada pela exigência de democratização como havia sido com Carter. Os discursos, embora enfáticos na questão da democracia, não corresponderam a uma ação de pressão sobre os governos militares por uma transição imediata. O incentivo por parte da política Reagan à democratização latino-americana de forma rápida teria muito mais ênfase no segundo mandato iniciado em 1985, onde a promoção da democracia passou a ser um subsídio do governo Reagan ao mesmo tempo em que ela aparece com maior destaque em seus discursos.

2.2 Dos planos à ação: as atividades norte-americanas que visaram fomentar a democracia na América Latina

2.2.1 A postura em relação aos governos militares

A postura do governo Reagan em relação aos governos militares latino-americanos procurou seguir as orientações do Documento de Santa Fé: evitar o desconforto de uma diplomacia agressiva, como havia sido no governo Carter, e partir para relações mais flexíveis, acreditando na possibilidade de uma lenta transição. A declaração de Alexander Haig, primeiro secretário de Estado norte-americano do governo Reagan, o qual ficou até 25/06/1982, quando foi substituído por George Schultz, buscou enfatizar a necessidade de uma nova relação como os governos militares latino-americanos em contraposição à postura política de Jimmy Carter para com os mesmos. Se anteriormente a ênfase estava no confronto de discursos, os quais não agradavam em nada a diplomacia dos governos militares, a posição dos republicanos no início dos anos 80 tinha um caráter claro de reaproximação:

“A vigência das liberdades humanas básicas de modo algum será melhorada através da substituição de

⁹¹ Idem.

governos amigos, que não satisfazem por inteiro nossos critérios sobre democracia, por outros hostis que resultam menos benignos ainda no tocante aos direitos humanos.”⁹²

Na América Latina, e sobretudo na América Central, Ronald Reagan atribuiria prioridade à luta contra a penetração marxista que julgava ameaçar a retaguarda dos Estados Unidos. Para isso o presidente republicano moderou tanto a obsessão pelos direitos humanos como a crítica aos governos militares. Sua ênfase esteve em reforçar e dar apoio a todos os regimes resolvidos a resistir à influência de ideais de esquerda, principalmente dos que adviriam de Cuba ou da União Soviética.⁹³

A passagem do discurso de Reagan para ação demonstra que a ênfase na reaproximação com os governos militares tinha como prioridade o interesse de afastar a ameaça de novas repúblicas de esquerda. Se para Carter os direitos humanos estavam no primeiro plano, independentemente se o enfrentamento com as ditaduras poderiam resultar num fracasso diplomático, para Reagan foi justamente esta política que acabou reforçando as repúblicas de esquerda.

Existia um projeto em curso de transformar o Cone Sul numa engrenagem bélica coordenada com sistema defensivo do Ocidente. A presença de diversas autoridades⁹⁴ norte-americanas na América do Sul demonstrava o interesse norte-americano de estabilizar as relações diplomáticas, principalmente com Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina. Os desacertos com esses países, estabelecidos na administração anterior, fez com que a comitiva acenasse com nova diplomacia. O primeiro passo firmado para demonstrar a aproximação com esses países foi o anúncio de que o governo norte-americano, tendo em vista a “melhora substancial” dos direitos humanos, voltaria a apoiar a concessão de dólares a esses países por parte de organizações internacionais. A teoria oficializada pela Casa Branca, cuja principal formuladora foi Jeane Kirkpatrick, dizia que os regimes autocráticos (como os de Pinochet, Somoza, Stroessner), ao contrário dos totalitários (comunistas), toleram

⁹² A nova política externa dos EUA. Zero Hora, Porto Alegre, 10/01/1981.

⁹³ Promessa: enfrentar a União Soviética. Zero Hora, Porto Alegre, 20/01/1981.

⁹⁴ Destaca-se: John Middendorf, embaixador dos Estados Unidos na OEA; Jeane Kirkpatrick,

toleram uma oposição limitada e não estavam fechados a uma democratização. Só que esta democratização, segundo as autoridades norte-americanas, deveria se processar muito lentamente para que a estabilidade fosse preservada. A vinda de autoridades norte-americanas para a América Latina demonstrava uma clara pressão norte-americana pela melhoria dos direitos humanos e pela democratização, oferecendo em troca a possibilidade de empréstimos.⁹⁵

Para os republicanos, os anos 80 deveriam ser caracterizados com uma política que não fosse tão agressiva aos governos militares. Essa postura ficou bastante clara, ainda no ano de 1981, quando do estabelecimento da política diplomática que o governo Reagan tentaria conduzir com os argentinos:

“De acordo com fontes bem informadas, as principais conclusões sobre a posição do governo Reagan, extraídas por Camilion de suas entrevistas em Washington, podem ser resumidas da seguinte maneira: (...) b) o governo Reagan de nenhum modo abandonou a política de direitos humanos, registrou uma *mudança de métodos que exclui críticas públicas*; e c) considera-se que para viabilizar um processo político na Argentina é necessário por fim à situação dos detidos ‘à disposição do poder executivo’.”⁹⁶ (grifos meus)

A possibilidade de aproximação do Estado norte-americano com os governos militares da América Latina contudo não evitou o desalinhamento. Apesar dos discursos e da intenção de aproximação, as atividades políticas dos Estados Unidos em relação à América Latina fizeram com que houvesse um afastamento dos latino-americanos em relação à Reagan. Isto ficou exposto principalmente em razão dos Estados Unidos terem apoiado à Inglaterra na guerra pela posse das Malvinas em 1982, abandonando o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), e deixando tanto a Argentina como a própria Organização dos Estados Americanos (OEA) em situação de crise. Este episódio fora apoiado ainda pela invasão norte-americana à ilha de Granada em 1983 e pelos efeitos nefastos da crise da dívida externa que apanhara praticamente toda a América Latina (lembrando que este crise

embaixadora dos Estados Unidos na ONU; e o general Wallace Nutting, chefe do comando sul.

⁹⁵ Cf. CARLOS, Newton. Corrida dos EUA para o Cone Sul. Zero Hora, Porto Alegre, 29/07/1981.

⁹⁶ EUA e Argentina acertam estratégia em Washington. Zero Hora, Porto Alegre, 02/09/1981.

da dívida externa na América Latina também esteve ligada à política monetária do governo Reagan). Assim, no início dos anos 80, a América Latina tomou uma postura mais autônoma em relação à Washington, fortalecida pela perspectiva dos governos militares (em crise de legitimidade) em reforçar a idéia de nacionalismo, aliás um política bem contrária aos interesses dos republicanos da Casa Branca, os quais agora buscavam incentivar uma política para a América Latina nada nacionalista, e sim uma política de abertura de mercados.

A tolerância à presença militar na América Latina foi uma das características da diplomacia norte-americana até por volta do primeiro mandato de Reagan. Essa postura em relação aos militares começaria a tomar outro rumo a partir do seu segundo mandato, isso em razão do que foi mencionado no parágrafo anterior e também em virtude de que Washington começaria a identificar os militares latino-americanos como uma ameaça à segurança norte-americana, sempre colocada em primeiro plano. Se nos primeiros anos do Governo Reagan havia por parte de sua política externa a compreensão de que os militares latino-americanos eram aliados contra insurgências de esquerda, ao final do primeiro mandato, ao contrário, a possibilidade de haver outra insurgência de esquerda, a exemplo da Nicarágua em 1979 ou em Granada no mesmo ano, começou a ser colocada como responsabilidade dos governos militares. Em 1984, o governo dos Estados Unidos declarou que começava a impacientar-se com as ditaduras de direita, acusando-as de geradoras de insurgências esquerdistas. George Bush, na época vice de Reagan, havia manifestado publicamente sua impaciência, acusando que os ...

“(...) excessos de regimes de extrema-direita são causadores da emergência de movimentos leninistas-marxistas na América Central. Pensava Bush em Fidel Castro, que tirou Fulgêncio Batista em 1959 em Cuba; Daniel Ortega que tirou a família Somoza em 1979 na Nicarágua; e Maurice Bishop que tirou Eric Gary em 1979 em Granada.⁹⁷

⁹⁷ Cf. CARLOS, Newton. Ditaduras impacientam Reagan. Folha de São Paulo, São Paulo, 22/02/1984.

Neste mesmo ano, segundo um especialista em questões militares do Cone Sul, o francês Alain Rouqué, se houve avanços e retrocessos dos militares na América Latina isto era devido à ação dos Estados Unidos. Utilizando-se da Bolívia como exemplo, desde a ascensão de Siles Zuazo, em 1982, os Estados Unidos haviam deixado claro que se oporiam a qualquer golpe militar. Segundo Rouqué, os Estados Unidos não fizeram nada para evitar a derrubada do ex-homem forte de Honduras, general Gustavo Alvarez, espécie de agente norte-americano com o comando das forças armadas hondurenhas.⁹⁸ No Uruguai, por sua vez, os Estados Unidos estavam aceitando, via embaixada, a presença da Frente Ampla⁹⁹ no processo de transição democrática. Como isso se explica? A política dos Estados Unidos seria a de evitar os excessos dos governos de direita para que a esquerda radical não viesse a crescer. São implicitamente condenados os Estados de Segurança Nacional, antigamente exportados por Washington como espinha dorsal de estratégias de contra insurgência:

“Os regimes constitucionais ‘sem excessos’, sem linhas de montagem de bolchevismo, serviriam melhor a essas estratégias. Seria lidar com democracias como peças-chave de contra-insurgência e como tal defendê-las se possível com os controles necessários.”¹⁰⁰

No ano de 1985, há um reatamento das relações entre os Estados Unidos e a Argentina após a guerra de 1982 (lembrando-se que na guerra entre Argentina e Inglaterra os Estados Unidos apoiaram a última), demonstrado a partir da sinalização de apoio norte-americano aos argentinos através do Plano Baker. Os argentinos seriam os primeiros beneficiados com este plano, uma espécie de Plano Marshall para a América Latina nos anos 80. Fica claro que para os Estados Unidos o desalinhamento dos militares argentinos foi o motivo para apoiar a Inglaterra. Com o governo democrático de Alfonsín, o qual criaria o plano Austral, configurava-se um bom relacionamento entre Argentina e Estados Unidos, os quais acenariam com

⁹⁸ Cf. CARLOS, Newton. O refluxo das Forças Armadas na América Latina. Folha de São Paulo, São Paulo, 08/07/1984.

⁹⁹ A Frente Ampla envolvia diferentes tendências e idéias. Era composta por comunistas, anarquistas, sociais-democratas, democratas-cristãos, sindicalistas, universitários, intelectuais, militares, membros de extrema esquerda, socialistas, dissidentes do partido Colorado e do partido Blanco e pelos Tupamaros.

¹⁰⁰ Idem.

dólares do Plano Baker, bem como apoio militar para reconstrução das perdas materiais do exército argentino.¹⁰¹

A nova opinião sobre a tarefa dos militares na América Latina condizia com uma nova atitude em relação ao conceito e à prática democrática. O afastamento dos excessos e a proteção do regime democrático apareceriam nos discursos de Elliott Abrams, assessor de Reagan que fora o segundo secretário adjunto de Estado para assuntos interamericanos, como uma forma de afastar a ameaça de políticos e políticas de esquerda. Em 1986, Newton Carlos comentava o discurso de Elliott Abrams na formatura do Colégio Interamericano de Defesa.¹⁰² Elliott Abrams pediu profissionalismo militar, chamou de obsoleto o estereótipo das Américas como um continente de ditaduras militares, advertiu contra reações exageradas e afirmou acreditar que a democracia é o melhor instrumento para a segurança e o bem-estar dos latino-americanos.¹⁰³

Abrams conclamou os 54 oficiais da América Latina a serem uma geração de pioneiros, de guardas das novas democracias. Para ele a defesa da democracia era o interesse comum dos Estados Unidos e da América Latina. Mas com diferenças, pois os Estados Unidos enfrentavam a ameaça global da União Soviética. Na América Latina, o maior inimigo era interno e agia por meio da subversão comunista, terrorismo e tráfico de drogas. Abrams arquivou a velha doutrina de segurança nacional e lançou o que ele chamava de estratégia democrática de segurança nacional. O que mudou? O conselho aos militares: “não dêem golpes, eles são contraproducentes.”¹⁰⁴

Esse discurso de Abrams apareceu em um período onde o processo de transição democrática na América Latina estava bastante adiantado. Sua ênfase na democracia fazia crer no significativo valor universal de um bem que deveria pertencer a todos e ser copiado por todos:

¹⁰¹ Cf. ALVES, Rosental Calmon. Americanos reforçam as relações com a Argentina. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14/11/1985.

¹⁰² Cf. CARLOS, Newton. Estados Unidos definem doutrina militar latino-americana. Folha de São Paulo, São Paulo, 21/07/1986.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

“Vivemos em um período extraordinário. Em nosso Hemisfério, a democracia está em ascensão. Está transformando as condições políticas e sociais. O estereótipo das Américas como hemisfério de ditaduras militares está superado. (...) E acreditamos que a democracia pode tanto causar a melhor cooperação entre nossos governos, como fortalecer-se pela cooperação entre nós. Estamos, portanto, adaptando nossas ações e nossos programas para apoiar forças e instituições democráticas, sempre que estivermos em posição de fazê-lo.”¹⁰⁵

O dever de casa dos novos militares estaria em sua nova postura: defender os ideais por que tanto a nação norte-americana lutava e buscava fazer expandir-se no mundo:

“Os senhores são agora os guardiões das novas democracias. Seu chamado mais alto deve ser – não substituir regimes malogrados – mas proteger democracias bem sucedidas. Precisam ser bem sucedidos na tarefa de forjar uma nova visão de segurança, da qual a democracia é a pedra angular, não um luxo; onde a competição política livre e aberta é uma aliada, não um impedimento à paz e ao desenvolvimento.”¹⁰⁶

Por sua vez, a questão econômica não ficaria longe de seu discurso. Democracia era a palavra-chave para o desenvolvimento econômico e para a saída da crise que abatera as nações latino-americanas no início dos anos 80. Não muito diferente dos discursos dos economistas dos governos militares sobre a questão econômica, onde o que importava era crescer antes para distribuir depois, bem ao estilo Documento de Santa Fé, Abrams enfatizava a questão:

“Outros perigos para a democracia advêm da irresponsabilidade e da impaciência. Crescimento econômico e governo democrático responsável não são fáceis. É preciso tempo para alcançar o crescimento econômico que beneficiará a sociedade como um todo. É preciso tempo para a democracia assentar suas raízes,

¹⁰⁵ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. Uma visão democrática de segurança: ponto de vista de Washington, p. 2. (Discurso do Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos, Elliott Abrams, na cerimônia de conclusão da 25ª turma da Escola Interamericana de Defesa, Washington, D.C., 13/06/1986).

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 3.

para que todos os cidadãos compreendam os benefícios que advirão de sua participação no sistema democrático. E é preciso tempo para desenvolver a solidariedade necessária a assegurar entre os democratas uma cooperação internacional e assistência mútua a longo prazo.”¹⁰⁷

O caráter da nova democracia estava em servir de alicerce para a segurança. Este é o ponto central e chave do discurso de Abrams. O abandono da ideologia da segurança nacional para a construção da democracia de segurança, em uma clara expressão da democracia como contenção do inimigo de esquerda, deveria ser a ênfase que os militares necessitariam buscar para suas atividades:

“(…) da mesma forma que a democracia deve ser defendida, deve-se fazer oposição, sem hesitar, à ditadura, à injustiça e à intolerância. Os transgressores dos direitos humanos não podem alegar que estão agindo em nome da ‘democracia’. Suas iniciativas ajudam apenas a esquerda violenta e totalitária, os verdadeiros inimigos da democracia. Seus valores não são os nossos valores. Seus meios deixam-nos menos seguros. (...) Nesse sentido, o *surgimento da democracia no Hemisfério atende os imperativos de uma ampla política de segurança*. Encontraremos segurança na construção de ordens políticas abertas, abrangentes e democráticas.”¹⁰⁸ (grifos meus)

Por fim, em 1987, Elliott Abrams procurou enfatizar a importância dos Estados Unidos no processo de democratização. Esquivando-se do papel central no processo, deixa soar claramente em seu discurso o quanto a democracia tornava-se um regime de significativa importância à política dos Estados Unidos:

“De 1979 para cá, as ditaduras ou regimes militares foram substituídos por governos democraticamente eleitos no Equador, Peru, Bolívia, Argentina, Brasil e Uruguai, na América do Sul, e em El Salvador, Granada, Guatemala e Honduras na Bacia do Caribe. Sem exceção, os líderes democráticos desses países *tiveram o nosso apoio*. (...) Os líderes civis e militares no Panamá, Haiti, Suriname, Paraguai e Chile que estão procurando a democracia têm o nosso apoio. Têm o

¹⁰⁷ Ibidem, p. 5.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 8.

nosso apoio, não porque procuramos intervir em sua política interna, ou porque queremos desempenhar um papel de favoritos. Muito ao contrário – o respeito aos direitos humanos e às normas democráticas é a melhor garantia de não-intervenção e autodeterminação em face do abuso e da agressão do mundo comunista e da extrema esquerda, bem como da extrema direita. E é este o único caminho para relações equânimes, respeitadas e produtivas com os Estados Unidos.”¹⁰⁹
(grifos meus)

Passado o ano de 1985, havia ainda na América do Sul apenas duas nações como governos militares, cujo ambiente político estava longe de uma possível transição. Paraguai e Chile tornaram-se sinônimos, para os atores políticos norte-americanos da época, de nações cujas políticas já haviam vencido o prazo de validade.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, Newton Carlos buscou demonstrar e analisar a postura dos Estados Unidos frente às ditaduras restantes na América Latina e revelou as razões norte-americanas desta postura. Para Newton Carlos, o Chile havia tornado-se campo de prova de uma nova doutrina dos Estados Unidos: troca-se a de Segurança Nacional, que infestou a América Latina de ditaduras, por uma estratégia de democracia de segurança nacional (segundo as próprias palavras de Elliott Abrams). Como anteriormente visto, em seu discurso na cerimônia de conclusão de cursos no Colégio Interamericano de Defesa, Abrams disse que os militares deveriam tornar-se protetores da democracia. O chefe do comando sul dos Estados Unidos, general John Galvin, declarara que o comunismo deveria ser combatido com democracia e não com ditadura. Ainda segundo Newton Carlos, em publicação especializada no “Latin América Newsletter”, os Estados Unidos declararam que fariam um avaliação de sua política no Chile. Havia cinco pedidos: acabar com as restrições à liberdade de imprensa; acabar com os poderes discricionários estabelecidos pela atual constituição; refazer o registro eleitoral; legalizar os partidos políticos; e permitir a volta dos exilados. Para Newton Carlos

¹⁰⁹ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. América Latina e o Caribe: os caminhos para a democracia - ponto de vista de Washington. Brasília. Embaixada dos Estados Unidos da América, 1987, pp. 8-9 (íntegra do pronunciamento de Elliott Abrams, secretário de Estado adjunto dos Estados Unidos para assuntos interamericanos, Washington, D.C., 30/06/1987).

esta postura norte-americana demonstrava claramente que “os Estados Unidos do presidente Reagan haviam descoberto a democracia como arma de contra-insurgência.”¹¹⁰

A democracia, portanto, funcionaria como um regime político que traria mais benefícios à política norte-americana do que a manutenção de governos militares repressores. A elaboração de pressões sobre os governos ditatoriais de ambos países, Chile e Paraguai, deveria aparecer como estratégia para a segurança nacional norte-americana, uma atitude que condizia com a postura de forte incentivo à democracia iniciada no segundo mandato de Reagan .

As atividades desenvolvidas que demonstrariam a ação norte-americana para a efetivação desse intento aconteceria já no ano de 1985, quando foi enviado ao Chile um novo embaixador dos Estados Unidos, cujo principal objetivo foi buscar apagar a imagem da nação norte-americana como sustentador do governo Pinochet. A boa relação Reagan-Pinochet quando do episódio de auxílio dos Estados Unidos na liberação de crédito em troca de uma pista de aviação na ilha de Páscoa tornara-se um fato incômodo perante a opinião pública mundial, principalmente em razão da contínua repressão do governo chileno à oposição interna do país.¹¹¹

Havia por parte dos Estados Unidos uma política considerada dúbia em relação ao Chile. Discursivamente, o governo norte-americano condenava o rigor excessivo do governo Pinochet ao mesmo tempo em que não se opunha ao apoio financeiro de instituições como FMI ou Banco Mundial ao Chile. Newton Carlos, analisando o relatório de uma instituição chamada Center for International Policy, a qual demonstrava a contradição entre a atitude e o discurso dos Estados Unidos em relação ao Chile, avaliou que o relatório deste Centro, o qual fora divulgado em outubro de 1985, constatava que, apesar da existência de críticas do governo Reagan ao governo Pinochet, existiam subsídios diretos ao Chile através de organismos financeiros internacionais. Houve um levantamento demonstrando que, de 1981 a

¹¹⁰ Cf. CARLOS, Newton. Governo Reagan faz exigências. Folha de São Paulo, São Paulo, 21/08/1986.

¹¹¹ Cf. CARLOS, Newton. Redemocratização até 1989, o plano de Reagan para o Chile. Folha de São Paulo, São Paulo, 29/08/1985.

1984, os Estados Unidos deram quase 25 milhões de dólares diretamente ao Chile. Só em 1985 foram 110 milhões em linhas de crédito. No governo Reagan, os Estados Unidos votaram a favor da concessão ao Chile, através do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de créditos que totalizaram 1,99 bilhão de dólares. Em 1984, os Estados Unidos ainda forneceram equipamentos militares a este país. Segundo Newton Carlos, a oposição chilena estava convicta que sem pressões externas coordenadas e reais, seria muito difícil derrubar o regime chileno por meios pacíficos.¹¹²

Seria apenas a partir do ano de 1986, que a ação norte-americana sairia apenas dos discursos. A permanência de apenas dois generais na América do Sul não satisfazia a diplomacia norte-americana, cuja ênfase na época estava em fomentar a democracia como forma de segurança. A reviravolta norte-americana em ambos casos, chileno e paraguaio, seria efetivada com a presença de novos embaixadores, os quais iniciaram o estabelecimento de diferentes práticas para a demonstração da nova postura norte-americana:

“Depois de uma longa história de apoio aos governos de direita latino-americanos, Washington, no último ano, enviou novos embaixadores ao Paraguai e ao Chile. A atividade desses diplomatas reflete a mudança de atitude da Casa Branca em relação aos homens fortes militares.”¹¹³

O objetivo dos novos embaixadores foi, num primeiro momento, reunir-se com dirigentes da oposição, criticando a violação dos direitos humanos e defendendo a transição para a democracia. Segundo Debusmann, os Estados Unidos haviam apoiado o golpe em 1973 no Chile, porém agora o governo de Pinochet tornara-se incômodo.

No mesmo ano de 1986, o governo Pinochet foi forçado pelos Estados Unidos a terminar com o estado de sítio decretado desde o dia 8 de setembro, estabelecido por Pinochet em razão do atentado ao próprio presidente. Os Estados Unidos

¹¹² Cf. CARLOS, Newton. Washington altera retórica, mas amplia ajuda a Pinochet. Folha de São Paulo, São Paulo, 15/10/1985.

¹¹³ DEBUSMANN, Bernd. Los últimos generales em el poder. La Nación, Buenos Aires, 10/08/1986.

pressionaram o Chile com a possibilidade de veto a um empréstimo de 250 milhões de dólares que poderia ser fornecido pelo Banco Mundial. Elliott Abrams, na época, havia declarado que os Estados Unidos vetariam o empréstimo se não houvesse progressos no sentido da abertura democrática. Nesse mesmo momento, o congresso norte-americano aprovou uma emenda votando contra este empréstimo caso o regime chileno continuasse violando os direitos humanos.¹¹⁴

No ano de 1987, a política dos Estados Unidos para o Chile iniciou uma fase de apoio e ajuda à oposição com o objetivo de livrar-se de Pinochet. Esta política só começaria ser implementada no final de 1987 e teve repercussão também para o Paraguai. A ação dos embaixadores norte-americanos nos respectivos países foi auxiliada pela pressão de Elliott Abrams, demonstrando que os Estados Unidos tendiam a fortalecer a idéia da saída dos ditadores.¹¹⁵

A ação concreta dos embaixadores também se efetivou através do apoio dos Estados Unidos em razão do financiamento, através do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), de um projeto de educação política no Chile, visando aumentar a participação popular no plebiscito programado para o ano de 1989, cujo objetivo era dizer sim ou não para Pinochet.¹¹⁶ Elliott Abrams apareceria para fortalecer a posição norte-americana da necessidade de substituição de Pinochet por um governo democrático:

“Que podemos fazer para ajudar? Reconhecendo que nossa influência é limitada – não concedemos ao Chile nenhuma assistência militar ou desenvolvimentista – podemos ainda fazer alguma coisa para promover o ânimo aos que trabalham para a democracia. (...) podemos ampliar os contatos com as Forças Armadas Chilenas, que têm o principal papel numa transição democrática (...) podemos continuar demonstrando, como sempre fizemos, que os Estados Unidos apóiam a democracia e os direitos humanos no Chile. (...) endossar e publicamente apoiar os passos da oposição democrática para posições flexíveis e pragmáticas. (...)”

¹¹⁴ Cf. CARLOS, Newton. Pinochet cede a pressões americanas por abertura. Folha de São Paulo, São Paulo, 30/10/1986.

¹¹⁵ Cf. ANTUNES, Cláudia. Estados Unidos financiam projeto político da oposição chilena. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06/03/1988.

¹¹⁶ Idem.

Podemos traduzir essas preocupações em ação, como fizemos quando patrocinamos e apoiamos o consenso sobre as justas resoluções acerca dos direitos humanos no Chile, em 1986 e 1987, na Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e quando mantivemos nossa aprovação aos empréstimos do Banco Internacional de Desenvolvimento.”¹¹⁷

A postura da diplomacia norte-americana em relação ao governo paraguaio não foi diferente. No ano de 1986, os Estados Unidos mandaram um embaixador ao Paraguai e sua primeira atitude foi visitar partidos considerados ilegais pelo regime de Stroessner. Na época, o embaixador declarou que Stroessner não deveria apresentar candidatura à presidência em 1988, e falou que na sua preferência gostaria de não ver um governo de perfil militar.¹¹⁸ Não obstante, o mesmo embaixador norte-americano efetuou visitas ao “Acordo Nacional”, um grupo local de coalizão opositora.¹¹⁹ Suas declarações o tornaram mais um “inimigo” de Stroessner. Seu objetivo, desde a sua vinda em novembro de 1985, fora estabelecer contatos e encontros com sindicalistas, partidos, ministros, jornalistas, militares, empresários, universitários e religiosos; assim como ao chamado Acordo Nacional. A ofensiva norte-americana através de seu embaixador não era de fato algo novo em termos de perspectiva norte-americana em relação ao Paraguai. Ronald Reagan já havia declarado que duvidava da postura democrática de Stroessner; George Schultz lamentava que o Paraguai não havia seguido seus vizinhos; e Elliott Abrams chamou o sistema paraguaio de ditadura. E, de fato, os Estados Unidos não davam mais sinais de ajuda financeira e militar ao regime paraguaio, cancelados desde 1979 pela Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID).¹²⁰

A pressão norte-americana pela redemocratização no Paraguai ficaria clara na declaração de Elliott Abrams:

¹¹⁷ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. América Latina e o Caribe: os caminhos para a democracia ..., op. cit., p. 7.

¹¹⁸ Cf. COLMAN, Maria Pérez. EE.UU. y el futuro de Stroessner. La Nación, Buenos Aires, 24/04/1986.

¹¹⁹ Stroessner: 32 años de gobernante; aumenta la presión internacional. El País, Madrid, 05/05/1986.

¹²⁰ Cf. VANHECKE, Charles. Ofensiva de Washington? Clarín, Buenos Aires, 13/05/1986.

“No Paraguay, o intercâmbio democrático de idéias políticas tem estado ausente desde que o General Alfredo Stroessner assumiu o poder, em 1954. Nos últimos anos, todavia, exemplos dados por vizinhos do Paraguai levaram-nos a pedir reformas políticas e uma abertura democrática. (...) Pedimos ao governo do Paraguai que permita a seu povo juntar-se à onda democrática na América Latina. Qualquer outra prática não só pressagia mais tensões com os Estados Unidos, senão também protestos, divisões e inquietações no próprio Paraguai.”¹²¹

Portanto, a postura norte-americana em relação aos governos militares passou por dois momentos: no primeiro mandato de Reagan a ênfase estaria numa aproximação com os governos militares, com o objetivo de evitar uma possível aproximação destes com o poder soviético, ou seja, era preferível manter boas relações com governos ditatoriais ao invés de vê-los mantendo contato com a outra potência. Por outro lado, já no final do seu primeiro mandato, a postura da diplomacia norte-americana visualizava nos governos militares as razões do surgimento cada vez maior de insurgências de esquerda, assim como o seu forte desalinhamento com a política de Washington. A repressão, a falta de liberdade de expressão, a ausência de instituições democráticas e a falência da política econômica dos militares, acabaram acarretando, segundo o ponto de vista de Washington, no fomento de grupos contrários aos regimes militares e essencialmente de esquerda. Esse fenômeno suscitou na diplomacia da Casa Branca a perspectiva de que o regime democrático, o qual já estava em processo de transição na América Latina, poderia diminuir a capacidade de fortalecimento de grupos guerrilheiros de esquerda ou a própria tomada do poder por esses grupos em alguma das nações latino-americanas, assim como afastar a possibilidade do fortalecimento de uma política nacionalista dos governos militares. O fomento à democracia poderia servir como um fator de segurança estratégica para a nação norte-americana, ao mesmo tempo em que poderia estabelecer uma significativa estabilidade política na América Latina.

¹²¹ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. América Latina e o Caribe: os caminhos para a democracia ..., op. cit., p. 7.

2.2.2 O interesse norte-americano pela democracia

Seria, portanto, a partir do segundo mandato de Ronald Reagan (1985) que as questões sobre o regime democrático e os direitos humanos começariam a aparecer com maior frequência e ênfase nos discursos e nas pressões norte-americanas sobre a América Latina. É claro que, mesmo antes da entrada dos republicanos na Casa Branca, democracia e direitos humanos apareceriam nos planos republicanos, porém não com a ênfase de ruptura com aconteceria no seu segundo mandato.

Os Estados Unidos deixariam clara a sua posição no que diz respeito à política para com a América Latina antes mesmo da posse de Reagan. Alexander Haig, que seria futuro secretário de Estado, declarou que daria atenção especial a esta região, fortalecendo os vínculos com o México e adotando uma postura mais pragmática diante da ameaça de terrorismo e da instabilidade política da América Central. Haig destacou na América Latina a sua capacidade de fornecer matérias-primas, materiais estratégicos para os Estados Unidos em consequência da “crescente interdependência das economias.”¹²² Essa sua postura seria também auxiliada pela perspectiva de maior ligação entre os Estados Unidos e América Latina quanto à questão dos direitos humanos.

Ao expor a política do governo Reagan em uma entrevista coletiva, Alexander Haig enfatizava a questão dos direitos humanos:

“Eles constituem algo de essencial e fundamental da política interna e externa do país, mas que gostaria de ver mudança de prioridade na defesa desses direitos. Cada diretor do departamento colocará os direitos humanos no topo da sua agenda, mas sempre tendo em vista os melhores interesses dos Estados Unidos.”¹²³

Haig ainda acusara a União Soviética de ser uma das primeiras financiadoras das atividades terroristas internacionais e de adotar políticas conscientes que estimulavam estas práticas. Dissera ser evidente a disposição da União Soviética de assumir riscos na América Latina e na África, mediante a utilização de seus

¹²² Haig expõe política externa. Gazeta Mercantil, São Paulo, 12/01/1981

¹²³ Cf. NEVES, Antônio. A política externa de Haig. Gazeta Mercantil, São Paulo, 29/01/1981.

mandatários cubanos. Isto caracterizava o receio norte-americano de que muito próximo ao seu território estivessem sendo fomentadas práticas ligadas ao bloco oposto. Desta forma, através de seus funcionários, a Casa Branca alardeava a idéia de terrorismo e, portanto, este deveria ser combatido com a bandeira dos direitos humanos.

A postura no início do mandato de Ronald Reagan em relação aos governos militares, como já analisado, enfatizava uma aproximação com os mesmos. A ênfase estava na questão da segurança. Segurança contra quem? Certamente contra a ameaça soviética. Qualquer que fosse o país ou região onde houvesse possibilidade da existência de influência soviética deveria ser considerado como região estratégica. Em artigo publicado pela Gazeta Mercantil, nota-se como os Estados Unidos usaram El Salvador como palco para demonstrar sua política externa, cujo principal objetivo parecia ser o impedimento do avanço ou da influência soviética no mundo. Segundo este mesmo artigo, a Casa Branca apresentou aos governos europeus documentos encontrados com guerrilheiros de esquerda envolvendo estados como Cuba, URSS, República Democrática da Alemanha, Nicarágua e outros. Reagan e Haig escolheram El Salvador como objeto de advertência à URSS.¹²⁴

Não obstante, as declarações do diretor do escritório de planejamento de Estado norte-americano, Luigi Einandi, atestavam que a nova política de Reagan estaria dando prioridade à América Latina, principalmente com ênfase à questão dos direitos humanos e a necessidade de discussões privadas com os países amigos.¹²⁵

No decorrer do ano de 1981, o primeiro secretário de Estado adjunto para assuntos interamericanos, Thomas Enders, declarou que a política dos Estados Unidos para a América Latina estaria baseada em quatro aspectos principais: a) ajuda norte-americana na defesa de países ameaçados; b) apoio aos países que lutam pela preservação de sua autodeterminação; c) contribuição para o êxito econômico da Bacia das Antilhas; d) enfrentamento aos problemas em sua origem na guerra camuflada que Cuba havia declarado contra seus vizinhos. Segundo as palavras de Enders sobre a preservação do direito à autodeterminação dos povos, isto se

¹²⁴ EUA testam apoio dos aliados. Gazeta Mercantil, São Paulo, 27/02/1981.

processaria mediante o estímulo à criação de regimes democráticos e reformas sociais. O terceiro sustentáculo das novas relações hemisféricas, afirmou Enders, seria

“responder às novas realidades da América do Sul: o amplo movimento rumo ao retorno de governos constitucionais e às práticas democráticas; o destacado progresso econômico e seu potencial ainda maior e seu papel de cada vez maior importância na estratégias mundial.”¹²⁶

Sobre as aberturas políticas, o secretário destacou a abertura política do Brasil, manifestando sua satisfação com as democracias da Venezuela e Colômbia, com retorno do Peru e Equador a regimes constitucionais, acrescentando que “na Argentina e Chile reduziram-se sensivelmente as violações dos direitos humanos, embora nenhum destes países tenha ainda solucionado os problemas resultantes de violações anteriores.”¹²⁷

Em entrevista, Enders assegurou que os Estados Unidos iriam colaborar na expansão econômica da região por meio do comércio, salientando a importância que o governo de Reagan estava atribuindo ao valor estratégico do Atlântico Sul. Sobre a autodeterminação das nações, Enders declarou que os Estados Unidos iriam procurar estabelecer

“ajuda para manter a liberdade dos países da área: o progresso político e a mais ampla participação possível da população nos processos de decisões através de eleições legítimas, reformas adequadas e o controle da violência de qualquer origem, deverá ser completada, porém com a assistência militar.”¹²⁸

No dia da posse de Reagan, seu primeiro discurso teve tom de mudança e de recuperação dos valores norte-americanos anunciavam o que se poderia considerar uma “nova era”. No dia seguinte à posse, o editorial da Gazeta Mercantil foi muito significativo. Dizia ele que:

¹²⁵ Washington dará prioridade à América Latina. Gazeta Mercantil, São Paulo, 25/05/1981.

¹²⁶ EUA-América Latina: Enders destaca prioridades. Gazeta Mercantil, São Paulo, 04/06/1981.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ EUA quer conter ação de Cuba. Zero Hora, Porto Alegre, 05/06/1981.

“(...) há, na realidade, um novo ‘começo’, como disse Reagan, e ele tem a seu favor a nunca desmentida capacidade de regeneração da economia de mercado, favorecida pelo regime democrático.”¹²⁹

Uma das primeiras atividades em relação à América Latina foi o agendamento da visita de Reagan ao Brasil e outros países da América Latina, o qual foi motivado, segundo círculos ligados ao governo norte-americano da época, em virtude da nova ênfase dada às relações externas pelo novo secretário de segurança dos Estados Unidos do período, George Schultz. A idéia era de afiançar as instituições democráticas como a melhor defesa contra os extremismos. Sendo assim, o discurso usado para a América Latina demonstrava a possibilidade de uma política voltada para a defesa da democracia. No período, o que chamou a atenção foi o detalhe de que para os brasileiros foi uma surpresa o anúncio desta visita.¹³⁰

Os analistas da época acreditavam que a intenção da visita de Reagan à América Latina seria a seguinte:

“O conceito dos dirigentes é de que somente através do afiançamento das instituições democráticas os países da região poderão resistir à investida, coincidente mas encontrada, da ultra-direita e da extrema-esquerda.”¹³¹

No cronograma de visitas, Reagan veio primeiro ao Brasil, onde se demonstrava satisfeito com a condução do governo Figueiredo rumo à democracia, já que no dia 15/11/1982 houve eleições livres para deputados, senadores e governadores:

“Os analistas consideram que o quadro político continental, por razões próprias (no Brasil), pelo alento de Washington (em Honduras) ou pela própria pressão norte-americana (Bolívia), apresenta um aspecto altamente positivo.”¹³²

¹²⁹ O “novo começo” da administração Reagan. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 21/01/1981.

¹³⁰ Visita de trabalho trata de negócios e diplomacia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26/10/1982.

¹³¹ *Idem*.

¹³² Cf. MOLEON, Ary. Influência de Schultz muda idéia de Reagan sobre América Latina. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/10/1982.

Segundo este artigo, a entrega do poder por parte dos militares aos presidentes civis da Bolívia, Peru e Honduras são outras conquistas que Washington destacava constantemente.

Em declaração à Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), o secretário Schultz afirmou “que um dos principais objetivos do giro era enfatizar e incentivar o dinamismo e nossa dedicação ao processo democrático na América Latina.”¹³³ Schultz enfatizou que o desenvolvimento democrático:

“(...) é um dos grandes ganhos do Continente. Não creio que haja uma tarefa de maior urgência para a OEA que a de encontrar as formas pelas quais se possa proteger o grau de democracia que já se alcançou e alentar progressos adicionais. A democracia afiança tanto a paz como as possibilidades da coordenação hemisférica.”¹³⁴

Quando da chegada de Reagan ao Brasil, em 30/11/1982, o discurso não foi nada diferente do de Schultz. O detalhe é que trouxe consigo US\$ 1,2 bilhão de dólares para ajudar o Brasil a equilibrar sua balança de pagamentos. Esse fato é interessante, pois os Estados Unidos trariam este empréstimo mesmo sabendo que em breve o FMI (Fundo Monetário Internacional) liberaria outro empréstimo.¹³⁵

Assim como as declarações de George Schultz e o aceno de Reagan com uma política de boa vizinhança para a América do Sul, o governo norte-americano se utilizaria com frequência da sua embaixadora na ONU, Jeane Kirkpatrick, para levar adiante discursos e projetos da nova política norte-americana. Kirkpatrick disse na época que os Estados Unidos estariam se mobilizando para promover a democracia na América Central, Caribe e América do Sul diante do avanço da esquerda nas regiões, acrescentado que dentro dos planos da administração Reagan o combate aos problemas sociais da zona, principalmente a pobreza, o analfabetismo e a desnutrição, seriam setores prioritários. Afirmou que o governo Reagan apoiaria plenamente o Foro para a Paz e a Democracia criado em San José, Costa Rica, em outubro de 1982,

¹³³ Reagan na América Latina – Brasil mantém política de longo alcance. Correio do Povo, Porto Alegre, 30/11/1982. Quando Schultz se refere ao giro, quer dizer a visita de Reagan à América Latina no final do mês de novembro de 1982.

¹³⁴ Idem.

outubro de 1982, como organismo de desenvolvimento e assessoramento eleitoral pelos governos da Colômbia, Panamá, Belize, Jamaica, El Salvador, República Dominicana, Costa Rica e Honduras, destacando que Honduras estaria sendo ameaçada por aqueles que se opõem à liberdade, numa clara alusão ao regime esquerdista da Nicarágua. O governo de Honduras seria uma importante voz na vigência da paz na América Central, segundo Kirkpatrick, por isso os Estados Unidos desejariam estar ao seu lado nestes tempos difíceis.¹³⁶

As atividades do corpo diplomático norte-americano indicam o teor da política externa norte-americana. Entrevistado por Cláudio Uriarte e Jorge Halperín em 1986, norte-americano membro do governo Reagan, o qual não quis ser identificado, indicou qual a política que América Latina deveria tomar e que agradava aos Estados Unidos. Perguntado sobre até que ponto as mudanças ocasionadas nas ditaduras (transição para a democracia) são atribuições da influência dos Estados Unidos, o entrevistado respondeu que a política de Washington tem seu impacto, porém mais importante ainda seriam os fatores internos. Questionado sobre a possibilidade de uma saída democrática no Chile desembocar num governo de esquerda, o entrevistado foi enfático: achava pouco provável, pois “deve-se tomar todas as medidas para que o Chile não se converta em uma ameaça aos seus vizinhos.”¹³⁷ Para ele não havia possibilidade de desenvolver-se estados marxistas-leninistas na América Latina em razão destes necessitarem de apoio econômico soviético, algo que não haveria. É interessante lembrar que neste mesmo período os Estados Unidos estavam auxiliando com grandes somas em dinheiro os contras da Nicarágua.¹³⁸

Outro ator decisivo na política externa do período Reagan foi o já citado Elliott Abrams, substituto de Thomas Enders. Em entrevista coletiva pronunciada sobre como procederia os Estados Unidos sobre a questão da democracia para a América Latina, Elliott Abrams declarou:

¹³⁵ Brasil obtém empréstimo de US\$ 1 bilhão nos EUA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/12/1982.

¹³⁶ Washington promove a democracia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/02/1983.

¹³⁷ Cf. URIARTE, Cláudio. *No habrá otro Estado marxista en latinoamérica*. Clarín, Buenos Aires, 07/09/1986.

¹³⁸ Idem.

“O que queremos todos neste momento? Democracia. O objetivo é claro. O presidente Carter buscou métodos diplomáticos e não foram úteis. Temos utilizado pressões diplomáticas e econômicas e agora militares.”¹³⁹

É interessante lembrar que neste momento os Estados Unidos estavam auxiliando os contras na Nicarágua e ameaçavam com uma intervenção direta, justificando que os sandinistas eram ditadores:

“Os sandinistas são comunistas, não querem liberdade de imprensa, não querem liberdade de expressão, não querem eleições livres (...) Como podemos chegar ao objetivo se eles não o querem? Com pressão, e vamos pressioná-los.”¹⁴⁰

Sobre a questão chilena, Abrams ainda declarou:

“Temos mantido contato com países latino-americanos e europeus com o objetivo de encontrar soluções para o aceleração do processo democrático no Chile, porém como sempre, isso é algo que tem de ser feito pelo povo chileno, não é algo que nós, norte-americanos, podemos fazer.”¹⁴¹

Nota-se que, para Washington, o governo da Nicarágua não era um aliado e nem implementava uma política condizente com os objetivos norte-americanos, por outro lado não havia pressão maior por parte dos Estados Unidos sobre o governo chileno, o qual, apesar de ser uma ditadura, conduzia sua economia sob os moldes aprovados por Washington.

Por vezes, Elliott Abrams apareceria no cenário latino-americano buscando promover a democracia. Discursando perante o Conselho de Assuntos Mundiais em Washington, declarou que “os líderes civis e militares de países como Haiti, Panamá, Paraguai, Chile e Suriname, que estão buscando a democracia, tem nosso apoio.”¹⁴²

¹³⁹ Abrams: contactos com Europa y Latinoamérica para acelerar retorno de Chile a democracia. El País, Madrid, 02/11/1986.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Estados Unidos exigem ‘transição moderada’ na América Latina. Folha de São Paulo, São Paulo, 02/07/1987.

Em artigo que demonstra a pressão norte-americana pela abertura no Chile, Elliott Abrams declarou que a política dos Estados Unidos para a América Latina seria a busca da segurança nacional com democracia:

“A brutalidade de regimes repressivos, como o da Argentina entre 1976 e 1983, foi tão contraproducente, afetou de tal modo a própria imagem dos Estados Unidos, que passou a ser considerado melhor promover democracias e torná-las viáveis e, se possível, resistentes a pressões esquerdizantes.”¹⁴³

Ainda com seus discursos enfáticos sobre a importância da democracia, Elliott Abrams demonstrou que a transição democrática deveria ser promovida pelos atores nacionais, porém a ação norte-americana não passaria despercebida:

“Como pode o Panamá caminhar rumo à democracia? Cabe somente aos panamenhos a resposta a esta pergunta. Mas, tal como o Presidente Reagan tem dito, os Estados Unidos podem e devem ‘promover a infraestrutura da democracia, um sistema de imprensa, sindicatos, partidos políticos e universidades livres, que permita um povo escolher seu próprio rumo, aperfeiçoar sua cultura e reconciliar suas divergências por meio pacíficos.’”¹⁴⁴

E continua:

“Da mesma forma que ninguém deve duvidar de nosso apoio ao diálogo e à democracia, ninguém deve duvidar de nossa determinação de cancelar a ajuda a qualquer governo que abandone, distorça ou impeça essa transição para a democracia.”¹⁴⁵

Por fim, o próprio presidente Reagan afirmaria enfaticamente que a promoção da democracia seria uma estratégia-chave na política externa americana:

“(...) continuaremos, repito, trabalhando em prol dos direitos humanos (...) A chave para por fim às violações dos direitos humanos é forjar uma democracia estável e que funcione. As democracias são responsáveis perante

¹⁴³ Cf. CARLOS, Newton. Os Estados Unidos anti-Pinochet. Zero Hora, Porto Alegre, 16/12/1987.

¹⁴⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. América Latina e o Caribe: os caminhos para a democracia ... op.cit. p. 4.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 6.

seus cidadãos. E quando se produzem abusos em uma democracia, não se pode ocultá-los.”¹⁴⁶

A política estabelecida para fomento da democracia partia também por atividades secretas. Um exemplo esteve no caso de El Salvador, onde o governo Reagan negociava a antecipação das eleições, as quais estavam previstas para março de 1984. Funcionários da Casa Branca, na época, estavam pressionando o governo salvadorenho para estabelecer os detalhes da operação. O objetivo de antecipar a eleição estaria na tentativa de frear o crescimento da oposição guerrilheira de esquerda, pois a espera até março de 1984 poderia desencadear atividades políticas e econômicas que poderiam superar a eleição.¹⁴⁷

Confirmando este tipo de atividade norte-americana, a afirmação do embaixador dos Estados Unidos em El Salvador na época, Deane Hinton, parece ser enfática: os Estados Unidos estariam dispostos a neutralizar todo esforço bélico dos rebeldes salvadorenhos por meio de ajuda militar ao governo do país.¹⁴⁸

O embaixador afirmara que seria preciso “levar avante as eleições parlamentares marcadas para março.”¹⁴⁹ Os Estados Unidos dariam apoio para a criação de condições necessárias para estabelecer a participação dos moderados da oposição, os quais pretendiam participar do processo eleitoral.

Apesar do discurso pretender assinalar a ênfase no apoio à transição de democrática como forma de evitar a possível ascensão de governos de esquerda, Washington utilizou-se também de outras prerrogativas para fazer valer seu objetivo de conter o avanço soviético. As relações dos Estados Unidos com a América Central, dentro da perspectiva dos conflitos de baixa intensidade, seria marcada pela invasão da ilha de Granada. Esta pequena ilha caribenha foi invadida pelos Estados Unidos no dia 25/10/1983, tendo por alegação: a) proteger os norte-americanos e estrangeiros da ilha; b) restabelecer a ordem e a democracia no país; e c) impedir que o “vírus do

¹⁴⁶GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS. Presidente Ronald Reagan. Discurso del Presidente Reagan sobre la situación salvadoreña, 10 de março de 1983. Disponível em: <www.cepaz.org.sv>. Acesso em: 15/02/2002.

¹⁴⁷Pressão americana antecipa a eleição direta salvadorenha. Correio do Povo, Porto Alegre, 03/03/1983.

¹⁴⁸EUA defende eleições e aumenta ajuda a El Salvador. Zero Hora, Porto Alegre, 22/08/1981.

¹⁴⁹Idem.

o “vírus do marxismo se espalhasse na América Central.” Em 1982, Reagan em sua viagem à América Central já havia declarado que Granada “leva a marca soviética e cubana, o que significa que tentará espalhar o vírus do marxismo para a região.”¹⁵⁰

A postura norte-americana em relação à democracia para os países em desenvolvimento transitava também em reuniões diplomáticas. Em reunião com representantes de 147 países na reunião anual do FMI/Banco Mundial, Ronald Reagan declarou algumas bases de seu propósito como líder do Ocidente: a) preservaria as políticas de ajustamento das economias e iniciaria uma escalada que os levaria (os demais países) a se juntar aos Estados Unidos e à Europa no topo da montanha da prosperidade econômica; b) reforçando a sua imagem de líder mundial, Reagan buscava alçar “a liberdade econômica à categoria da maior das liberdades; nenhuma nação pode ter prosperidade e desenvolvimento sem liberdade econômica, tampouco pode ela preservar as liberdades pessoal e política sem a liberdade econômica”; e c) estabeleceria a receita para os pobres encontrarem a saída da crise da dívida externa: cortar gastos governamentais, reduzir a inflação, o déficit público, o volume de regulamentos e atrair investimentos de risco estrangeiros.¹⁵¹

A nova postura diplomática norte-americana chamou atenção nesse período, fazendo com que alguns políticos latino-americanos buscassem compreender a nova estratégia dos Estados Unidos:

“Entre os políticos reunidos em São Domingos, como já tinha ocorrido antes em Manágua e Panamá, especulou-se muito sobre qual será a estratégia norte-americana nessa nova etapa política da América meridional. Já a partir de Carter, a Casa Branca achava necessário mudar a face desses regimes e abrir algumas válvulas de escape às pressões populares, com medo de uma explosão social. Embora menos comprometida com essa estratégia, a administração Reagan encaminhou a linha de ação no sentido de ampliar o formalismo democrático

¹⁵⁰ Força norte-americana invade Granada. Correio do Povo, Porto Alegre, 26/10/1983. Granada se tornou independente da Grã-Bretanha em 1973. Em 1979, Maurice Bishop tomou o poder, derrubando Eric Gairy. Bishop era então seu primeiro ministro, e conduziu o novo governo com um discurso marxista e próximo à União Soviética. Entre os dias 15 e 17 de outubro de 1983, o vice-primeiro ministro liderou um golpe que destituiu Bishop e impôs maior radicalização. Foi o estopim para a invasão norte-americana.

¹⁵¹ Cf. SOTERO, Paulo. A euforia de Reagan. Gazeta Mercantil, São Paulo, 26/09/1984.

formalismo democrático e a aparência de uma legalidade constitucional, sempre que o governo que substitua às ditaduras for em direção dos grupos conservadores, comprometidos com os interesses transnacionais dominantes em cada um desses países.”¹⁵²

Uma das explicações para a compreensão dessa postura da diplomacia de Reagan está na forte presença de diferentes instituições formadoras de opinião, as quais contribuíram para a formulação de sua política externa. Não apenas na elaboração do Documento de Santa Fé, a presença de diferentes técnicos contribuiu para a construção de novas visões de economia e política externa dos republicanos para o início dos anos 80.

Antes de sua posse em 20/01/1981, Reagan reuniu-se com membros da Hoover Institution, uma *think tank* conservadora com inclinações políticas de direita e anticomunista. Dentre os pensadores que configuravam na instituição estava o nobel de economia Milton Friedman da Escola Monetarista de Chicago. Esta instituição havia cedido à administração Reagan o novo assessor presidencial para assuntos internos e tinha intenções de galgar vários postos. Tratava-se de uma instituição interessante para os anseios de Reagan em razão de sua clara posição conservadora em relação à política interna e externa. Seu fundador, o ex-presidente Herbert Hoover já havia declarado em 1959, que o objetivo da instituição era combater a doutrina marxista para “proteger o estilo de vida americano contras tais ideologias” e suas “conspirações”, buscando “reafirmar a validade do sistema americano.”¹⁵³

Perfilando dentro das mesmas características, uma comissão de estudos de caráter privado, presidida pelo ex-secretário de Estado William Rogers, recomendava ao futuro presidente a elaboração de uma nova política de colaboração entre os

¹⁵² Cf. MOREIRA, Neiva. Do Caribe à Patagônia: impedir uma nova beirute. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 48 (4): 15-18, ago/set, 1982.

¹⁵³ Reagan reúne-se com membros de organização antimarxista. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08/01/1981. Para um aprofundamento acerca da importância de diferentes instituições independentes que auxiliaram na construção da política republicana para os anos 80, assim como a influência que exerceram na formulação de políticas econômicas para a América Latina, ver MAIRA, Luis. América Latina y la crisis de hegemonia norteamericana. Lima: Desco, 1982, p. 62-

Estados Unidos e o Brasil. A nova política deveria refletir os interesses vitais dos Estados Unidos, e a Comissão acreditava que estes coincidiam na conversão do Brasil em um poder independente, não hostil a interesses norte-americanos e disposto a desempenhar um papel construtivo na cena global. A comissão incentivava a abertura democrática afirmando que a abertura é um fato importante, tanto para o Brasil como para o mundo. Se o Brasil pudesse passar a um sistema político amplo, mesmo diante de uma situação internacional cada vez mais incerta, ter-se-ia reafirmado vigorosamente os princípios democráticos. Segundo esta mesma comissão, as tensões que se derivavam do processo de modernização do Brasil poderiam ser enfrentadas melhor com um sistema democrático, representativo e que coincidissem com os interesses nacionais dos Estados Unidos.¹⁵⁴

Em 1984, Ronald Reagan, em uma cerimônia na Casa Branca, saudou a criação do *National Endowment for Democracy* (Fundação Nacional para a Democracia), entidade bipartidária, cuja base estava em um discurso de Reagan proferido em 1982, dizendo que os Estados Unidos deveriam promover uma pequena venda dos princípios da democracia. Que espécie de democracia os Estados Unidos queriam vender? Segundo Langhorne Motley, encarregado da América Latina no departamento de Estado, tem haver com

“contra-insurgência, controle social, baluarte contra o aventureirismo internacional, evitar tensões internas e fomentar a flexibilidade para acomodar mudanças e a estabilidade da qual precisam os investidores.”¹⁵⁵

Todos esses objetivos atendiam aos interesses de segurança dos Estados Unidos. Esta fundação para a democracia iniciou com um orçamento de 65 milhões de dólares e sua tarefa, segundo seus próprios estatutos consistiam em: a) ser compatível com os interesses nacionais dos Estados Unidos; b) promover intercâmbio entre os Estados Unidos e grupos democráticos no exterior; e c) fomentar a criação de instituições democráticas fora dos Estados Unidos e programas de treinamento democrático. Segundo Lawrence Eagleburger, alto funcionário de Reagan, os dólares

66.

¹⁵⁴ *Relatório sugere política*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10/01/1981.

¹⁵⁵ Cf. CARLOS, Newton. *Reagan tenta vender sua democracia à América Latina*. Folha de São Paulo,

Reagan, os dólares pedidos ao Congresso só se destinariam a países da América Latina, Ásia, África e Europa Oriental nos quais possam ser detectadas aspirações democráticas.¹⁵⁶

Não obstante, Reagan mantinha contato com o ultraconservador Michael Novak, cérebro da reação do governo Reagan ao que consideravam uso da Igreja na América Latina por forças “marxistas-leninistas” como arma contra a propriedade privada e o sistema capitalista. Num ensaio chamado *O espírito do capitalismo democrático*, Novak dizia que cabia aos empresários mais abertos promoverem o modelo norte-americano, desenvolvendo uma economia de mercado pluralista na qual o capital deveria ser criativo e a liberdade individual próspera. Segundo Newton Carlos, pessoas como Novak e o grupo de Santa Fé conseguiram mobilizar o governo Reagan contra a Teologia da Libertação. Para tanto, foi criado o Instituto para a Religião e a Democracia e Novak foi nomeado representante dos Estados Unidos na comissão de Direitos Humanos da ONU.¹⁵⁷

O apoio e a formulação de políticas através de instituições independentes passou, portanto, a ser um subsídio importante para o novo governo republicano:

“Logo, uma espécie de ‘governo das sombras’ foi estabelecido em Washington e Califórnia, nas instituições onde economistas, estrategistas militares e *experts* em assuntos estrangeiros de ideologias convergentes, passaram a desenvolver as políticas a serem seguidas, uma vez que o assalto dos *cowboys* à cena política começou render frutos.”¹⁵⁸

As instituições procuravam orientar suas idéias com o objetivo de formar um corpo diplomático de apoio constante e unificado, estabelecendo as diretrizes e a conduta a qual o novo governo deveria conduzir. Sua postura estava na concepção de uma estratégia da qual os Estados Unidos não poderiam abrir mão da sua segurança. As ações se dariam mesmo em lugares não considerados significativos economicamente. Esta estratégia estava pautada pela importância geopolítica:

Paulo, São Paulo, 05/02/1984.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Cf. CARLOS, Newton. O governo norte-americano quer ressuscitar a doutrina Monroe. Folha de

“Destas ‘think tanks’ (bancos de cérebros) – The American Enterprise Institute; Georgetown University’s for Strategic and International Studies; The Heritage Foundation, em Washington; The Hoover Institute on War, Revolution and Peace, em Stanford, Califórnia – Reagan recrutou seus conselheiros pessoais e as personalidades de sua administração. Nos apocalípticos cenários desses experts, o mundo é um tabuleiro de xadrez, onde o avanço de um jogador sobre o território do outro é indicativo de ‘quem está ganhando’ e onde um posicionamento estratégico pode prevenir a perda de ‘peças’ chaves. (...) Os *cowboys* darão maior peso ao valor estratégico de um país do que a simples fatores econômicos (...), pois não é só a economia dos Estados Unidos que depende da manutenção do império, e sim a legitimidade de todo o sistema.”¹⁵⁹ (grifos do autor)

Nota-se que segurança seria então a palavra-chave para a diplomacia Reagan e as instituições que dariam apoio e consultoria à sua administração. Nesse sentido ficaria implícita a questão do confronto entre as superpotências, tornando-se ênfase para fornecimento de apoio aos governos que buscavam alinhar-se aos Estados Unidos. A “satanização” do inimigo e a possibilidade de ameaça aos valores considerados fundamentais pela nação norte-americana apareciam como justificativa para uma ação mais rigorosa por parte de Washington:

“A América Central, sinceramente, está muito perto e os interesses estratégicos são demasiado importantes para passar por alto o perigo de que ocupem o poder governos com laços ideológicos militares com a União Soviética. (...) O problema é que uma minoria agressiva tem unido sua sorte a dos comunistas, apoiando-se nos soviéticos e em seus sequazes cubanos para ajudá-los a conseguir mudanças políticas por meio da violência. Nicarágua converteu-se em sua base.”¹⁶⁰

Segundo o discurso de Reagan, o objetivo central para os Estados Unidos estava na manutenção da região latino-americana, principalmente a América Central, onde a possibilidade de constituição de governos não alinhados aos Estados Unidos

São Paulo, São Paulo, 18/11/1984.

¹⁵⁸ Cf. FRIED, Mark. op. cit.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS. Presidente Ronald Reagan. Discurso del Presidente

era sempre um risco, como um setor estratégico para sua segurança. Novamente os valores como liberdade apareceriam como justificativa para uma ação norte-americana com vistas à segurança nacional:

“Queremos que se preserve a liberdade nos lugares onde existe e fazê-la ressurgir onde não existe. A agenda comunista, por outro lado, é explorar o sofrimento humano na América Central para acertar um golpe ao coração do hemisfério ocidental. Ao impedir a reforma e injetar seu próprio tipo de totalitarismo, podem ameaçar a liberdade e debilitar nossa segurança nacional.”¹⁶¹

A segurança norte-americana aparece, portanto, como ponto nevrálgico para a diplomacia dos republicanos da Casa Branca, configurando assim uma nova estratégia de enfrentamento à ameaça soviética:

“O que está em perigo no Caribe (...) é a segurança nacional dos Estados Unidos. (...) Se temos de nos defender contra uma grande presença militar hostil em nossa fronteira, nossa liberdade de atuar em outros lugares, de ajudar aos outros e de proteger vias marítimas e recursos estrategicamente vitais, tem sido diminuída drasticamente.”¹⁶²

Segundo o próprio discurso de Reagan deveria haver então uma estratégia para tal enfrentamento. Assim, o apoio à democracia começaria a aparecer com maior ênfase em seu discurso:

“Nos últimos três anos, sob dois presidentes, os Estados Unidos tem estado concentrado em um esforço por deter os avanços do comunismo na América Central fazendo o que sabemos melhor: respaldando a democracia. Durante três anos nosso objetivo tem sido respaldar mudanças fundamentais na região para substituir a pobreza pelo desenvolvimento e a ditadura pelo democracia.”¹⁶³

Há de se esclarecer o que era a democracia para Reagan:

Reagan sobre la situación salvadoreña ... op. cit.

¹⁶¹Idem.

¹⁶²Idem.

¹⁶³Idem.

“A democracia com eleições livres, sindicatos livres, liberdade de religião e respeito à integridade do indivíduo, é clara a decisão da maioria dos centro-americanos.”¹⁶⁴

Esta mesma democracia deveria ser defendida aos moldes estabelecidos pela nação norte-americana. O discurso presidencial enfatizava quais eram os adjetivos desse regime democrático e como se daria seu estabelecimento:

“Apoiamos as negociações entre todas as nações dessa região a fim de fortalecer a democracia, deter a subversão, por um fim ao fluxo de armas, fazer com que se respeitem as fronteiras e retirar todos os assessores militares estrangeiros – os soviéticos, cubanos, os da Alemanha Oriental, OLP, assim como os nossos – dessa região. (...) E apoiamos as negociações dentro das nações, dirigidas a expandir a participação das instituições democráticas – e lograr que todos os partidos tomem parte nas eleições livres e sem violência.”¹⁶⁵

Eis enfim um dos principais objetivos da nova política externa de Reagan: a legitimidade de suas ações. E estas, ao que parecem, são fundamentadas por justificativas que passam pela construção e necessidade da democracia. As instituições recrutadas pelo governo republicano tiveram como tarefa a formulação de pesquisas, bem como a construção de discursos de legitimidade das atividades desenvolvidas. Afinal, após o estabelecimento da ruptura com o governo anterior, havia necessidade da construção de justificativas que legitimassem as suas atividades. Para tanto, as diferentes instituições independentes tiveram a sua importância e o seu papel para desempenhar.

Na metade do segundo mandato de Ronald Reagan, um documento do departamento de Estado norte-americano revelou a postura de incentivo e defesa da democracia como estratégia da posição norte-americana em relação à América Latina, concentrando-se em destacar a importância norte-americana nesse processo.

¹⁶⁴Idem.

¹⁶⁵Idem.

O departamento de Estado norte-americano lançou em 1987 um documento visando este fim. O documento destaca, primeiramente, as dificuldades enfrentadas para a transição democrática e sua consolidação: o militarismo, as dificuldades econômicas, o tráfico de drogas, a fraqueza institucional e o extremismo político e totalitário.

O documento demonstra o que considerava o equívoco da política Carter em relação à América Latina e sua postura em relação aos governos militares, criticando o conceito de direitos humanos desenvolvido em sua era, dizendo que:

“Havia contradições entre a meta política do Estado e sua real implementação. (...) Comprovou ser uma base moral incompleta porque, aplicada estritamente, tratou o problema da repressão política sem respeito à estrutura de governo que permitia ou prevenia abusos.”¹⁶⁶

Para comprovar o equívoco da política de Carter, o documento utiliza-se de dois fatos importantes ocorridos durante o período da administração Carter, buscando enfatizar que o conceito de direitos humanos do ex-presidente estaria provocando rupturas com importantes aliados norte-americanos dentro do contexto geopolítico da época:

“Além disso, a solidez da política de direitos humanos, em termos de segurança nacional, foi colocada em xeque, como pode ser identificado – correta ou erroneamente – com dois acontecimentos traumáticos da política externa: a queda do Xá do Irã e da dinastia Somoza na Nicarágua. Ambos tinham sido fiéis aliados dos Estados Unidos em áreas de importância geoestratégica e ambos foram depostos por inimigos dos interesses norte-americanos, dos ideais democráticos, e dos direitos humanos fundamentais.”¹⁶⁷

Apareceria então a idéia de democracia como valor universal, fundamentada e concretizada dentro dos portões da nação norte-americana. Seria, portanto, os Estados Unidos o baluarte dos valores universais e a democracia deveria ser um dele. Como

¹⁶⁶ UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Democracy in Latin America and the Caribbean: the promise and the challenge*. Bureau of public affairs. Washington, D.C., March, 1987, p. 13.

¹⁶⁷ Idem.

Como seriam então as características dessa democracia? A proposta elaborada pelo departamento de Estado norte-americano na era Reagan consistia em ser:

“(...) um valor mais construtivo que o conceito de contenção, o qual foi construído sob o consenso original do pós-guerra, e mais abrangente do que este conceito de direitos humanos, no qual o novo consenso inicialmente tinha naufragado; um valor, além do mais, que claramente definiu o conflito entre um Estados Unidos democrático e uma União Soviética totalitária.”¹⁶⁸

Para a diplomacia norte-americana da era Reagan, a democracia a ser construída na América Latina consistia em ser um regime político cujas instituições deveriam ser semelhantes às já concretizadas na nação norte-americana. Porém este regime ao ser restabelecido nas nações latino-americanas deveria ser, ao mesmo tempo, um regime que contivesse os valores universais (liberdade de expressão, direito de ir e vir, direito à cidadania, direito à livre expressão religiosa, etc.) dispostos a assegurar o não enfrentamento destas nações com a potência norte-americana, ou o enfrentamento contra os seus interesses. Independente de primeiro ou segundo mandato, a questão da segurança nacional norte-americana aparece como objetivo principal:

“Apoio para democracia, a real essência da sociedade Americana, é iniciando um novo princípio organizacional para a política externa americana. Apoio para democracia contribui para os interesses norte-americanos de diversas maneiras. A democracia auxilia para a garantia da segurança dos EUA. Governos Democráticos, porque eles devem ser responsáveis por seu povo, tendem a ser bons vizinhos. (...) Como um povo, os americanos sentem-se melhores para tratar com governos democráticos do que com regimes autoritários.”¹⁶⁹

Para o departamento de Estado norte-americano, a possibilidade de uma abertura democrática e a regular competição política diminuiriam a polarização política e a possibilidade da ocorrência de situações extremas, tais como as que

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

havia ocorrido no Chile, em Cuba ou na Nicarágua. Apesar do apoio norte-americano ao golpe militar no Chile em 1973, a diplomacia de Reagan entendia que somente a democracia faria das nações latino-americanas regiões mais resistentes à subversão e, portanto, peças-chave de um tabuleiro geopolítico para segurança norte-americana.

Para Reagan, os governos democráticos seriam mais confiáveis como signatários para acordos e tratados porque suas ações estariam sujeitas ao escrutínio público. Portanto, a democracia traria avanços importantes aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos.¹⁷⁰

Nesse sentido, a democracia apareceria como um referencial para o desenvolvimento das economias latino-americanas. A crise da dívida externa fora considerada por Washington mais como um fracasso da política dos militares do que oriunda de uma crise capitalista mundial. Assim, para a Casa Branca, países democráticos eram regimes melhores para proteger os direitos humanos e criarem um ambiente no qual as pessoas pudessem trabalhar para alcançar seu máximo potencial. Os processos democráticos foram considerados muito bons para negócios e trabalho e uma vez estabelecidas as liberdades política e econômica, ambas poderiam fornecer uma previsível e equitativa base para o desenvolvimento econômico.¹⁷¹

Dessa forma, a democracia contribuiria para que os Estados Unidos pudessem organizar “a si mesmos para cooperar e obter feitos internacionalmente”.¹⁷² O apoio à democracia entraria como estratégia dentro de um contexto mundial de Guerra Fria, pois tornaria possível à política externa dos Estados Unidos, segundo Washington, igualar-se (e exceder) aquilo que era identificado como talvez o elemento mais forte de política externa soviética: um permanente senso de direção.¹⁷³

Às diferentes críticas sobre o apoio dos Estados Unidos aos regimes ditatoriais, o documento responde da seguinte forma:

¹⁷⁰Idem.

¹⁷¹Idem.

¹⁷²Idem.

¹⁷³Ibidem, pp. 13-14.

“Esta crítica ignora o papel dos programas de assistência norte-americanos e apoio para o livre comércio, para pegar apenas dois exemplos, tendo auxiliado fundamentalmente nas transformações socioeconômicas que têm contribuído à transição democrática.”¹⁷⁴

Segundo o documento, os Estados Unidos poderiam contribuir de forma substancial para a transição democrática, dispondo de certas “ferramentas”: assistência econômica, apoio à estabilidade econômica, diplomacia, assistência militar, uso de tropas de paz, intercâmbio educacional, apoio à organizações privadas e boa relação com os sindicatos.

Como a América Latina passava por um momento de crise econômica, o documento destaca justamente a questão do apoio econômico, pois sua linha de ajuda deixa clara a posição em relação às metas econômicas que deveriam ser seguidas. Em primeiro lugar a ajuda econômica:

“A ajuda econômica bilateral norte-americana somou pouco mais que US\$ 1,5 bilhão no ano fiscal de 1986. Está sendo administrado pela Agência para Desenvolvimento Internacional (AID) e consiste em ajuda ao desenvolvimento, apoio ao Fundo de Ajuda Econômica (ESF) e ao plano 480 de ajuda alimentar para América Latina e o Caribe. A ajuda para o desenvolvimento contabilizou quase 30% do total da ajuda econômica bilateral dos Estados Unidos à região. Estes fundos são usados principalmente para melhorar os sistemas educacional e de saúde, para melhorar a infraestrutura de ajuda, *para apoiar instituições democráticas* e apoiar o setor privado como o fator principal de crescimento.”¹⁷⁵ (grifos meus)

Junto com o apoio financeiro, a estabilização econômica apareceria no documento como ponto estratégico para a criação de uma democracia estável. A estratégia para tratar com problemas econômicos, incluindo a crise da dívida externa, consistia em buscar apoio de outras nações do bloco capitalista, principalmente os

¹⁷⁴ Ibidem, p. 14.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 15.

países industrializados, assim como apoio das instituições financeiras internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Em 1985, na reunião anual do Fundo Monetário e do Banco Mundial em Seul, Coréia, o Secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, propôs uma iniciativa de construir e fortalecer uma estratégia prévia. Em seu plano, propunha o reforço de três elementos essencial e diretamente ligados: primeiro, adoção de uma reforma política-econômica para promover o crescimento dos países devedores; segundo, a continuidade do papel central do Fundo Monetário Internacional com um aumento no ajuste estrutural através de empréstimos pelo Banco Mundial para apoiar as reformas; e terceiro, quando o primeiro e segundo elementos estivessem estabelecidos, fornecer novos empréstimos através de bancos comerciais visando dar suporte adicional às reformas e visando crescimento a longo prazo. O coração da nova estratégia estaria em aumentar a ênfase no crescimento para reduzir a dívida e aumentar o padrão de vida. Segundo este documento, este enfoque deveria receber forte ajuda internacional.¹⁷⁶

O plano de James Baker seria aprovado pelo Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional e pelo Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial em suas reuniões em setembro de 1986.

Junto com a estratégia econômica, esta ênfase no crescimento requeria, segundo o departamento de Estado norte-americano, a redução do estatismo, da intervenção do mercado e da substituição de importações:

“A maioria dos países latino-americanos e caribenhos têm estabelecido trocas mais realistas, ampliado as exportações e diminuindo a inflação. Vários países têm começado a reduzir barreiras estruturais para o crescimento; especificamente, tomar providências para reduzir os controles de preços e subsídios, liberalizar o comércio, atacar a regulamentação e os excessivos controles burocráticos e, para melhorar o clima dos investimento, incluindo a redução às restrições em de investimentos privados externos.(...) Países com uma política de promoção para os investimento privados e

¹⁷⁶Ibidem, p. 16.

inovação estarão melhor preparados para agarrar as oportunidades de comércio.”¹⁷⁷

Dentro desse mesmo plano, haveria suporte para organizações particulares. Em 1986, a fundação AID e o Departamento de Estado apoiaram a organização de um congresso regional para a América Latina e o Caribe, patrocinado pelo *International Committee for a Community of Democracies* (ICCD). O ICCD tinha como incumbência promover a solidariedade democrática mundial como meio de sustentar, promover e defender práticas democráticas em mais de 50 países democráticos ao redor do globo.

O documento ainda reforça a idéia das recentes iniciativas dos governo norte-americano: a criação da NED (National Endowment for Democracy), fundação de apoio à democracia; o apoio às reformas nas legislações locais (numa explícita necessidade de modificação nas leis locais tendo por base e influência a estrutura jurídica dos Estados Unidos), apoio ao fortalecimento de instituições eleitorais, e fortalecimento da capacidade legislativa.

Reforçando constantemente a importância da existência de democracia na América Latina, Elliott Abrams fez constantemente balanços visando estabelecer a tarefa norte-americana de sempre incentivar a democracia como base para a América Latina.

Em discurso publicado integralmente pelo Diário do Sul, Elliott Abrams fez um balanço da ação norte-americana na América Latina, onde explicita a importância dos Estados Unidos no estabelecimento de relações diplomáticas estáveis e promotoras da democracia e dos direitos humanos, representando um balanço final da política Reagan e suas intenções:

“Embora frágeis, os governos civis introduziram e preservaram grandes avanços em direitos humanos. As orientações marxistas tradicionais entre intelectuais estão ficando mais fracas, enquanto Cuba fica estagnada e os soviéticos buscam mecanismo de mercado. *O papel norte-americano em tudo isso tem sido instigar, promover e dar assistência.* Nós resistimos ao

¹⁷⁷Idem.

resistimos ao protecionismo doméstico e mantivemos nosso enorme mercado aberto para as exportações latino-americanas, ajudando assim a aliviar a crise da dívida. Nós administramos problemas comerciais extremamente delicados com o Brasil, quando a maioria dos observadores pensavam que uma guerra comercial era inevitável.”¹⁷⁸ (grifos meus)

No mesmo discurso, Elliott Abrams estabelece o desenrolar das ações promovidas pela administração Reagan com intuito de estabilizar a região. O caso argentino ficaria explícito, pois a Guerra das Malvinas em 1982 desestabilizariam de forma tal as relações da Argentina com os Estados Unidos (os norte-americanos apoiaram diplomaticamente os ingleses, num claro desrespeito ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR) que houve necessidade de recuperação das relações diplomáticas. Para Abrams, as relações com a Argentina, tidas certa vez como arruinadas pela guerra das Malvinas, estavam “melhores do que nunca.”¹⁷⁹

A ênfase na ação norte-americana em prol da democracia aparecia no discurso de Abrams como fator importante para os anseios norte-americanos:

“Nós ajudamos nas mudanças políticas na Guiana e Suriname. Ajudamos a conter tentativas de golpe, mais recentemente na Guatemala; apoiamos a reforma da administração da justiça em toda a América Central e trabalhamos duro para apoiar a comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.”¹⁸⁰

Para Abrams a oposição à violência e à ditadura comunista seria requisito fundamental para o estabelecimento de um esforço político e diplomático em prol do fomento da democracia para a região. A tática para efetivar tal intento estaria no envolvimento da Comissão de Direitos Humanos da Nações Unidas, através de pressões sobre os líderes militares, apoio financeiro para os governos em luta contra insurgências comunistas. Na América Central, o problema continuava sendo a

¹⁷⁸ História do sucesso da política latino-americana de Reagan. Diário do Sul, Tubarão, 28/07/1988.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

Nicarágua, pois apesar de nos anos 80 toda a ajuda militar e financeira ainda não havia demovido o regime comunista. Porém, segundo as perspectivas de Abrams:

“Esta política obteve extraordinário sucesso na construção da democracia, exceto, é claro, na Nicarágua.”¹⁸¹

Aos críticos da política Reagan, Abrams responde de maneira enfática e repetitiva sobre a importância que o governo republicano dos anos 80 estava dando à transição democrática, reforçando os valores de liberdade individual e da excelência do modelo norte-americano de administração:

“Ninguém previu que sua administração [de Reagan] seria um advogado e defensor da democracia na região mais eficaz do que qualquer administração precedente. Mesmo assim, os ingredientes-chave estavam ali: forte crença nas liberdades individuais em todas as partes da vida, e um desejo de usar a influência norte-americana tanto nesta região como em todo o mundo.”¹⁸²

Por fim, enaltecendo a liderança norte-americana, Abrams conclui sobre a importância do fator Estados Unidos para o desenvolvimento democrático para a América Latina:

“Estes ingredientes se combinaram para associar nosso país com a maior expansão de democracia na história latina. (...) A liderança norte-americana significou progresso democrático. Se recusarmos a luta pela democracia – inclusive a luta contra seus inimigos – não arriscaremos todos esses ganhos?”¹⁸³

2.2.3 A importância da dívida externa

Mesmo a democracia aparecendo como peça-chave na política norte-americana de segurança, deve-se levar em consideração a existência de outro fator importante na percepção norte-americana da importância da democracia: a questão da dívida externa dos países da América Latina. Do que se trata é que boa parte desta dívida fora contraída com bancos privados. Estes bancos, por sua vez, efetuavam os

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem.

empréstimos através dos depósitos de seus correntistas. Acontece que nos Estados Unidos era obrigação do governo norte-americano assegurar, no caso de falência de alguns destes bancos, que não houvesse perdas para os depositantes, garantindo assim os fundos dos mesmos. Calculava-se para o período uma dívida, apenas da América Latina com esses bancos, em torno de 700 bilhões de dólares. A possibilidade de uma moratória por parte dos governos poderia desencadear a bancarrota dos bancos privados e, concomitantemente, a necessidade do governo norte-americano em garantir os fundos dos clientes norte-americanos. A política de segurança nacional dos governos militares tendia para o isolamento e afastamento da política dos Estados Unidos, fruto daquilo que os especialistas aliados ao governo Reagan consideravam como uma política desastrosa de Carter. A tendência para não ocorrer um desastre na economia norte-americana estava na perspectiva de mudança do modelo econômico dos países latino-americanos. A solução empreendida pelos governos militares havia falhado e, portanto, era necessária uma nova postura:

“A questão da dívida do Terceiro Mundo é altamente política, e o interesse maior é dos próprios países ricos. Fazer-nos acreditar o contrário (e aceitar as negociações lesivas para nossos países) é parte do projeto de reconversão capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos sob o comando de Reagan.”¹⁸⁴

Aos militares que iniciassem o empreendimento de uma nova política econômica aos moldes estabelecidos pelo Documento de Santa Fé, poderiam receber apoio financeiro e auxílio diplomático. Neste caso, o exemplo chileno e paraguaio explicitou bem a relação que os Estados Unidos estabeleceriam com as ditaduras remanescentes. A implementação por Pinochet de uma política econômica de caráter liberal, seguindo o modelo norte-americano, seria apoiada com recursos financeiros, apesar da contínua violação dos direitos humanos nesse país e do flagrante solapamento das instituições democráticas. Por sua vez, o governo paraguaio não receberia o mesmo apoio dado ao Chile em razão de suas política econômica não atender aos interesses da “real democracia”.

¹⁸⁴ Cf. STEIN, Maluza. Um cenário hollywoodiano esconde a realidade. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: n° 72 (6): 19-46, novembro, 1984, p. 27.

A postura dos Estados Unidos em relação à dívida externa dos países latino-americanos seria acompanhada por uma política de apoio financeiro aos países alinhados. No dia 28/01/1981, o já empossado presidente Reagan, recebia o primeiro ministro da Jamaica, Edward Seaga, conservador, o qual derrotou Michael Manley, cuja característica como administrador esteve na aproximação diplomática com Cuba. Seaga, logo após sua posse em outubro de 1980, recebeu dos Estados Unidos cerca de 50 milhões de dólares, sendo considerado pelos Estados Unidos como seu principal aliado no Caribe. Seaga expulsou o embaixador cubano e esta atitude teve excelente repercussão na Casa Branca.¹⁸⁵

Ronald Reagan ainda anunciara em seu plano de ajuda, incentivo ao comércio e investimento para os países da Bacia do Caribe, tendo em vista interromper a disseminação da política de esquerda na região. O ponto central para Reagan era um sistema unilateral de livre comércio, propondo também ajuda financeira para mais de 20 países na região, bem como apoio fiscal para promover investimentos privados norte-americanos na região. Outro objetivo era elevar a ajuda militar para combater a influência cubana e soviética na região. Segundo o artigo de Reginal Dale:

“Reagan deixou claro que, embora ‘não procuremos excluir quem quer que seja’, apenas os países com uma atitude favorável para com a *democracia* e com a *empresa privada* iriam beneficiar-se com o programa.”¹⁸⁶ (grifos meus)

Seguindo a mesma linha, o então secretário de Estado, George Schultz, solicitara ao Congresso norte-americano a liberação de US\$ 65 milhões para levar adiante o “Projeto Democracia”. O objetivo era incentivar instituições democráticas em todo o mundo, principalmente na África, Ásia e América Latina, com o tom claro de constituir, segundo o próprio Schultz, uma dimensão fundamental das relações exteriores dos Estados Unidos. O programa recebeu críticas da União Soviética, dizendo que este projeto nada mais era do que uma interferência nos assuntos internos de outros países. Schultz respondeu às críticas dizendo que a União Soviética aceitou em Helsinque o conceito de livre fluxo de idéias e que a própria União Soviética

¹⁸⁵ Reagan recebe “premier” da Jamaica na Casa Branca. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29/01/1981.

¹⁸⁶ Cf. DALE, Reginal. Isenção tarifária para o Caribe. Gazeta Mercantil, São Paulo, 25/02/1982.

União Soviética propaga por todos os cantos a sua ideologia. O programa tinha cinco áreas principais: a) ajudar a formar futuros líderes de outros países na prática básica da democracia; b) ajudar sistemas educacionais a disseminar a mensagem democrática; c) ajudar instituições democráticas de outros países, como sindicatos, universidades e grupos de ação comunitária; d) estimular o livre fluxo de idéias através de conferências e programas nos meios de comunicação; e e) desenvolver relações mais fortes entre instituições norte-americanas e de outros países.¹⁸⁷

Em discurso proferido em março de 1983, sobre a questão salvadorenha, Reagan enfatiza que a questão financeira seria um dos caminhos para apoio e ajuda às nações desejosas em manter-se alinhadas à política norte-americana:

“Estou propondo que se assine imediatamente a El Salvador 60 milhões de dólares dos fundos já aprovados para nossos programas de assistência militar em todo o mundo. (...) e também solicitarei 20 milhões de dólares adicionais na assistência de segurança regional. Estes fundos se destinam para assistir estados vizinhos a manter sua segurança nacional e, por isso, estarão sujeitos a uma revisão plena pelo Congresso.”¹⁸⁸

¹⁸⁷ Dólares incentivam impulso democrático. Correio do Povo, Porto Alegre, 24/02/1983.

¹⁸⁸ GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS. Presidente Ronald Reagan. Discurso del Presidente Reagan sobre la situación salvadoreña ... op. cit.

3 – A TRANSIÇÃO SOB O OLHAR DE ESPECIALISTAS

O presente capítulo tem por objetivo elaborar uma análise sobre algumas das bibliografias existentes acerca do tema, buscando fazer uma clara distinção entre os autores latino-americanos e os norte-americanos, os quais, sem dúvida, possuem diferentes pontos de vista sobre o assunto. Esta tarefa torna-se importante em razão da necessidade de estabelecer um levantamento da recepção e das percepções de diferentes autores sobre a política externa de Reagan, como esta foi compreendida e os resultados de sua ação.

3.1 Os pensadores latino-americanos: as relações Estados Unidos – América Latina e a questão da democracia

Parece que aos olhos dos pensadores latino-americanos analisados neste trabalho, a política de Reagan para a América Latina nos anos 80 estaria prenhe da tentativa de estabelecer novas formas de controle sobre a região. O discurso reaganiano de segurança e democracia traria embutida a perspectiva de domínio sobre a região no momento em que os Estados Unidos necessitavam de áreas estratégicas para a recuperação da crise dos anos 70. Por sua vez, os autores norte-americanos analisados aqui, estabelecem um caráter da política externa de Reagan muito mais pautado pela necessidade de apoio às instituições consagradas pela nação norte-americana, demonstrando serem muito mais porta-vozes e apoiadores da política norte-americana do que analistas, talvez com exceção de Tony Smith, como se verá adiante.

Normalmente rotulada por possuir uma política externa truculenta (e, de fato, não deixou de sê-la), a administração Reagan foi vista por diversos autores latino-americanos, não sem razão, como rude para com a América Latina, identificando esta postura através das atividades militares dos Estados Unidos na América Central e Caribe. Salientam a necessidade de perceber que uma das características da política externa dos Estados Unidos no decorrer dos anos 80 foi o estabelecimento dos chamados conflitos de baixa intensidade, os quais se caracterizavam pela intervenção militar direta e/ou indireta dos Estados Unidos em países cujas políticas poderiam prejudicar os interesses estratégicos norte-americanos.

Também conhecidos como “contra-insurreição”, “doutrina Reagan” ou LIC’s (*LIC – Low Intensity Conflict*), os conflitos de baixa intensidade foram estabelecidos ou fomentados através do apoio norte-americano (armas, logística e dinheiro) contra Estados que não adotaram o sistema democrático semelhante ao americano. Segundo Gregório Selser, para Washington isto era um desafio e ao mesmo tempo uma saída, ou seja, a perspectiva de reforço da democracia.¹⁸⁹ Isto para Selser tornárase um verdadeiro maniqueísmo, porém uma excelente propaganda e ótima ação psicológica: faz da ideologia da mensagem o elemento perturbador de sua compreensão científica; a justificativa do uso dos conflitos está na ameaça do outro. Mas como se identifica o outro, o inimigo? Em primeiro lugar está o opositor ou adversário aos desígnios e orientações norte-americanos como potência líder de um modo de vida cuja defesa é irrenunciável. Em segundo lugar, quem se aproxima ou estabelece relações com a União Soviética ou o campo socialista.

Entre os objetivos dos conflitos de baixa intensidade está a defesa da liberdade e da democracia, oferecendo segurança nacional e evitando o combate prolongado, bem como riscos para os interesses da nação e do povo norte-americano. Por trás destes objetivos, Selser identifica a clara tentativa de evitar a expansão ou a influência soviética na região, assim como condenar o totalitarismo da Cortina de Ferro.

¹⁸⁹ Cf. SELSER, Gregorio. Conflito de baixa intensidade, a nova denominação de contra-insurreição. in: CUEVA, Agustín, op. cit., pp. 42-43.

Selser demonstra a retórica oficial da administração Reagan: seus procedimentos ou LIC's são considerados contra-insurreição, pois entende que todos regimes pró-soviéticos surgem de guerras civis contestatórias e sua insurreição é violenta e anti-democrática.

Para tanto, o primeiro passo é a satanização do Estado onde se vai intervir, o que faz surgir uma verdadeira caixa de Pandora: insurreição, terrorismo, violência, revolução, ameaça à nação norte-americana, a qual é sempre considerada como o baluarte da liberdade, da democracia, do mundo livre, da cristandade e dos direitos humanos.

Pode-se perceber no texto de Selser que os discursos demonstram os Estados inimigos como “Estados totalitários e anti-democráticos”, “prisioneiros do totalitarismo marxista”, “inimigos dos ideais que acreditamos”, “ameaça contra a segurança dos EUA”, “inimigos da liberdade”, “regimes que sufocam a democracia”, etc. Por sua vez, os discursos voltados ao Estado norte-americano dizem que são “lutadores pela liberdade e pela democracia”, “os que irão recuperar o mundo da democracia”, e dotados da “simpatia histórica pela democracia e liberdade”.

Dessa forma, Selser conclui que o novo conceito de conflitos de baixa intensidade nada mais é do que adaptações atualizadas da mesma política de agressão e de hegemonia estratégica.

Porém, apesar da existência da estratégia do Governo Reagan em estabelecer conflitos de baixa intensidade, houve por parte de Washington, nesse mesmo período, a construção de uma política diplomática com o objetivo de apoiar as transições democráticas na América Latina. Ou seja, por mais que a política externa de Reagan tenha sido truculenta, havia uma agenda bem clara por parte da Casa Branca sobre a necessidade de estabelecer uma diplomacia alinhada com a América Latina, vista então como área estratégica e de segurança para os Estados Unidos.

O ambiente político norte-americano no início dos anos 80 ficaria marcado pelo discurso de necessidade de mudança na política externa por parte do governo dos Estados Unidos. A vitória de Reagan, de certa forma, representou politicamente essa

essa vontade de mudança e, portanto, sua política deveria representar uma ruptura, ou pelo menos uma guinada, e esta guinada também se deu através da ação diplomática de Washington.

A cunhagem da expressão “guinada”, com adição do adjetivo “conservadora”, para compreender o que foi a ascensão de Ronald Reagan ao poder, foi elaborada por Agustín Cueva em 1986.¹⁹⁰ Analisando as condições históricas criadas nos anos 70 e início dos anos 80, as quais estabeleceriam a vontade pública norte-americana para o estabelecimento dos republicanos no poder, Cueva acreditava que a crise do capitalismo nos anos 70, aliado ao aumento da desigualdade entre as classes nos Estados Unidos, fizeram renascer ideários conservadores: ordem legítima, consenso, hegemonia e democracia sem adjetivos. Para Cueva, esse ideário, na verdade, ocultava a dominação de classe em escala nacional e internacional:

“No entanto, aquela ilusão de soberania cresceu, e não só como um conformismo prático das massas despolitizadas mas sim, o que é pior, como um sistema de idéias conservadoras refinadamente elaboradas pelas antigas elites progressistas. (...) esta aparente ‘ilusão’ é substância mesma de uma ‘ordem legítima’ baseada no ‘consenso’, na ‘hegemonia’ e na ‘democracia sem adjetivos’, como é moda hoje dizer, privilegiando categorias cujo denominador comum é ocultar a dominação de classe em escala nacional e internacional”¹⁹¹ (grifos do autor)

O cenário estabelecido para a redemocratização, que mais poderia ser um novo grito de liberdade em comunidades até então sufocadas por regimes autoritários, tornava-se realmente o palco de um teatro cuja regra era atrair o espectador para os encantos de um novo mundo de participação, dissimulando o conservadorismo e a manutenção das antigas diferenças de classe:

“(...) o conservadorismo atual aparece dissimulado em aberturas democráticas que são uma realidade, mas cujo caráter conservador reside no fato de que, aproveitando o refluxo causado pelas derrotas passadas, pretende chegar à identidade definitiva entre a razão democrática,

¹⁹⁰ Cf. CUEVA, Agustín. op cit.

¹⁹¹ Ibidem, pp. 20-21.

democrática, à qual sem vacilar aderimos, e a ‘razão’ capitalista-imperialista que nos oprime. Além disso, é esta identidade que define o pensamento conservador latino-americano de hoje.”¹⁹²

Segundo o ponto de vista de Cueva, as novas idéias aparecem num primeiro momento como forma de subjugação de possíveis grupos revolucionários (não se pode esquecer que é o momento da segunda Guerra Fria). O que trazem à tona? Na Europa, dá-se o ressurgimento da perseguição às minorias (xenofobia, racismo, neonazismo) e um sentimento antiterceiromundista. Nos Estados Unidos, a radicalização aparece através da aversão aos árabes, principalmente em razão dos acontecimentos na Líbia e Irã, e o desenvolvimento de idéias anti-igualitárias. Uma nova intelectualidade dentro deste contexto toma forma: para alguns intelectuais não existe mais o homem e sim culturas, o que para Cueva nada mais é do que uma justificativa para a desigualdade. Quais os resultados desta guinada? Alterações sérias no sindicalismo mundial; alterações na posição de uma série de intelectuais; alterações na postura dos partidos de esquerda; e um forte anticomunismo.

Cueva conclui que este espectro político, ideológico e cultural do ocidente para a direita trata-se de um grande triunfo da burguesia imperialista, pouco importando o nome que se dê: neoconservadorismo, neodireitização, neoliberalismo ou revalorização da democracia. Para a América Latina, a democracia ressurgiria após as ditaduras de maneira conservadora, uma dissimulação na verdade, pois pretendia chegar à identidade definitiva entre razão democrática (a qual a América Latina aderiu) e a razão capitalista-imperialista que a oprimia.

Já para o brasileiro Muniz Bandeira a raiz do processo de redemocratização para o Cone Sul está no desalinhamento dos militares latino-americanos em relação aos Estados Unidos. Para defender sua idéia, usa como exemplo tanto os ditadores argentinos como os brasileiros, os quais entraram em um processo de desalinhamento com os Estados Unidos. A aproximação entre Brasil e Argentina no início da década de 1980, e ambos com a URSS (no que diz respeito ao crescimento das relações comerciais e não aproximação ideológica), trouxe uma forte preocupação norte-americana com esse fato. A vinda de embaixadores norte-americanos com um

¹⁹²Ibidem., p. 36.

discurso de redemocratização para ambos países trazia junto o intuito dos Estados Unidos de evitarem o nacionalismo militar, política que contrariava os interesses de Washington para a região.¹⁹³ Para Muniz, a necessidade de democracia para a América Latina sob a visão de Washington estava atrelada à perigosa política externa tanto da Argentina como do Brasil, as quais se aproximavam cada vez mais com a União Soviética. O afastamento gradativo dos militares (desalinhamento) para com os Estados Unidos forçou os últimos a adotarem uma política para a América Latina com vistas à redemocratização.

Utilizando-se deste mesmo argumento, enfatizando a necessidade dos Estados Unidos afastarem os militares do poder na América Latina e, ao mesmo tempo, reforçando que a política nacionalista dos militares iria estabelecer um confronto com a perspectiva internacional norte-americana, Theotônio dos Santos indica a existência de uma política concreta por parte de Washington de restabelecer o poder político aos civis na América Latina. Para Santos, essa intenção já nascera nos anos 70 e fora retardada pela ação norte-americana no Chile e no Uruguai (em 1973) e na Argentina (1976), porém:

“Era hora de conter o perigo de uma onda de nacionalismo militar de direita cujos desdobramentos eram imprevisíveis para todos os atores da história latino-americana. Era necessário conter as pretensões nacionalistas destas tendências fascistas dos militares latino-americanos e reintegrar essas economias no caminho natural de sua articulação com a matriz norte-americana, em torno do liberalismo econômico ‘sadio’.”¹⁹⁴

Para Theotônio dos Santos, a política para a América Latina na era Reagan estava em afastar do poder os militares que não alinhassem suas políticas à matriz norte-americana. O forte nacionalismo dos militares deveria sair de cena, abrindo espaço para a democracia voltada para o livre mercado: a democracia liberal. Aos

¹⁹³ Cf. BANDEIRA, Muniz. Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992). São Paulo: Ensaio, 1993. (principalmente capítulo XVIII). Para compreender o desalinhamento dos regimes militares brasileiro e argentino com os Estados Unidos ver também MALLMANN, Maria Izabel. A questão do desalinhamento nas relações interamericanas: Estados Unidos e América Latina nos anos 80. 1989. op. cit.

¹⁹⁴ Cf. SANTOS, Theotônio dos. Integração latino-americana: forças política em choque, experiências

militares que buscassem permanecer no poder, alinhando-se à nova política liberal, o apoio seria mantido, vide Pinochet no Chile.

Por sua vez, Luis Maira, trabalhando com o conceito das democracias viáveis, procura debater o grau de interferência dos Estados Unidos no processo de redemocratização da América Latina. Em seu trabalho está a argumentação que visa provar o interesse norte-americano no fomento às democracias na América Latina, porém democracias restritas.¹⁹⁵ Para o autor, a existência deste tipo de política por parte dos Estados Unidos já data dos anos 70, porém o seu caráter de enfrentamento direto havia fracassado. Os anos 80 se caracterizaram por haver uma maior tolerância de Washington em relação aos militares, porém propondo e buscando preparar soluções políticas mais aceitáveis. A principal seria o processo de redemocratização, e o tipo de democracia que deveria ser instituída é o ponto central na análise de Maira:

“Esta busca de uma reorganização concreta dos sistemas políticos em diversos países latino-americanos está associado, no entanto, com um conjunto de condições que permitem dar estabilidade e conteúdo correto aos regimes de substituição dos regimes militares. Para isto se recomenda a criação de um novo tipo de regime político, capaz de cobrir uma faixa intermediária entre as democracias liberais competitivas e abertas, e os regimes de exceção que se tenta superar. Somente uma democracia definida nestes termos pode sustentar-se e resultar ‘viável’ para o país que buscar este intento.”¹⁹⁶

Para Maira, este novo modelo de organização política, claramente restrita, poderia ocorrer através de uma série de características, onde se destacam: a) o estabelecimento de uma direção política civil e estável, com apoio de diferentes movimentos, sejam operários, estudantis ou camponeses; b) garantir que não haja radicalização progressiva, evitando o crescimento de partidos de esquerda, ao mesmo tempo auxiliando o fortalecimento de partidos anticomunistas; c) a garantia de preservação das forças armadas como um poder controlador na transição. Dentro

e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1(1): 71-90, março, 1989.

¹⁹⁵ Cf. MAIRA, Luis. op. cit., pp. 143-146.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 143.

desse processo de apoio à transição, Maira cita como “projetos pilotos” do departamento de Estado norte-americano os casos do Peru e Guatemala, ainda nos anos 70, os quais serviram como modelos de implantação de democracias viáveis, sendo que as áreas consideradas prioritárias para o estabelecimento desta nova política estariam na América Central e no Caribe.¹⁹⁷ Apesar da ruptura estabelecida pelo governo Reagan, o modelo de democracia defendida pelos republicanos nos anos 80 para a América Latina estaria estabelecido com pressupostos muito semelhantes aos dos democratas, onde a importância da menor intervenção do Estado na economia e a perspectiva de abertura dos mercados estariam na pauta de democratização.

Neste mesmo trabalho, Luis Maira identifica que um dos pressupostos para o estabelecimento da política internacional dos republicanos está na visualização da América Latina como área estratégica de alta prioridade, já que em anos anteriores fora vista como uma região de relativa tranquilidade no cenário internacional. Esta mudança na percepção da importância da América Latina estava ligada ao fato de que houve durante os anos 70 uma aproximação muito clara da região com os ideais e a política soviética, o que despertou nos Estados Unidos a preocupação com os possíveis resultados desta “perigosa” política internacional dos latino-americanos.¹⁹⁸ O apoio estabelecido pelas “think tank” conservadoras norte-americanas foi vital para a compreensão de como deveria agir o departamento de Estado norte-americano em relação à União Soviética, e esta ação deveria ser de enfrentamento, senão direto, pelo menos mais agressivo do que as atividades diplomática estabelecidas por Carter.

Citando os trabalhos de Jeane Kirkpatrick, Luis Maira entende que o início do governo Reagan ficaria marcado pela intenção de apoio à manutenção das ditaduras por um determinado tempo, com vistas à modernização da América Latina, cujo objetivo era trancar temporariamente o processo de transição da democracia, principalmente em razão da ameaça de grupos de esquerda (subversivos). Para Luis Maira, Kirkpatrick justifica o apoio temporário às ditaduras através da distinção que faz entre regimes autoritários e totalitários. Como já foi visto, para Kirkpatrick os

¹⁹⁷ Ibidem, p. 145.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 233.

regimes autoritários se caracterizavam por serem governos com tempo limitado e com base na ideologia de segurança nacional, enquanto os regimes totalitários eram de força, com duração indefinida e possuidores de ideologia marxista. O autor identifica que a partir do final dos anos 70, os Estados Unidos se dão conta da decadência de sua hegemonia e pretendem estabelecer novas políticas para recuperação.¹⁹⁹

Como já visto, essa política temporária de apoio às ditaduras seria mudada a partir do segundo mandato de Reagan. Este segundo mandato, onde o fomento à democracia apareceria nos discursos dos republicanos da Casa Branca, foi analisado por H. Pittman. Segundo este autor, tendo por base as idéias de Jose Felipe Marini, as razões que levaram os Estados Unidos a fomentar a democracia na América Latina estariam em: a) manter a hegemonia sobre a região; b) necessidade de integração entre Estados Unidos e América Latina; c) ser referencial para os interesses estratégicos dos Estados Unidos; d) retirar ou enfraquecer os marxistas da América Latina; e) afastar o perigo dos governos da América Latina de aproximarem-se da URSS, algo que ocorria já no início dos anos 80.²⁰⁰

Também usando a expressão “democracias viáveis” como Luis Maira, Anabella Busso, em pequeno artigo, busca identificar os condicionantes externos que dificultaram ou impulsionaram a democratização latino-americana nos anos 80.²⁰¹ Do autoritarismo à democracia, a autora conclui que “a política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina demonstra uma contínua preocupação com a estabilidade política da região.”²⁰² O que significa esta estabilidade? Garantia de respeito aos interesses norte-americanos dentro do continente pelos demais países. Qualquer fenômeno contrário a esta política é rotulado de ingovernabilidade. Para Anabella Busso, se houve ditaduras militares, e nos anos 80 o governo norte-

¹⁹⁹ Cf. MAIRA, Luis. Los intereses políticos y estratégicos de Estados Unidos en América del Sur. Santiago: 1988.

²⁰⁰ Cf. PITTMAN, H. Armonía o discordia: el efecto de la democratización sobre geopolítica y conflicto en el Cono Sur. in: KELLY, P. - CHILD, Jack. Geopolítica del Cono Sur y la Antártida. Pleamar, Buenos Aires, 1988, p. 49.

²⁰¹ Cf. BUSSO, Anabella. Estados Unidos y la redemocratización latinoamericana: los condicionantes externos. Perspectiva Internacional Paraguaya, Año II, n.4 (Julio–Diciembre de 1990), pp. 188-220.

americano insistiria na transição democrática, isto estava diretamente ligado e dependente das mudanças no sistema internacional ou nas necessidades do poder hegemônico, no caso, dos Estados Unidos. Qual então a democracia incentivada pelo norte? Anabella segue a linha de Luis Maira: idéia de democracia restringida ou, segundo os próprios documentos do departamento de Estado norte-americano, democracia viável, caracterizada por ser gradual e que não ameaçasse os interesses estratégicos e econômicos norte-americanos. Segundo Anabella, outra razão para que Reagan preferisse a democracia viável ao invés dos militares é o fato de que a política Reagan visava a abertura dos mercados, livre circulação de capitais e menor intervenção do Estado na economia, algo que a maioria dos militares latino-americanos se contrapunham, razão pela qual os militares que buscaram cumprir esse ideal de política econômica permaneceram por mais tempo. O caso clássico seria o de Pinochet no Chile.

Também seguindo a perspectiva de Luis Maira, Roberto Bouzas analisa em um pequeno artigo os processos de transição para a democracia na América do Sul e os limites do apoio norte-americano.²⁰³ O autor procura enfatizar os limites do apoio norte-americano à democratização reforçando a idéia e importância principal dos fatores internos. Apesar disto, destaca, citando Luis Maira, que a política do governo Reagan tinha a América Latina como área de vital importância para seus interesses. Essa postura levava em conta a consideração da América Latina como uma variável internacional subordinada às exigências da confrontação global, política e militar com a União Soviética. A ameaça à segurança nacional norte-americana criava a necessidade de um tratamento especial para com a América Latina, vista então como uma região na qual era possível obter resultados rápidos e a um custo relativamente baixo na contenção do avanço comunista. Ainda segundo Bouzas, o discurso norte-americano de apoio à democratização tinha também como objetivo a coordenação e convergência da política oficial norte-americana com os interesses privados norte-americanos na região.

²⁰² Idem.

²⁰³ Cf. BOUZAS, Roberto. Relaciones América Latina – Estados Unidos: los procesos democráticos en América del Sur y los límites del apoyo norteamericano. in: Revista América Latina/Internacional, Vol. 2, n. 4, Abr-Jun 1985. Buenos Aires (FLACSO).

Outro autor latino-americano, em artigo publicado em 1986, analisa a dinâmica política e econômica mundial dos anos 80 para compreender a sua influência na democratização da América Latina.²⁰⁴ José Michelena afirma que houve influência concreta de Washington na redemocratização da América Latina nos anos 80. Para este autor, a nova política de Reagan influenciou na redemocratização da seguinte forma: em primeiro lugar, a democracia liberal para os países latino-americanos reduz de maneira significativa a sua capacidade de manobra, pois estreita a “margem entre o que é considerado pela grande potência como tolerável ou não tolerável.” Em segundo lugar, a política de Reagan reforçava o confronto com a União Soviética: esta ênfase anti-comunista recriava a idéia de segurança nacional norte-americana, encarando a América Latina como região estratégica; se houvesse a manutenção do apoio aos militares este seria o cenário ideal para o surgimento de insurreições de esquerda; as democracias tenderiam a amenizar tais movimentos e, ao mesmo tempo, reforçar o alinhamento dos países latino-americanos à nova política econômica de Washington. Terceiro, a democracia:

“tende a desestimular os esforços cooperativos regionais, a bloquear as novas iniciativas de política internacional, como o Grupo Contadora e a inibir os presidentes e demais dirigentes latino-americanos a fazer propostas para enfrentar a crise que podem irritar a potência hegemônica.”²⁰⁵

Por último, a democracia nos países latino-americanos contribuiria para impulsionar as relações bilaterais entre os Estados Unidos e os mesmos, algo que convinha aos interesses de Washington sob o governo de Reagan. Dentro desta perspectiva, Michelena conclui que esta política de incentivo às democracias latino-

²⁰⁴ Cf. MICHELENA, José A.S. Los lineamentos de la estrategia anti-crisis en la seguridad internacional: la influencia del proceso de democratización latinoamericana en el esquema estratégico mundial. in: EURAL. Crisis y regulación estatal: dilemas de política en América Latina y Europa. Buenos Aires: GEL, 1986, pp. 353-368. Seguindo esta mesma concepção de Michelena, porém com ênfase na questão da segurança norte-americana, ver PALMER, David Scott. Actores y factores en las relaciones contemporáneas de Estados Unidos con América Latina. in: WILHELMY, M. La formación de la política exterior. Buenos Aires: Gel, 1987.

²⁰⁵ Cf. MICHELENA, op. cit., p. 357. Sobre o Grupo Contadora e o Grupo de Apoio ver BONILLA, Policarpo Callejas. La experiencia de Contadora en el sistema interamericano. in: ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. XIII Curso de Derecho Internacional. Subsecretaria de Asuntos Jurídicos. Washington, DC. 1987.

americanas tem um caráter estratégico sob o ponto de vista de Washington e, além disso, a democracia deveria ter uma face restrita.

Tomando sob outro aspecto a importância dos Estados Unidos nesse processo de redemocratização, para o cientista social argentino Atilio Boron os Estados Unidos sempre foram um obstáculo à democratização na América Latina, em razão de que Washington constantemente acreditava que as ditaduras militares funcionavam melhor aos interesses norte-americanos do que as democracias “turbulentas e instáveis.”²⁰⁶ Para Boron, Washington começou apoiar a transição para a democracia apenas quando a nova onda de democratização “começou a comover todo mundo.” Esta posição dos Estados Unidos se originou em razão da ameaça que a nova política de Mikhail Gorbachev poderia trazer aos Estados Unidos. A possibilidade de sucesso da reforma econômica e política empreendida na União Soviética fez com que a Casa Branca reforçasse em seus discursos a necessidade de democratização nos países do Leste. Contradizendo a sua antiga postura diplomática em relação às ditaduras, os Estados Unidos sob a administração de Reagan buscou estabelecer uma redefinição de sua política externa em relação a esses regimes, “precipitando (...) uma súbita e inesperada mudança de política com as renascentes democracias latino-americanas.”²⁰⁷

Sobre esta relação entre os Estados Unidos e a América Latina no processo de transição para a democracia, Boron acredita que se houve interesse dos Estados Unidos este deve ser compreendido como uma estratégia do império. Assim, o apoio à redemocratização por parte do império norte-americano se faz em razão das vantagens proporcionadas por este processo dentro do cenário de enfrentamento com a União Soviética. A América Latina seria vista como área de interesse estratégico, e não seria de se surpreender com o fato de que, se necessário, os Estados Unidos mudariam sua postura em relação à democracia caso isso fosse conveniente:

“Se por algum motivo esta inédita tolerância imperial em relação à democracia fosse colocada em questão, o

²⁰⁶ Cf. BORON, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 34.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 35-36.

futuro político da América Latina poderia tornar-se sombrio de forma significativa.”²⁰⁸

Tomando uma postura diferente de Atilio Boron na questão da importância dos fatores externos para a transição democrática na América Latina, Theotonio dos Santos procura enfatizar a necessidade dos Estados Unidos em apoiar a democracia na América Latina em razão do seu caráter funcional.²⁰⁹ Se os Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 haviam apoiado o estabelecimento dos regimes de segurança nacional, por sua vez nas décadas de 1980 e 1990 o processo seria o inverso. Theotonio dos Santos sustenta que a ênfase deste apoio na redemocratização nos anos 80/90 esteve diretamente ligada ao ajuste estrutural iniciado no governo Reagan, cuja política econômica primava pela liberalização da economia, respondendo ao forte nacionalismo dos governos militares. Se nos anos 60/70 o apoio norte-americano aos militares deu-se em razão do crescimento dos movimentos sociais reformistas, para Theotonio dos Santos, os Estados Unidos perceberam a necessidade de afastamento dos militares do cenário político latino-americano em razão da possibilidade de impedirem a implementação de uma política alinhada aos interesses norte-americanos. Para os assessores da política de Reagan, somente a democracia na América Latina poderia contribuir para o estabelecimento desta nova tendência econômica, já que os militares tendiam construir um forte nacionalismo com perspectivas de desenvolvimento auto-sustentado. Ainda segundo Theotonio dos Santos, Washington incentivava o processo de transição à democracia, porém estabelecendo os limites necessários. Quais limites? Uma democracia com objetivos eleitorais, porém sem o caráter de participativa ou social, desenvolvendo uma política econômica de caráter liberal. Como estabelecer esses limites? Utilizando-se do momento de crise de legitimidade do sistema de segurança nacional no início dos anos 80 e da própria crise da dívida externa. Ambos fatores seriam utilizados como forma de imposição de novas normas econômicas criadas pelo FMI, BIRD, bancos privados e governos dos países industrializados.²¹⁰ Num tom bem mais próximo ao de Agustín Cueva, Theotonio dos Santos acredita que este processo não fortalece a

²⁰⁸ Ibidem, p. 36-37.

²⁰⁹ Cf. SANTOS, Theotonio dos. *América Latina: democratização e ajuste estrutural*. Revista Anos 90. Porto Alegre, n° 5: (29-44), julho, 1996.

²¹⁰ Ibidem, pp. 34-35.

não fortalece a democracia, justamente o contrário:

“(…) é possível notar um enfraquecimento das forças democráticas e populares com o crescimento das mudanças liberais, que reforçam as correntes políticas e econômicas conservadoras e até mesmo reacionárias.”²¹¹

A democracia com limites, para Theotonio dos Santos, fundamentada em políticas de caráter liberal na América Latina, foi a responsável pelo desemprego, pela exclusão, violência e agitação sociais. Observando os limites e a necessidade de nos percebermos do fracasso dessa política, ele questiona: “Quando será consolidada a decepção com relação a este tipo de democratização sem desenvolvimento social?”. E quanto ao papel dos Estados Unidos: “Qual será a nova política do *establishment* internacional?”²¹²

Para finalizar os autores latino-americanos, utilizo-me de um importante analista do processo de transição dos regimes autoritários para democracias na América Latina: Guillermo O’Donnell. Dentre tantas produções acerca deste tema,²¹³ destaco na análise deste professor argentino um artigo produzido em 1985,²¹⁴ onde procura enfatizar as implicações norte-americanas no processo de transição para a democracia na América Latina, bem como propor novas relações que poderiam ser estabelecidas entre os atores diplomáticos latino-americanos e norte-americanos para a consolidação da democracia nesta região.

Para O’Donnell, as forças internas de cada país são responsáveis pelo sucesso ou fracasso na transição para regimes políticos democráticos. Mesmo destacando que os atores internos são as peças-chave nesse processo, o autor reconhece que para os Estados Unidos não é uma questão de exportar democracias, mas se torna estratégico o incentivo ao desenvolvimento de instituições democráticas:

²¹¹ Ibidem, p. 35.

²¹² Ibidem, p. 36.

²¹³ Destaque para a obra de fôlego produzida conjuntamente com outros especialistas em política: O’DONNELL, SCHMITTER & WHITEHEAD (orgs.) op. cit., 1988, os quais analisam os casos de transição para a democracia na América Latina e no sul da Europa; ver também O’DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: Autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1985.

²¹⁴ Cf. O’DONNELL, Guillermo. *América Latina, Estados Unidos e democracia*. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, nº 1 (1): 9-26, jan/jun, 1985.

“Não se trata de ‘exportar democracias’, mas de reconhecer comuns interesses de médio e longo prazo na vigência de instituições politicamente abertas e socialmente progressistas em todos os nossos países.”²¹⁵

O’Donnell destaca que na América Latina, no momento em que escreve o artigo, estava ocorrendo um processo de transição a uma democracia constitucional-liberal, a qual caracteriza como um regime político que assegura “os direitos individuais e associativos e verdadeira competitividade eleitoral.” Apesar dos limites, O’Donnell não deixa de acreditar na legitimidade da luta por esta democracia: é uma democracia que vale apena defender, porém, ao mesmo tempo, lamenta que em nome de uma ideologia anti-comunista, os Estados Unidos se aliem a setores não democráticos, emperrando o processo de redemocratização. Talvez o equívoco do comentário de O’Donnell esteja no fato de que é justamente nesse período que o governo Reagan implementa uma diplomacia de apoio às transições democráticas, procurando fomentar a democracia constitucional-liberal bem aos moldes descritos pelo próprio O’Donnell.

O’Donnell acredita que se os fatores internos são os decisivos para a redemocratização, esses são portanto singulares. Para compreender a transição seria necessário analisar caso a caso com o objetivo de entender melhor o processo. Nesse objetivo em ser singular, O’Donnell faz uma generalização no que diz respeito às relações entre Estados Unidos e América Latina: se os processos de redemocratização são desencadeados por agentes internos, a postura dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos não é de vassalagem, porém todos os países evitam confrontações com os Estados Unidos, razão que O’Donnell percebe no fato de que nenhum país latino-americano estabelecerá uma relação de dependência com a União Soviética. O’Donnell procura evitar o entendimento dos Estados Unidos como uma nação zelosa e paternalista e propõe que os próprios norte-americanos deixem de pensar que o são. Quer que os Estados Unidos auxiliem os países latino-americanos

²¹⁵ Ibidem, p. 9.

os países latino-americanos na emergência de suas democracias, estabelecendo relações normais com os mesmos, justamente evitando as pretensões de zelo e proteção.

Assim, O'Donnell admite que na postura norte-americana em relação às democracias da América Latina não há um simples discurso de apoio nos valores tradicionais da América, mas sim interesses bem claros:

“Gostaria de deixar claro que, no caso dos Estados Unidos, não cometo a ilusão de acreditar que seu interesse possa ser *apenas* a promoção da democracia e de básicos direitos humanos na América Latina. Contudo, em termos de sua segurança militar, parece difícil imaginar uma situação mais sólida – e estável a longo prazo – que a manutenção de normais relações com países que chegaram a criar instituições que descartam em sua própria cena doméstica meios violentos de acesso ao governo, cataclísmicas transformações sociais e fechados sistemas de decisões governamentais.”²¹⁶

3.2 Os pensadores norte-americanos: as relações Estados Unidos – América Latina e a questão da democracia

Acredito que o autor mais significativo para estabelecer uma compreensão da postura norte-americana em relação ao processo de redemocratização na América Latina é Samuel Huntington, o qual produziu um livro específico sobre os processos de democratização envolvendo não somente a América Latina, mas também Europa (Leste Europeu, Portugal e Espanha) e Ásia. Seu objetivo foi tentar compreender a nova onda de democratização (terceira) e as raízes desse processo. Para seu entendimento, os Estados Unidos tiveram um papel significativo, talvez não o mais relevante, porém imbuído de um profundo interesse nesse processo:

“Finalmente, e mais paroquialmente, o futuro da democracia no mundo é de especial importância para os americanos. Os Estados Unidos são o mais importante país democrático do mundo moderno e sua identidade

²¹⁶ Ibidem, p. 20.

como nação é inseparável de seu compromisso com os valores liberais e democráticos.”²¹⁷

Como uma forma de alerta para as autoridades norte-americanas, sua análise sobre a terceira onda de democratização se propõe ser um trabalho de ajuda para compreensão da democracia enquanto regime político base para a política externa dos Estados Unidos e de vital importância ao futuro desta nação. Para Huntington, o fortalecimento das democracias no mundo seria um sustentáculo para a política norte-americana: “O futuro da liberdade, da estabilidade, da paz e dos Estados Unidos dependem assim, de certo modo, do futuro da democracia.”²¹⁸

Dessa forma, Huntington abre um leque de motivações para o desencadeamento dos processos de democratização no mundo e, incluindo entre eles, estão as atividades dos Estados Unidos. Não as colocando como preponderantes ou essenciais para esse processo, este autor entende que a partir da administração Carter, seguida pela de Reagan, a democracia tornou-se um item preponderante em suas agendas diplomáticas, enfatizando que se a democracia passou a ser um fato histórico para muitos países latino-americanos a partir dos anos 80, os atores externos, principalmente Estados Unidos, tiveram um papel significativo.²¹⁹

Para Huntington, uma das históricas características do governo Carter esteve em defender os direitos individuais, os direitos do cidadão. É a partir desse princípio que Reagan começou sua crítica ao governo anterior, por este entender apenas as questões de direito individual, sem ater-se ao sistema que estava por trás de tudo. A princípio, a importância dos direitos humanos foi rebaixada por Reagan, o qual preferiu desafiar os regimes comunistas. Esta posição mudou a partir de 1982, onde através da pressão do Congresso, aliada aos incipientes processos de democratização na América Latina, o presidente Reagan emitiu uma mensagem de sua nova postura ao Parlamento.²²⁰

²¹⁷ Cf. HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994, pp. 38.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Ibidem, p. 92

²²⁰ Ibidem, p. 98.

A partir desta nova postura, a política Reagan para promoção da democracia nos diversos países sobre o domínio dos regimes militares envolveu uma série de ações, as quais foram tratadas com amplitude e profundidade por Huntington, dentre as quais se destacam: as declarações do presidente, secretários de Estado e outras autoridades; defesa dos direitos humanos através de agências e de rádios; pressões e sanções econômicas; ação diplomática através da ação de embaixadores; apoio material às forças democráticas, envolvendo dinheiro da CIA; e ações militares.²²¹

Não obstante, a presença norte-americana foi visualizada por Huntington como fator significativo para concretização dos processos de democratização. Vejamos através de suas próprias palavras:

“O apoio do presidente Reagan ao Projeto Democracia, em seu primeiro ano de governo, seu discurso de 1982 no Parlamento, a criação do Fundo Nacional para a Democracia em 1984, sua mensagem para o Congresso em março de 1986, além das atividades dos diplomatas americanos em vários países, ajudaram a manter a democratização sob foco nas questões internacionais nos anos 80 e a fortalecer o ambiente intelectual global favorável à democracia.”²²²

Apesar de demonstrar que é um interesse estratégico para os Estados Unidos incentivar o estabelecimento de regimes democráticos no mundo, e em especial para a América Latina, Huntington não expressa com profundidade esses interesses norte-americanos com a democracia, omitindo-se no exercício de uma análise mais complexa:

“Não é possível fazer aqui qualquer avaliação do papel dos Estados Unidos nas democratizações da terceira onda. No entanto, em geral *parece que o apoio dos Estados Unidos foi crítico para a democratização* na República Dominicana, Granada, El Salvador, Guatemala, Honduras, Uruguai, Peru, Equador, Panamá e Filipinas, e contribuiu para a democratização em Portugal, Chile, Polônia, Coreia, Bolívia e Taiwan. Tal como a Igreja Católica, *a ausência dos Estados Unidos*

²²¹Ibidem, pp. 98-99.

²²²Ibidem, p. 100.

*no processo teria significado menos transições democráticas, e mais tardias.*²²³ (grifos meus)

Huntington visualiza, portanto, que o processo democrático desencadeado na América Latina e em outros países esteve imbuído de uma forte presença externa, onde a pressão norte-americana foi um fator relevante. Talvez o que Huntington tenha omitido em sua análise foi que, no início dos anos 80, a democracia tornou-se um fator muito mais necessário aos interesses internacionais norte-americanos do que os regimes militares. Havia uma necessidade dentro do processo de recuperação da hegemonia internacional dos Estados Unidos de que a democracia se tornasse o condutor político, alijando gradativamente os militares do poder.²²⁴

Talvez um analista norte-americano que tenha aprofundado com maior rigor a importância da política de Washington em relação à democracia tenha sido Tony Smith. Em sua análise, Tony Smith faz um levantamento de como este regime político foi estratégico para os Estados Unidos ao longo do século XX. Sua concepção é de que, para a política externa dos Estados Unidos, a democracia, conceito e ação, foi significativamente uma peça-chave.²²⁵ Sobre o período Reagan, Smith acredita que não se deva exagerar na contribuição norte-americana para o processo de redemocratização, mas não deve haver omissão quanto à importância da política externa de Reagan nesse processo.

²²³Ibidem, p. 103.

²²⁴Um autor brasileiro chamado Antonio M. P. Neves relata e analisa a postura externa norte-americana sob o ponto de vista de Samuel Huntington em um pequeno artigo, que acredito ser significativo relatar. Utilizando-se da obra de Huntington, “Política Americana: a promessa da desarmonia”, Antonio Neves destaca que este autor estabelece diferenças entre as administrações Carter e Reagan, concluindo que Carter era um homem extremamente moral e impregnou sua presidência de moralismo. A direção que imprimiu à sua política externa, com ênfase nos direitos humanos, espelhou essa qualidade. Já Reagan, em suas perspectivas, conseguiria sustentar o impulso inicial de diminuir a intervenção do Estado na economia e reduzir os gastos públicos. Para Huntington quando os Estados Unidos eram relativamente mais fortes econômica e politicamente, exerceram um papel mais decisivo no formato do que acontecia em outras partes do mundo. Em geral isso coincidiu com a emergência de regimes mais democráticos. Se a capacidade dos Estados Unidos de exercer seu poder aumentar, recuperando-se do declínio dos anos 60-70, isso provavelmente produziria resultado benéfico à democracia em outros países. Entretanto, lembra a tempo, nenhuma influência externa, não importa quão forte, poderá induzir outros povos a seguir sistemas de governos, se estes sistemas forem alheios às suas raízes e tradições. Huntington acredita que os Estados Unidos têm de conservar o necessário poder para proteger e promover os ideais e as instituições liberais na arena mundial, mas, simultaneamente, reconhecer que tal poder muitas vezes ameaça esses ideais e instituições em sua própria casa. Cf. NEVES, Antonio M. P. O dilema americano. Gazeta Mercantil, São Paulo, 07/12/1981.

²²⁵Cf. SMITH, Tony. op. cit.

Comparando a política de Reagan com a do ex-presidente Woodrow Wilson (1913-1921), Smith procura demonstrar que Reagan propôs uma convicção idealista: Washington tem um dever de liderança nas relações mundiais, tanto por sua virtude, como por seu poder e também por seu exemplo moral. Smith acredita que quando um presidente constrói a liderança americana de uma comunidade internacional de nações democráticas, seguindo práticas de livre mercado, a característica central de sua política internacional é certamente wilsoniana.²²⁶ Assim, Reagan emerge como um descendente de Wilson, onde a promoção da democracia foi um meio e um fim em sua política internacional.

Para uma análise minuciosa das razões que fazem Ronald Reagan estabelecer como prioritário o incentivo à democracia como uma de suas estratégias na política internacional, Tony Smith procura compreender a ação da Casa Branca através de três programas operacionais-chave: a) encontro construtivo; b) a reivindicação da união entre democracia e livre mercado; e c) a doutrina Reagan:

“Em cada caso, como veremos, Washington projetou uma estratégia que requer um esforço mínimo de sua parte para realizar sua visão de uma ordem mundial dominada por governos democráticos.”²²⁷

Encontro construtivo seria a ação diplomática de Washington com vistas ao apoio para a transição à democracia em países sobre regimes autocráticos. Seria um suporte dos Estados Unidos para estabelecer governos que procurassem a via democrática, utilizando-se de uma estratégia que tem como base a transformação das elites locais para efeito de mudança: “A mensagem original foi que os principais interesses das elites locais poderiam ser assegurados com ajuda americana desde que eles empreendessem um processo de reforma política.”²²⁸ Exemplos seriam a África do Sul, Coreia do Sul, Chile e El Salvador.²²⁹ Tony Smith conclui que a essência do “encontro construtivo” esteve em apoiar regimes autoritários em seu difícil processo de transição à democracia. Ao invés da política Carter de enfrentamento, o interesse

²²⁶ Ibidem, p. 268.

²²⁷ Ibidem, p. 274.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Tony Smith ressalva que a política de armas empreendida por Washington para El Salvador poderia ser compreendida como um caso de Doutrina Reagan.

de Reagan foi o de aproximar-se dos governos militares e de trabalhar pela transição para a democracia. Tony Smith não deixa de fazer uma revisão das prováveis críticas ao “encontro construtivo”, considerando que este pode ser entendido como uma política de Reagan permeada de “discursos pios” utilizados na verdade para esconder o apoio norte-americano ao *status quo* local. Smith declara que já no ano de 1982, houve uma profunda alteração no quadro de assessores do presidente e que estes, como George Schultz e Elliott Abrams, apoiados pelo *National Endowment for Democracy* (NED), trouxeram em seus discursos e ações o valor utilitário da democracia, tornando o departamento de Estado mais eficaz no projeto de fomento à democracia mundial, e que isto não foi uma quixotesca ambição.

O segundo ponto na análise de Tony Smith é a questão da democracia e o livre mercado. Considerado pelo autor como uma das ferramentas mais eficazes da política Reagan de fomento à democracia, o apelo pela economia de livre mercado – através das privatizações, desregulamentação de negócios e abertura de fronteiras à livre circulação de bens e capitais – procurava demonstrar a eficiência desta política no fortalecimento da democracia:

“A política chamada algumas vezes de Reaganomics também foi importante porque, tal como o encontro construtivo, os Estados Unidos poderiam pregar as virtudes da democracia sem haver intervencionismo.”²³⁰

Para Smith, a concepção de democracia formulada por Reagan era inseparável da perspectiva de livre mercado: se alguma nação almejasse prosperidade, deveria ser introduzido o livre mercado, estabelecendo uma concomitância necessária com a verdadeira democracia política. Citando um discurso de Reagan proferido em 21 de setembro de 1987 para a Assembleia Geral das Nações Unidas, Smith enfatiza a concepção de Reagan na dobradinha livre mercado-democracia:

“Aqueles que defendem as soluções estatais para o desenvolvimento devem tomar nota: *o livre mercado é o outro caminho para desenvolvimento e um caminho*

²³⁰ Cf. SMITH, Tony, op. cit., p. 291.

verdadeiro ... onde eu acredito que nós possamos achar o mapa para o futuro do mundo: no coração das pessoas simples, em suas próprias esperanças e de suas crianças, em suas orações diárias Estas pessoas simples são os gigantes da terra, as verdadeiras construtoras do mundo e as formadoras do século que está por vir. E se de fato elas triunfarem, como eu acredito, *nós finalmente conheceremos um mundo de paz e liberdade, oportunidade e esperança e, sim, de democracia (...)*²³¹ (grifos meus)

E em discurso sobre política externa, proferido em 16 de dezembro de 1988 na Universidade da Virgínia, reforça sua concepção “revolucionária”:

“A revolução democrática tem sido acompanhada por uma mudança no pensamento econômico comparável à revolução newtoniana na Física ... *A revolução democrática e a revolução do livre mercado são realmente a mesma revolução.* Elas estão baseadas no nexos vital entre liberdade econômica e liberdade política ... a tentativa de governos de impedir esta liberdade – seja através de restrições políticas sobre direitos de reunião, discurso, ou publicação, ou por repressão econômica através da alta tributação e da burocracia excessiva – tem sido a principal barreira institucional para o progresso humano.”²³²

Antes mesmo do consenso de Washington proferir as regras do livre mercado para a América Latina em 1989, o governo Reagan já enfatizava que o progresso das nações estaria na nova política de liberalização das fronteiras, onde afirmava sua crença em um sistema econômico internacional aberto:

“(...) o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o GATT tinham aumentado sua presença sem precedentes no mundo do comércio, nos investimentos e na riqueza através de uma ênfase nas práticas do livre mercado que o restante do mundo foi aconselhado a seguir.”²³³

Sobre este aspecto, Tony Smith conclui que o anti-estatismo e as doutrinas econômicas de livre mercado abraçadas pela administração Reagan deixaram uma

²³¹ Idem.

²³² Ibidem, p. 292

²³³ Idem.

marca profunda nas transições para democracia nos anos 1980. Porém reconsidera que a administração Reagan foi equivocada em acreditar na correspondência necessária entre a economia de livre mercado e a democracia. Essa política econômica que enfatiza um orçamento austero, ao mesmo tempo provoca uma diminuição nos investimentos sociais, o que acarreta conseqüentemente distúrbios populares. Tony Smith considera que: “(...) não é patente que praticar o *laissez-faire* capitalista é sempre o melhor, muito menos a única maneira para encorajar a democracia.”²³⁴

O terceiro ponto na análise de Smith é a Doutrina Reagan, ou mais comumente conhecida como Conflitos de Baixa Intensidade (LIC's), constituindo-se, como já visto, em uma política que tinha a perspectiva de invasão de locais onde havia a possibilidade do estabelecimento de governos de esquerda. Houve casos de intervenção direta dos Estados Unidos, como em Granada em 1983, ou então alocação financeira e fornecimento de armas, combinado com apoio logístico (casos como Nicarágua e El Salvador).

Tony Smith ao analisar a postura de Reagan em relação à democracia chega a uma conclusão enfática: “nenhuma administração desde Wilson tem sido tão enérgica ou tão compatível em sua dedicação à promoção da democracia no exterior como esta de Ronald Reagan.”²³⁵ Acredita que podem ser discutidas a eficácia do encontro construtivo, a moralidade da Doutrina Reagan ou a sabedoria no incentivo ao livre mercado, porém para Smith o que não pode ser ocultado é o fato do seu compromisso para a promoção da democracia no mundo, e não esconde que esta política de Reagan de incentivo à democracia teve como principal motivador o enfrentamento com o Leste, diga-se o socialismo soviético e sua política de auxílio às esquerdas na América Latina.

Outra obra que reforça a existência de uma postura e um plano norte-americano para a transição democrática na América Latina está em *Latin America and the U.S. national interest: a basis for U.S. foreign policy*, de Margaret Hayes. A autora era, em 1984, membro do comitê profissional do senado norte-americano sobre

²³⁴ Ibidem, p. 295.

sobre relações externas. O comitê buscava estabelecer junto ao governo Reagan uma visão analítica sobre como a América Latina tornárase uma região estratégica para os Estados Unidos e, nesse sentido, havia a necessidade da Casa Branca estabelecer políticas que visassem o apoio à construção de políticas estáveis para a região, claramente no sentido de que deveria haver uma postura que reforçasse a necessidade de democracias para a América Latina e, ao mesmo tempo, condicionava ao departamento de Estado norte-americano a tarefa de reforço e apoio aos países latino-americanos para essa transição.²³⁶

Essa obra pode ser entendida como a postura do Senado norte-americano sobre as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. A ênfase dada pelo livro está na necessidade de crescimento econômico e prosperidade para a América Latina, buscando reforçar a idéia de aproximação e integração entre as economias norte-americana e latino-americana, assim como a existência de uma política regional estável: reforço para a democracia representativa na América Latina, pois segundo esta obra, os governos militares já haviam demonstrado a sua incapacidade na gerência dos países latino-americanos.²³⁷

Para Margaret Hayes, os governos militares não praticavam políticas consideradas pelo senado norte-americano como modernas. Havia a necessidade de atualização por parte da política latino-americana em relação às novas e modernas práticas que estavam sendo construídas na década de 1980. Não havia razão para que os governos latino-americanos insistissem em afastar-se da nova realidade internacional:

“Os Estados Unidos têm grande interesse na maturação de uma política estável no hemisfério. Estabilidade política não requer que governos sejam autoritários, resistentes à mudança, ou defensores servis das políticas dos Estados Unidos. É necessário instituições políticas modernas e governos que possam *adaptar-se às transformações condicionadas interna ou externamente*

²³⁵ Ibidem, p. 305.

²³⁶ Cf. HAYES, Margaret Daly. Latin America and the U.S. national interest: a basis for U.S. foreign policy. Boulder, CO: Westview Press, 1984.

²³⁷ Ibidem, p. 237.

*externamente (...)*²³⁸ (grifos meus)

A postura do documento, além de reforçar a necessidade dos governos latino-americanos em adaptarem-se à nova realidade internacional econômica, reforça a idéia de que a América Latina é uma região estratégica e nela podem surgir, se não houver uma forte pressão norte-americana pela democracia, governos de esquerda cuja característica estariam em estabelecer relações firmes com a potência inimiga, pois a radicalização de regimes de direita tende a fortalecer o surgimento de insurreições:

“Sem pressão externa de governos e opinião pública, governos autoritários provavelmente não mudarão. Enquanto eles não mudarem, poderão ser alvos de uma mudança revolucionária. (...) os Estados Unidos não poderão afastar-se de suas relações próximas com países da América Latina. Fazer isto apenas criaria um vazio que fomentaria a exploração de países hostis, procurando afastar os Estados Unidos da sua tradicional esfera de influência. Os interesses de segurança dos Estados Unidos seriam ameaçados.”²³⁹

A importância dos interesses de setores privados norte-americanos na região latino-americana também seria um dos fatores que reforçariam a necessidade de uma maior aproximação entre os Estados Unidos e a América Latina. Apesar da crise econômica vivenciada pela América Latina nos anos 80, Margaret Hayes destaca a possibilidade de expansão de capitais norte-americanos na região e, ao mesmo tempo, ser um fator de recuperação para as economias latino-americanas:

“Finalmente, a presença norte-americana simplesmente não poderia ser afastada da região porque também muitas facetas da vida social e econômica norte-americana estão entrelaçadas nos negócios do cotidiano de quase todos os países da região. Bancos norte-americanos atuam autonomamente emprestando bilhões de dólares para a região e são a chave para as soluções internacionais da crise financeira dos anos 80.”²⁴⁰

²³⁸ Ibidem, p. 13.

²³⁹ Ibidem, p. 14.

²⁴⁰ Idem.

Por fim, importante seria destacar um autor que esteve integrado à política Reagan para melhor compreender a conduta dos republicanos a partir dos anos 80. Num misto de análise e orientação, Michael Novak trata da vida espiritual que tornou possível o capitalismo democrático. Versa sobre seus pressupostos teológicos, valores e intenções sistêmicos. O que é o capitalismo democrático? Para o autor são três sistemas em um: economia predominantemente mercantil; atitude respeitosa em relação aos direitos do indivíduo à vida, liberdade e busca da felicidade; sistema de instituições culturais movido por ideais de liberdade e justiça para todos.²⁴¹

São três sistemas dinâmicos e convergentes funcionando como um: uma forma de governo democrática, uma economia baseada em mercados e incentivos, e um sistema moral-cultural que é pluralístico, em sentido amplo, liberal. Sistemas sociais como os dos Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão (talvez reunindo outras nações) ilustram o tipo.

Para o autor, democracia política só é compatível na prática com democracia de mercado. Embora formas bastardas de capitalismo tenham sido capazes de perdurar algum tempo sem democracia, a lógica natural do capitalismo conduz à democracia. Mas apenas a lógica da democracia e a lógica da economia de mercado não se limitam a se fortalecerem mutuamente. Ambas requerem, segundo Novak, uma base cultural toda especial. Ainda neste livro, o autor ataca várias frentes, sempre buscando justificar senão a excelência, mas o quão mais evoluído é o sistema capitalista democrático: socialismo, marxismo, a luta dos negros nos Estados Unidos, a Teologia da Libertação, a distribuição de renda, a miséria do Terceiro Mundo, o catolicismo e o protestantismo anti-capitalista, etc.

²⁴¹ Cf. NOVAK, Michael. O espírito do capitalismo democrático. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

CONCLUSÃO

No início dos anos 80, boa parte dos países da América Latina vivenciou um importante processo histórico: a transição de regimes autoritários para democracias. As características e as implicações dos diferentes agentes históricos no período deixaram como legado a tentativa de estruturação de um regime político que se propunha ser a solução para o fracasso econômico e político dos militares nos anos anteriores. A democracia surgiria como um regime político ainda frágil, a ser reconstruído e organizado, mas imbuído de esperança na tentativa de recuperação e desenvolvimento da região.

Na percepção da importância de diferentes agentes históricos nesse processo, faz-se importante detectar a presença de fatores externos na construção do ambiente democrático para a América Latina, principalmente notar a existência de uma agenda norte-americana para este fim.

Um dos principais objetivos da presente dissertação foi tentar demonstrar que, apesar de uma das características mais claras da política externa dos Estados Unidos no período Reagan ter sido os conflitos de baixa intensidade, houve por parte de Washington, nos anos 80, a construção de uma política diplomática com o objetivo de apoiar as transições democráticas na América Latina. Ou seja, por mais que a política externa de Reagan tenha sido truculenta, havia uma agenda diplomática por parte da Casa Branca sobre a necessidade de estabelecer um alinhamento político com a América Latina, vista então como setor estratégico e de segurança para os Estados Unidos.

Algo que se pode concluir de primeira mão está no fato de que os Estados Unidos não tiveram um papel central na transição para a democracia na América Latina. Cada país latino-americano, que nos anos 80 iniciou o processo de redemocratização, seguiu regras próprias de transição em razão de suas particularidades, interesses e atividades de diferentes atores históricos locais. Esta pesquisa, por sua vez, teve como objetivo observar como os Estados Unidos criaram uma política externa para a América Latina cuja principal característica esteve em incentivar esses processos de redemocratização e quais as razões que os levaram a tomar essa postura.

A crise dos governos militares parece ter sido aproveitada pelo governo Reagan para a formulação de um novo consenso sobre a democracia que deveria ser estabelecida. A democracia liberal servia aos interesses norte-americanos nos anos 80. Os Estados Unidos aproveitaram-se do momento histórico para estabelecer uma nova diplomacia na América Latina pautada pela nova onda democrática. O incentivo à democracia fazia-se num período já de transição, pois sob o ponto de vista de Washington seria melhor ter ao lado aliados democráticos, porém com governos pró-Estados Unidos, do que administradores militares voltados para um forte nacionalismo.

Nos discursos de Reagan, como visto, aparece a democracia como necessária e facilitadora do estabelecimento da economia de mercado. Para Washington, as ditaduras atravancavam, em geral, a economia de mercado em razão do forte nacionalismo, daí uma das razões da necessidade de transição para a democracia.

Acredito que assim, confirmada na análise Agustín Cueva, a nova democracia (diga-se liberal) surgia como um projeto para ocultar a dominação de classe em escala nacional e internacional, fazendo crer aos membros de uma determinada nação a idéia da existência imaginada de coesão social em nome da unidade em detrimento da transformação social, bem como a idéia de participação (ilusória) nas decisões (através das eleições).

Sobre a transição, deve-se perceber que não só a política externa norte-americana sentiu a necessidade da saída dos militares, assim como amplos setores dos países afetados pela ditadura buscaram na abertura democrática a possibilidade de manutenção do *status quo*. Conforme O'Donnell, o que pode ser observado foi que a visão de industriais, comerciantes, banqueiros e proprietários rurais, reclamando da política governamental e mesmo, ocasionalmente, expressando uma preferência por eleições abertas, teve o duplo efeito de constituir-se em uma dissensão que não pode ser reprimida e que o regime não gozava de amplo consenso que alegava ter.²⁴² Sendo assim, os militares começaram a ficar sozinhos, sem os seus apoiadores habituais.

Devemos lembrar que a legitimidade por parte dos militares em impor a ditadura teve como base a ideologia da Segurança Nacional. Não obstante aos fatores intrínsecos e fundamentais desta política na América Latina, as justificativas para o fato do rigor militar do governo estiveram ligadas diretamente ao nacionalismo. A tradição e a glorificação do passado de luta do exército fizeram com que os valores nacionais fossem fortalecidos e estabelecidos de forma contundente. A valorização dos símbolos da nação, e o exército não deixou de ser um, teve papel importante no sentido de levar a idéia de que a defesa da soberania era questão primordial. Mas não só isto: os militares (em seu discurso) objetivavam também novas nações, uma nova política, livre da corrupção e buscando o fim das desigualdades sociais.²⁴³ Os militares elaboram esse discurso com objetivo específico: deter a possibilidade do avanço socialista.

Mas é necessário perceber que as implicações desta ideologia determinaram um caráter essencial e objetivo da entrada dos poderes militares em ação: os setores que insistiam para esta radicalização eram os mesmos que desgastados após a tentativa populista buscaram novas formas de manter sua hegemonia. As elites locais, aliadas aos interesses geopolíticos estadunidenses, visualizaram na ditadura militar a forma possível para assegurar o seu poderio econômico, porém era necessário justificar essas ações perante toda a comunidade. O discurso da Segurança Nacional

²⁴²Cf. O'DONNELL, SCHMITTER & WHITEHEAD (orgs.) op. cit., 1988. p. 86.

²⁴³Cf. COMBLIN, J. A ideologia da segurança nacional: o poder na América Latina. Rio de Janeiro:

Nacional cumpriu este papel no sentido de alertar sobre o perigo comunista e manter os valores cristãos (basicamente católicos) e os direitos de propriedade, bem como alijar a esquerda da possibilidade de qualquer apoio popular (tentando-se evitar a possibilidade da influência da Revolução Cubana).

O ideal de nova nação dos militares não se concretizou, pois o caráter de capitalismo dependente e a insuficiência de um desenvolvimento econômico autônomo demonstraram a real situação das economias dos países latino-americanos.

Os regimes militares estabelecidos na América Latina postergaram as aspirações populares em nome da Segurança Nacional e do combate à subversão. E justificaram sua política econômica antipopular em nome da necessidade de crescer primeiro para distribuir depois os frutos deste crescimento.

A política econômica dos governos militares caracterizou-se pelo favorecimento à concentração e à centralização econômica que levou ao mais alto nível a concentração de renda nas mãos de uma minoria da população, fazendo agravar-se ainda mais as desigualdades sociais e o caráter de região subdesenvolvida.²⁴⁴ Em conseqüência desta política, marginalizaram-se também as amplas camadas da população submetida ao desemprego e ao subemprego, o que levou a América Latina a ostentar altos índices de pobreza.

Mas é interessante notar que neste processo não somente alienaram-se importantes riquezas naturais como se entregou o controle da economia ao capital internacional, orientando o desenvolvimento interno de acordo com seus interesses e agravando a tal ponto as dificuldades cambiais que os países da América Latina se converteram nos maiores devedores do mundo.

Além disto, a idéia da Segurança Nacional fez com que fosse extinta a participação dos trabalhadores na direção de questões importantes, como a da Previdência Social, assim como reprimidos os sindicatos, os partidos trabalhistas e as

Civilização Brasileira, 1980, p. 183.

²⁴⁴ Uma exceção foi o Brasil, onde os militares, principalmente entre os anos de 1968 e 1973, conseguiram lograr um crescimento econômico significativo e uma maior distribuição de renda, porém que nos anos seguintes mostrou-se incapaz de manter o padrão de crescimento.

centrais sindicais, efetuado um severo controle sobre a imprensa, bem como qualquer ato que demonstrasse claramente uma tendência contrária às atitudes dos militares.

Após terem cumprido o seu papel, os militares saírem de cena foi uma questão de tempo, objetivando-se uma transição para um regime democrático. A influência norte-americana teve um papel importante, desenvolvendo e divulgando idéias democráticas, construindo um novo conceito de democracia.

Aquilo que se convencionou chamar de redemocratização no início dos anos 80, trouxe uma série de questionamentos por amplos segmentos da sociedade civil acerca das regras e da conduta política a partir de então. A herança militar (a repressão, o controle, bem como o fracasso na condução da economia) fez com que o processo de redemocratização fosse levado por etapas, onde num primeiro momento haveria de ser garantido o voto popular e estabelecidas as regras eleitorais, partindo-se para a reorganização controlada dos órgãos de representação até, por fim, estabelecimento de nova constituição com garantias plenas de liberdade de expressão.

O enfrentamento aos governos autoritários para a volta da democracia na América Latina foi uma batalha travada por uma ampla maioria de membros da esquerda, formada por socialistas, comunistas e outros, os quais doaram boa parte de suas vidas pelo direito de expressar suas idéias, de deixar claro a sua vontade e a sua luta por democracia. Porém o seu empenho foi basicamente contra os militares, e os militares foram apenas uma parte do poder que instituiu governos ditatoriais.

As elites econômicas nacionais, em sua maioria apoiadas pelo governo norte-americano, mantiveram o apoio aos militares enquanto estes pudessem conduzir politicamente seus interesses. Após terem cumprido seu papel, qual seja, repressão sobre os movimentos sindicais e operários e vínculo financeiro dependente através do endividamento externo (levado a patamares altíssimos), sair da administração do Estado, porém não perdendo seu poder político, foi a consequência imediata. É claro que a decadência dos regimes militares também esteve vinculada à imperícia destes na condução de sua política econômica ou pelo término de sua legitimidade perante a sociedade, porém isto também foi resultado de uma crise econômica advinda da

recessão enfrentada pelo capitalismo mundial. Após o fim dos regimes ditatoriais, poucos foram os que lutaram tanto por ela e chegaram ao poder através das eleições regulares. O poder político ficou com uma maioria de representantes das elites econômicas nacionais, os quais apoiaram a construção de um regime democrático que estivesse vinculado aos seus próprios interesses, onde não houvesse amplas reformas, mantendo-se o conservadorismo, efetuando-se uma democracia pelo alto, e as populações dos Estados em processo de transição para a democracia, por sua vez, tiveram sua ação bastante limitada.²⁴⁵

Os governos eleitos democraticamente não traduziram em atos as palavras de campanha eleitoral, e o que se começou a construir foi a democracia sem adjetivos, divulgada como forma de liberdade de expressão e cidadania, porém com nações miseráveis, endividadas, com uma gigantesca população à mercê da violência institucionalizada, com desigualdades sociais alarmantes e uma concentração de renda alcançando níveis inaceitáveis.

Portanto, a ideologia de segurança nacional e a democracia liberal, apesar de apresentarem-se em momentos diferentes, tornaram-se partes de um mesmo processo:

“Diante da onda revolucionária, entre 1960 e 1970, a resposta foram regimes militares com estratégia de segurança nacional. Diante da vitória destes regimes e da emergência do nacionalismo militar, desde o começo da década de 70 foram fomentados regimes democráticos liberais e civis sob a liderança de forças conservadoras. O sucesso destes regimes, na década de 80, favoreceu políticas econômicas selvagens de livre-mercado, as quais arruinaram empresas nacionais e locais em favor das corporações multi e transnacionais e até globais.”²⁴⁶

A ideologia de segurança nacional e a democracia liberal tornaram-se projetos,

²⁴⁵ Certamente não há homogeneidade nos grupos interessados na redemocratização, seus interesses também não são coerentemente idênticos, nem há estabilidade ou rotas programáticas em suas decisões. Para um aprofundamento deste debate, bem como a postura dos pesquisadores sobre o tema, ver ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, nº 17: 11-31, novembro, 2001; e O'DONNELL, SCHMITTER & WHITEHEAD (orgs.). op. cit.

²⁴⁶ Cf. SANTOS, Theotonio. América Latina: democratização e ajuste estrutural. op. cit., 1996, p. 35.

projetos, conceitos e ação política de forças conservadoras que atenderam a determinados interesses, desenvolvidos como falsa consciência para ocultar dominação de classe, utilizados ou esquecidos de acordo com as circunstâncias. Assim, tanto a democracia liberal como nacionalismo militar são utilizados ou abandonados para fins de interesses específicos. Confirma, assim, a impossibilidade do nacionalismo militar ter o mesmo caráter e a mesma importância, pois, de fato, a partir dos anos 80 ele será um impedimento para a expansão do capital. Até nos parece curiosa e contraditória a política norte-americana sob domínio dos republicanos: internamente estabelece um pensamento neoconservador, nacionalista, antiigualitário e anticomunista, valores nacionais que buscavam manter o ideário da liberdade e do cristianismo, contra a ameaça comunista. Por sua vez, o discurso destinado às nações latino-americanas era justamente o contrário, ou seja, a valorização da nação tornávasse um impedimento ao crescimento, era necessário abrir-se à nova “onda globalizante”. O que pode parecer contraditório torna-se plausível quando analisada a política internacional norte-americana dentro de um contexto de recuperação da crise dos anos 70. Para os republicanos, o nacionalismo militar, agora nos anos 80, tornávasse um impedimento para expansão do capital, por isso a necessidade de redemocratização.

É preciso lembrar que no primeiro mandato de Ronald Reagan não houve agressão aos governos militares por parte dos Estados Unidos, nem a busca de reprimir as atividades dos ditadores, pois melhor estar com eles do que com a possibilidade de governos de esquerda. Por esta razão, no primeiro mandato de Reagan a questão da democracia e dos direitos humanos não aparece com tanta ênfase. Com as transições, esses vocábulos começam aparecer com mais frequência, procurando enfatizar o “papel significativo” dos Estados Unidos nesse processo.

Como vimos, os autores latino-americanos demonstram que se os Estados Unidos incentivaram a democratização na América Latina nos anos 80, ela deveria seguir um padrão que não afetasse os interesses estratégicos e econômicos da potência hegemônica. A idéia de construção de uma democracia latino-americana deveria estar vinculada à necessidade de abertura dos mercados e menor intervenção do governo na economia, deveria seguir os ideários liberais da era Reagan.

Demonstra-se assim, a tentativa de construção de uma democracia com determinados limites, enfim, sem adjetivos.

Torna-se, portanto, possível estabelecer algumas razões que fizeram o Governo republicano de Ronald Reagan desenvolver uma agenda diplomática para apoiar os processos de redemocratização na América Latina:

- a) O novo enfrentamento dos Estados Unidos com a União Soviética a partir do início dos anos 80 estabeleceu uma estratégia norte-americana que não aceitava a passagem ou a aproximação das nações de sua área de influência ao bloco oposto, estabelecendo assim o caráter da América Latina como um setor de importância estratégica; o objetivo era controlar a ação desta região no plano internacional, orientando as opções ideológicas e as “melhores” práticas políticas, as quais necessariamente deveriam ser vantajosas para a potência hegemônica;
- b) os Estados Unidos deveriam, para sua própria segurança, evitar o fortalecimento das esquerdas na região, sejam elas guerrilhas ou governos de orientação marxista já instituídos, como o cubano e o nicaraguense, assim como evitar a passagem de países ainda capitalistas para o bloco oposto;
- c) estabelecido o cenário internacional na transição dos anos 70 para os anos 80, a democracia apareceria nos discursos e nas propostas do Governo norte-americano como a saída para a crise econômica e política vivenciada pela América Latina, porém esse discurso dissimulava a intenção do estabelecimento de uma estratégia de segurança norte-americana, a qual via no regime democrático uma forma de deter a possibilidade do surgimento e/ou fortalecimento de regimes de esquerda, bem como possível desalinhamento de países da América Latina com a política internacional da nova administração norte-americana;
- d) a nova política econômica (liberal) dos Estados Unidos na era Reagan buscava a abertura dos mercados, menor intervenção do Estado na

economia e livre circulação de capitais na América Latina; a maioria dos militares latino-americanos ainda possuía um forte caráter nacionalista, o qual impedia a implementação de tais políticas; a democratização surgiria nos discursos dos republicanos da Casa Branca num momento em que a América Latina era visualizada como região estratégica para a possibilidade de acumulação de capitais privados;

- e) o estabelecimento das novas regras de condução econômica para os países latino-americanos veio, principalmente, através da pressão norte-americana sobre os órgãos financeiros mundiais, como FMI, Bird e Bid, os quais liberavam financiamentos impondo determinadas condições, tais como abertura de mercados aos capitais externos, livre circulação de mercadorias e serviços e menor intervenção do Estado na economia.

Acredito, por fim, que a presente dissertação pôde contribuir com o debate acerca da história da democracia, acrescentando um pouco mais de luz à história recente da América Latina, sem contudo encerrar o debate. A democracia é um regime político que tem seus limites, porém enquanto as populações latino-americanas não tiverem asseguradas condições mínimas de cidadania, ainda assim cabe aos diferentes profissionais das ciências humanas a tarefa de pesquisar, compreender, analisar, debater e, porque não, propor mudanças com objetivo de construir uma democracia com adjetivos. Este texto, se pelos menos ainda deficiente para propor mudanças, contribui e abre caminho para discussões e futuros acertos, os quais possam melhor elucidar e referencializar os objetos de estudo sobre a democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes publicadas:

IX Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano. As relações econômicas da América Latina com os Estados Unidos da América (1982-1983). Organizado por Sistema Econômico Latino Americano - SELA - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

DIÁLOGO INTERAMERICANO. As Américas em 1989: um conselho para ação. Aspen Institute, 1989.

DISCURSOS DO PRESIDENTE RONALD REAGAN:

- pronunciado perante o Conselho sobre Relações Exteriores de Chicago, março de 1980.
- de posse, janeiro de 1981.
- pronunciado perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), fevereiro de 1982.
- pronunciado perante o Congresso “sobre o estado da União”, janeiro de 1983.
- pronunciado em Washington “sobre a situação salvadorenha”, março de 1983.
- pronunciado na sessão conjunta do Congresso “sobre América Central”, abril de 1983.
- pronunciado em cadeia nacional “sobre América Central”, maio de 1984.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. América Latina e o Caribe: os caminhos para a democracia. Ponto de vista de Washington. Brasília: Embaixada dos Estados Unidos da América, 1987.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. Uma visão democrática de segurança: ponto de vista de Washington, (Discurso do Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos, Elliott Abrams, na cerimônia de conclusão da 25ª turma da Escola Interamericana de Defesa, Washington, D.C., 13/06/1986).

GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS. Presidente Ronald Reagan. Discurso del Presidente Reagan sobre la situación salvadoreña, 10 de março de 1983. Disponível em: <www.cepaz.org.sv>. Acesso em: 15/02/2002.

INFORME DA COMISSÃO NACIONAL BIPARTIDÁRIA SOBRE AMÉRICA CENTRAL (Informe Kissinger), 10/01/1984.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. XIII Curso de Derecho Internacional. Subsecretaria de Asuntos Jurídicos. Washington, DC. 1987.

PEIXOTO, Fernando (apres.). Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina. São Paulo: Hucitec, 1981.

THE ENCYCLOPEDIA OF THE REPUBLICAN PARTY. Volume Two. Edited by George Thomas Kurian. 1980.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Bureau of Public Affairs. Democracy in Latin America and the Caribbean: the promise and the challenge. Washington, D. C., 1987.

Periódicos consultados:

Clarín
Correio do Povo
El País
Folha de São Paulo
Gazeta Mercantil
Jornal do Brasil
La Nación
Zero Hora

Bibliografia:

ADORNO, Theodor W. (et. al.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALONSO, Alberto. A teimosia dos militares. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 56 (5): 30-37, julho, 1983.

AMIN, Samir. A caminho de uma nova crise estrutural do capitalismo. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1978.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1987.

- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XXI: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARTURI, Carlos Schmidt. O empresariado industrial e a abertura política no Brasil (1978-1984). 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, nº 17: 11-31, novembro, 2001.
- ARTURI, Carlos Schmidt. As eleições no processo de transição à democracia no Brasil. in: BAQUERO, Marcello (org.). Brasil: transição, eleições e opinião pública. Porto Alegre, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
- BANDEIRA, Muniz. Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992). São Paulo: Ensaio, 1993.
- BITAR, S. - MONETA, C. (orgs.) Política econômica de Estados Unidos em América Latina. Buenos Aires: GEL, 1984.
- BORON, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOUZAS, Roberto. Relaciones América Latina – Estados Unidos: los procesos democráticos en América del Sur y los límites del apoyo norteamericano. Revista América Latina/Internacional, Vol. 2, n. 4, Abr-Jun 1985. Buenos Aires (FLACSO).
- BUSSO, Anabella. Estados Unidos y la redemocratización latinoamericana: los condicionantes externos. Perspectiva Internacional Paraguaya, Año II, n. 4 (Julio – Diciembre de 1990).
- CAUBET, Christian Guy (org.) O Brasil e a dependência externa. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1989.
- CARRION, Raul K. M. e VIZENTINI, P. F. (orgs.) Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo? Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.
- CASTAÑEDA, Jorge. A utopia desarmada. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- CHAUÍ, Marilena (et. al.) A questão da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CHOMSKY, Noam. El nuevo orden mundial (y el viejo). Barcelona: Crítica, 1996.

- COMBLIN, J. A ideologia da segurança nacional: o poder na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CUEVA, A. (org.) Tempos conservadores. São Paulo: Hucitec, 1989.
- DIAZ-CALLEJAS, A. Contadora: desafio al império. Bogotá: Oveja Negra, 1985.
- DIVERSOS. Reagan: o pesadelo continua. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: nº 72 (6): 19-46, novembro, 1984.
- DROZ, Bernard. – ROWLEY, Anthony. História do século XX – Volume 3: expansão e independência (1950-1973). Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- ESTELLANO, Washington (et al.) ¿Qué FA necesitamos? Un análisis crítico a la luz de la situación actual de América Latina. Montevideo: Túpac Amaru Editorial, 1989.
- EURAL. Crisis y regulación estatal: dilemas de política en América Latina y Europa. Buenos Aires: GEL, 1986.
- FILHO, Paulo Cannabrava. Reagan na América Latina: nova maquiagem para velhas carrancas. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 51 (5): 38-41, janeiro, 1983.
- FRIED, Mark. Mr. Reagan e os cowboys. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 33 (3): 9-25, 15 abr./15 maio, 1981.
- FOSSAERT, Robert. El mundo en el siglo XXI. México: Siglo XXI, 1994.
- GENTILI, Pablo (org.). Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos. História contemporânea da América Latina: 1960-1990. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.
- HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993
- HAYES, Margaret Daly. Latin America and the U.S. national interest: a basis for U.S. foreign policy. Boulder, CO: Westview Press, 1984.

- HERNÁNDEZ, Emilia. Os votos e as botas. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 48 (4): 29-31, ago/set, 1982.
- HERNÁNDEZ, Emilia. O partido internacional dos banqueiros. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 48 (4): 31-35, ago/set, 1982.
- HUNT, E. K. - SHERMAN, H. J. História do pensamento econômico. Petrópolis: Vozes, 1977.
- HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.
- KELLY, P. - CHILD, Jack. Geopolítica del Cono Sur y la Antártida. Pleamar, Buenos Aires, 1988.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MAIRA, Luis. - HERBERT, José de Souza [*et al.*] América Latina: novas estratégias de dominação. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MAIRA, Luis. América Latina y la crisis de hegemonia norteamericana. Lima: Desco, 1982.
- MAIRA, Luis. Los intereses políticos y estratégicos de Estados Unidos en América del Sur. Santiago: 1988.
- MANDEL, Ernest. Crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MALLMANN, Maria Izabel. A questão do desalinhamento nas relações interamericanas: Estados Unidos e América Latina nos anos 80. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MEYER, Lorenzo – REYNA, José Luis (coord.). Los sistemas políticos en América Latina. México: Siglo Veintiuno, 1989.
- MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, nº 17: 61-74, novembro, 2001.
- MOREIRA, Neiva. Do Caribe à Patagônia: impedir uma nova Beirute. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 48 (4): 15-18, ago/set, 1982.
- MÜLLER, Geraldo. Introdução à economia mundial contemporânea. São Paulo: Ática, 1987.

- NOVAK, Michael. O espírito do capitalismo democrático. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.
- NOVAK, Michael. Será a liberdade? Questionamento da teologia da libertação. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1988.
- O'DONNELL, Guillermo. América Latina, Estados Unidos e democracia. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, nº 1 (1): 9-26, jan/jun, 1985.
- O'DONNELL, Guillermo. Contrapontos: Autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, 1985.
- O'DONNELL, SCHMITTER & WHITEHEAD (orgs.) Transições do regime autoritário: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988.
- O'DONNELL, SCHMITTER & WHITEHEAD (orgs.) Transições do regime autoritário: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988.
- PEDRAZA, Luis Dallanegra. Relaciones políticas entre Estados Unidos y América Latina: ¿Predominio monroista o unidad americana? Buenos Aires: Edic. del Autor, 1994.
- PETRAS, James. Ensaio contra a ordem. São Paulo: Scritta, 1995.
- POCHMANN, Márcio. A divisão do trabalho no mundo e o emprego no Brasil. Ciência Hoje, v. 28, n. 165, outubro de 2000.
- POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PRZEWORSKI, Adam. Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- QUIROGA, Alvaro. A crise do autoritarismo. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 56 (5): 24-29, julho, 1983.
- ROJAS, Maria. Contagem regressiva para Pinochet. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 48 (4): 19-22, ago/set, 1982.
- ROSENFELD, Denis. A questão da democracia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SANTOS, Theotonio dos. O caminho brasileiro para o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANTOS, Theotonio dos. Integração latino-americana: forças política em choque, experiências e perspectivas. Revista Brasileira de Ciência Política, 1(1): 71-90, março, 1989.

- SANTOS, Theotonio dos. América Latina: democratização e ajuste estrutural. Revista Anos 90. Porto Alegre, nº 5: (29-44), julho, 1996.
- SELSER, Gregório. Entre El Salvador y las Malvinas. México: D. F. Mex-Sur, 1982.
- SELSER, Gregório. La nueva estrategia militar de los Estados Unidos: conflictos de baja intensidad. Cuadernos Americanos. México, nº 45 (2): 26-38, Marzo-Abril, 1986.
- SMITH, Tony. America's mission: the United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century. New Jersey: Princenton University Press, 1994.
- SOUZA, Carlos E. B. de. O capitalismo contemporâneo: o papel do Estado e o problema das crises. Cadernos do Departamento de Ciência Política. nº 5: 21-44, março, 1979.
- STEIN, Maluza. Um cenário hollywoodiano esconde a realidade. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: nº 72 (6): 19-46, novembro, 1984.
- TRINDADE, Hégio (org.). América Latina: eleições e governabilidade democrática. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1991.
- VERBITSKY, Horacio. Rumo à democracia ... por um campo minado. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 56 (5): 15-21, julho, 1983.
- VIANA, Francisco. O modelo num beco-sem-saída. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 48 (4): 41-46, ago/set, 1982.
- VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, nº 17: 53-60, novembro, 2001.
- VIZENTINI, Paulo G. F. Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século 20 (terceira parte). 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.
- VIZENTINI, Paulo F. História do século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1998.
- VOLKMER, Albano. Agora, a batalha das finanças. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, nº 48 (4): 23-24, ago/set, 1982.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WASSERMAN, Cláudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. in:

WASSERMAN, Cláudia. História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas). 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

WEFFORT, Francisco. Por que democracia? 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WILHELMY, M. La formación de la política exterior. Buenos Aires: Gel, 1987.